BEATRIZ SANTOS BUFFON

A BR-364 em Rondônia e a territorialização do capital

São Paulo - SP

2024

BEATRIZ SANTOS BUFFON

A BR-364 em Rondônia e a territorialização do capital

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento territorial", na linha de pesquisa "Campesinato, Capitalismo e Tecnologias".
Orientador: José Gilberto de Souza

São Paulo - SP

2024

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Buffon, Beatriz Santos.
B929 A BR-364 em Rondônia e a territorialização do capital / Beatriz Santos Buffon. – São Paulo, 2024.
140 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: José Gilberto de Souza.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Desenvolvimento econômico – Rondônia. 4. Rodovias – Rondônia. I. Título.

CDD 330.9811

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Compreender a rodovia BR 364 como contribuinte na interiorização da lógica de produção e extração do valor e acumulação capitalista nesta região. Mas, analisando o caso rondoniense e estabelecendo algumas correlações com a ocupação da Amazônia, cada localidade e região com suas peculiaridades, bem como a participação e interesse do Estado Nacional brasileiro e do agronegócio em adentra e se estabelecer neste espaço, até porque era considerada como a última fronteira espacial de expansão capitalista em busca de riquezas. Sendo ainda uma contribuição aos movimentos sociais no processo de estudo e de enfrentamento da luta pela terra em Rondônia.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

To understand the BR 364 highway as a contributor to the internalization of the logic of production and extraction of value and capitalist accumulation in this region. But, analyzing the case of Rondônia and establishing some correlations with the occupation of the Amazon, each locality and region with its peculiarities, as well as the participation and interest of the Brazilian National State and agribusiness in entering and establishing themselves in this space, not least because it was considered as the last spatial frontier of capitalist expansion in search of wealth. It i salso a contribution to social movements in the processo f studying and confronting the struggle for land in Rondônia.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Entender la carretera BR 364 como un contribuyente a la internalización de la lógica de producción y extracción de valor y acumulación capitalista en esta región. Pero, analizando el caso de Rondônia y estableciendo algunas correlaciones con la ocupación de la Amazonia, cada localidad y región con sus particularidades, así como la participación y el interés del Estado Nacional y del agronegocio en entrar y establecerse en este espacio, entre otras cosas porque fue considerado como la última frontera espacial de la expansión capitalista en busca de riqueza. También es un aporte a los movimientos sociales en el proceso de estudio y enfrentamiento de la lucha por la tierra en Rondônia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE BEATRIZ SANTOS BUFFON, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 18 dias do mês de março do ano de 2024, às 09:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de BEATRIZ SANTOS BUFFON, intitulada **A BR 364 EM RONDÔNIA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL.** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. JOSE GILBERTO DE SOUZA (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a). / IGCE/UNESP/Rio Claro (SP), Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Prof. Dr. RICARDO GILSON DA COSTA SILVA (Participação Virtual) do(a) . / Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final:_ ***A P _R_O_ V A D _A_ _ _***. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. JOSE GILBERTO DE SOUZA

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE GILBERTO DE SOUZA
Data: 26/04/2024 11:37:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Aos meu filho Bernardo Affonso e minha filha Lívia Maria que em muitos momentos foram privados de minha presença e dedicação a eles, e pôr fim a meu Avô Affonso Buffon, que fez sua passagem durante esse processo de escrita, um homem analfabeto, grande defensor da vida e do justo e que sempre nos instigou a buscar conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se fez possível pela ajuda, apoio e incentivo de muitas pessoas, vou concluído esse processo na certeza ainda maior que esse é o resultado do esforço e dedicação de muitos corpos e mentes. De maneira que me sinto imensamente grata a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente nesta construção, foram muitas as contribuições, mas há algumas que preciso destacar como fundamentais para realização deste momento.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pela oportunidade de acessar uma pós-graduação, levando aqui como sendo também uma conquista da classe trabalhadora. E ainda reconhecer e agradecer o papel que a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF desempenhou durante esses anos de estudo, possibilitando que o aprendizado fosse além do acadêmico, proporcionando uma visão crítica e política das diversas dimensões da sociedade, nós colocando em constate diálogo com a classe trabalhadora desse país. Reconhecimento e agradecimento a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP pela oportunidade.

Meu sincero e mais fraterno agradecimento ao meu orientador – Professor Gilberto, que foi um grande camarada nessa caminhada, me guiando, acalmando e proporcionando aprendizados importantes no decorrer desse processo, sendo em diversos momentos a luz guia na continuidade e conclusão do mesmo.

A turma Neusa Paviatto, na qual fomos nos reconhecendo quanto sujeitos e sujeitas coletivos, onde fomos estabelecendo relações de confiança e apoiando uns aos outros nessa caminhada que é individual, mas também coletiva, e aqui agradecer imensamente ao meu núcleo de base – Xingu, que se tornou nossa base de apoio nos momentos de angustias, mas nas conquistas também.

E não poderia jamais deixar de lembrar da minha família, que é minha base e suporte que sempre esteve e está ao meu lado, confiando e me apoiando nas minhas escolhas e batalhas, toda minha família tem um pedacinho dessa conquista.

Aos meus amigos e amigas que vão se tornando família nessa caminhada terrena, minha grande gratidão. Figuras que foram fundamentais nessa caminhada, principalmente porque a mesma se deu em maior parte durante o período de pandemia onde o isolamento e a distância eram necessários, de modo que as conversas de apoio e incentivo de alguém querido eram fundamentais.

Uma rodovia é muito mais do que uma obra de engenharia por onde transitam veículos. Por uma rodovia transitam pessoas, seres humanos que interagem com outras pessoas e lugares. A vida pulsa ao redor de uma estrada. (Torres, 2005, p. 11).

RESUMO

O presente trabalho busca analisar elementos do processo de territorialização do capital no estado de Rondônia, partindo da leitura de análises e relações construídas a partir do eixo da BR-364 que percorre o espaço rondoniense. De modo, a entender essa rodovia como contribuinte na interiorização da lógica de produção e extração do valor e acumulação capitalista nessa região. De modo, que definimos cinco categoriais centrais que expressam tais determinações territoriais de uma formação social capitalista no eixo da Rodovia BR 364: a) A dinâmica do preço da terra; b) As atividades produtivas, ou a matriz produtiva; c) Ao valor da produção, em sua dinâmica de realização da extração da mais valia e da renda da terra; d) No papel do Estado, a partir de suas intenções mais diretas na sustentação de formas moduladoras de valor, no que diz ao crédito público.

Palavras-chave: Territorialização do Capital; Rondônia; Determinações Territoriais; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze elements of the process of territorialization of capital in the state of Rondônia, starting from the reading of analyses and relations built from the axis of BR-364 that runs through the space of Rondônia. In order to understand this highway as a contributor to the internalization of the logic of production and extraction of value and capitalist accumulation in this region. Thus, we have defined five central categories that express such territorial determinations of a capitalist social formation on the axis of Highway BR 364: a) The dynamics of land prices; b) The productive activities, or the productive matrix; c) The value of production, in its dynamics of the extraction of surplus value and rent from land; d) The role of the State, based on its most direct intentions in sustaining modulating forms of value, with regard to public credit.

Keywords: Territorialization of Capital; Rondônia; Territorial Determinations; Social Movements.

RESUMEN

El presente trabajo busca analizar elementos del proceso de territorialización del capital en el estado de Rondônia, a partir de la lectura de análisis y relaciones construidas a partir del eje de la BR-364 que atraviesa el espacio de Rondônia. Con el fin de entender esta autopista como un contribuyente a la internalización de la lógica de producción y extracción de valor y acumulación capitalista en esta región. Así, hemos definido cinco categorías centrales que expresan tales determinaciones territoriales de una formación social capitalista en el eje de la carretera BR 364: a) La dinámica de los precios de la tierra; b) Las actividades productivas, o la matriz productiva; c) El valor de la producción, en su dinámica de extracción de plusvalía y renta de la tierra; d) El papel del Estado, a partir de sus intenciones más directas en el sostenimiento de formas moduladoras del valor, en relación con el crédito público.

Palabras clave: Territorialización del capital; Rondônia; Determinaciones Territoriales; Movimientos Sociales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização geográfica do estado de Rondônia..... 27

Gráfico 1 – Percentual das importações de Porto Velho (RO) - 2022..... 55

Gráfico 2 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) – Porto Velho 67

Gráfico 3 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) - Candeias do Jamari 70

Gráfico 4 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) - Itapuã do Oeste..... 72

Gráfico 5 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) – Ariquemes 74

Gráfico 6 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes – Região Norte 2000 – 2020 (ha)..... 75

Quadro 1 – Efetivo do rebanho Bovino na região norte – RO..... 75

Gráfico 7 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) - Jaru 77

Gráfico 8 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) - Ouro Preto do Oeste 79

Gráfico 9 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) - Ji-Paraná 80

Gráfico 10 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) – Presidente Medici 82

Gráfico 11 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes – Região Centro - 2000 – 2020(ha)..... 83

Quadro 2 – Efetivo de rebanho bovino – Região Centro..... 84

Gráfico 12 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) – Cacoal 86

Gráfico 13 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) – Pimenta Bueno 89

Gráfico 14 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes (ha) – Vilhena 91

Gráfico 15 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes – Região Sul - 2000 – 2020 (ha)..... 92
Quadro 3 – Efetivo de rebanho bovino região Sul – RO..... 93
Gráfico 16 – Área plantada ou destinada à colheita – Rondônia..... 95
Gráfico 17 – Valor da produção – Porto Velho..... 98
Gráfico 18 – Valor da produção – Candeias do Jamari..... 100
Gráfico 19 – Valor da produção – Itapuã do Oeste..... 101
Gráfico 20 – Valor da produção – Ariquemes..... 103
Gráfico 21 – Valor da produção – Jaru..... 105
Gráfico 22 – Valor da produção – Ouro Preto do Oeste..... 108
Gráfico 23 – Valor da produção – Ji-Paraná..... 109
Gráfico 24 – Valor da produção – Presidente Medici..... 111
Gráfico 25 – Valor da produção – Cacoal..... 113
Gráfico 26 – Valor da produção – Pimenta Bueno..... 115
Gráfico 27 – Valor da produção – Vilhena..... 116
Gráfico 28 – Crédito Rural 2002 – Regiões 118
Gráfico 29 – Crédito Rural 2009 – Regiões..... 120
Gráfico 30 – Crédito Rural 2016 121
Gráfico 31 – Crédito Rural 2023 122
Gráfico 32 – Crédito Rural em Rondônia por região (2002 –2023) 123
Gráfico 33 – Crédito Rural em Rondônia..... 124
Quadro 4 – Conflitos de terras por região (2013 – 2022) 131
Quadro 5 – Conflitos de terras na região norte (2019-2022) 131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportação – Porto Velho 2000..... 48
Tabela 2 – Importação – Porto Velho 2000..... 49
Tabela 3 – Exportação – Porto Velho 2022..... 50
Tabela 4 – Importação – Porto Velho 2022..... 51
Tabela 5 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Porto Velho..... 66
Tabela 6 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Candeias do Jamari..... 69
Tabela 7 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Itapuã do Oeste..... 71
Tabela 8 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Ariquemes..... 73
Tabela 9 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Jaru..... 76
Tabela 10 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Ouro Preto do Oeste..... 78
Tabela 11 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Ji-Paraná..... 80
Tabela 12 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Presidente Medici..... 81
Tabela 13 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Cacoal..... 85
Tabela 14 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) – Pimenta Bueno..... 88
Tabela 15 – Área plantada ou destinada a colheita (ha) - Vilhena..... 90
Tabela 16 – Área plantada ou destinada à colheita – Rondônia..... 94
Tabela 17 – Valor da produção – Porto Velho..... 97
Tabela 18 – Valor da Produção – Candeias do Jamari..... 99
Tabela 19 – Valor da produção – Itapuã do Oeste..... 101
Tabela 20 – Valor da produção – Ariquemes..... 102
Tabela 21 – Valor da produção – Jaru..... 104
Tabela 22 – Valor da produção – Ouro Preto do Oeste..... 107
Tabela 23 – Valor da produção – Ji-Paraná..... 108
Tabela 24 – Valor da produção – Presidente Médici..... 110
Tabela 25 – Valor da produção – Cacoal 112
Tabela 26 – Valor da produção – Pimenta Bueno. 114
Tabela 27 – Valor da produção – Vilhena..... 115
Tabela 28 – Crédito Rural 2002..... 118
Tabela 29 – Crédito Rural 2009..... 119

Tabela 30 – Crédito Rural 2016.....……..……..... 121
Tabela 31 – Crédito Rural 2023.....……..……..... 122
Tabela 32 – Preços de terras e variação nas regiões de Cacoal e Porto Velho – Rondônia – Brasil 2002-2022 (R$) 127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Anuário de Crédito Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFMM	Estrada de Ferro Madeira Mamoré
GPDs	Grandes Projetos de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PIC	Projetos Integrados de Desenvolvimento
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RO	Rondônia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**16**
1.1	**Metodologia**	**20**
2	**PROCESSO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA**	**22**
3	**RODOVIAS E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL**	**37**
3.1	**A territorialização do capital e a BR 364**	**56**
4	**A FORMAÇÃO SOCIAL E AS DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS: O EIXO DA BR 364**	**65**
4.1	**A matriz produtiva**	**65**
4.2	**A produção do valor**	**97**
4.3	**O crédito público**	**117**
4.4	**A dinâmica dos preços das terras e a estrutura fundiária**	**124**
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**133**
	REFERÊNCIAS	**136**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar elementos do processo de territorialização do capital no estado de Rondônia, partindo da leitura de análises e relações construídas a partir do eixo da BR-364 que percorre o espaço rondoniense. De modo, a entender essa rodovia como contribuinte na interiorização da lógica de produção e extração do valor e acumulação capitalista nesta região. Mas, entender o caso rondoniense, nos demanda estabelecer algumas correlações com a ocupação da Amazônia, cada localidade e região com suas peculiaridades, bem como a participação e interesse do Estado Nacional brasileiro e do agronegócio que adentra a região Amazônica, considerada até então como a última fronteira espacial de expansão capitalista em busca de riquezas.

Para darmos cabo ao nosso problema de pesquisa e alcançarmos os objetivos propostos é importante demarcarmos aqui nosso lugar de fala, quanto autora do trabalho dizer que sou filha de migrantes que vieram dos estados do Espirito Santo e de Minas Gerais, que vieram em busca de melhores condições de vida nos anos 80. Já em finais dos anos 90 minha família vai para um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, cresci dentro dessa realidade de enfrentamento e resistência organizada, estudei em escolas do assentamento e pude cursa uma graduação em história pela universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, curso esse que era uma parceria do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e do Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC (sendo essa uma escola de formação do MST no Rio Grande do Sul). Durante todo o processo de estudo e formação humana foi se constituindo minha trajetória de militância dentro do MST. Sou Mulher, Militante e Mãe de duas crianças. Partindo da minha experiência de vida e pela relação com esse espaço amazônico que é o estado de Rondônia justifico minha escolha de estudar tal tema pela oportunidade de poder compreender as relações estabelecidas a partir do processo de colonização dirigida em Rondônia.

Apontando aqui que optar por analisar as relações e as influências de todo esse processo da territorialização do capital no território rondoniense, nos municípios que estão no eixo da rodovia BR 364, se deu por compreendemos que as primeiras e principais alterações no espaço geográfico rondoniense ocorreram no entorno da mesma, assim como, essa rodovia se tornou a grande responsável em interligar esse espaço amazônico aos grandes centros consumidores do Brasil.

Imperativo apontar que todo esse processo não se deu de forma pacífica, diante da compreensão que todas as modificações nas relações e estruturas agrárias, econômicas, políticas e sociais, causam conflitos e enfrentamentos, entendendo esses conflitos como a epiderme da luta de classes. Essa perspectiva interpretativa revela, portanto, o grau de enfrentamento que as práticas socioespaciais do capital monopolista criam ao procurarem a autovalorização, a transformação e a produção do espaço dos países periféricos na perspectiva de consolidar territórios homogêneos de reprodução do valor, em relação aos posicionamentos contra hegemônicos de camponeses, indígenas e quilombolas (Souza, 2015).

É precisamente sobre este ponto que apresentamos o objetivo principal deste texto, uma vez que as formas de reprodução social que refutam o modelo de sociabilidade da mercadoria dos recursos naturais entram em contradição direta com as lógicas capitalistas de apropriação da terra e da água e que procuram estabelecer um padrão hegemônico de produção. Assim, a resistência das populações rurais não é apenas um conflito sobre o uso da terra, da água e das florestas, mas também um antagonismo de classe, um posicionamento antitético às formas comerciais/mercadológicas de reprodução social da vida.

Assim, mesmo sobre essa lógica contra hegemônica se estabelece processos de contradição, sobretudo quando a produção camponesa se vincula à lógica mercantil capitalista da produção agroexportadora. Ou seja, quando as áreas de produção camponesa refletem a lógica da commoditização da agricultura (Souza, Cabero Diegues, 2012), por exemplo com o avanço da soja nos assentamentos. Significa dizer que sobre a espacialidade camponesa se estabelece um controle territorial: "O capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa", (Oliveira, 2003, p.468), sujeitando a renda da terra e renda trabalho ao capital.

Este processo sintetiza as reflexões de Rosa Luxemburgo (1985) para quem o capital, como forma social, constitui uma extração de mais-valia que "não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais que por si não produzem pelo modo capitalista" (Luxemburgo, 1985, p. 241).

Neste campo de antiteticidade, de profunda contradição interna (na forma de reprodução social camponesa) e externa (na forma de apropriação da renda da terra camponesa pelos capitalistas e latifundiários), uma contradição de classe entre capitalistas e latifundiários em relação aos camponeses. Estes dois primeiros (capitalistas e latifundiários) que no desenvolvimento das forças produtivas, gradativamente, constituem-se em único sujeito social.

Esse processo está demarcado por duas lógicas sistemáticas: os preços crescentes de alimentos conferem poder à classe de proprietários de terras e levam ao aumento dos arrendamentos particularmente nas terras mais férteis. O que tem conduzido a um processo de industrialização da agricultura e, um movimento de capitais em direção ao setor agrícola e a commoditização da agricultura, denotada pela alteração profunda da sua composição orgânica, que altera sobretudo as formas de produção camponesa. O outro processo, se refere à queda tendencial da taxa de lucros e com isso a elevação da renda da terra, o que move estes sujeitos em unidade categorial rentista. Estes processos explicam a corrida por terras e a dinâmica de titulação das mesmas como forma de garantia jurídica de inversão destes capitais, explicam ainda a natureza profunda da luta de classes contra camponeses, quilombolas e indígenas, no auge da financeirização do capital.

Enquanto o conflito é frequentemente explicado como um mero ponto de fricção entre exigências e interesses negociáveis, revela-se na realidade como uma extensão da resistência dos sujeitos e de sua representação social e das estratégias de exploração que procuram negar os seus direitos e modos de vida. Assim, o conflito não assume a representação de um problema local, mas das determinações territoriais dos meios de reprodução do capital, enquanto formação social, como um todo, uma vez que integra controle, concentração e acumulação que se expandem sobre os elementos vitais das pessoas em todo o mundo.

Devemos explicar aqui o que entendemos por determinação territorial, um conceito que não pode ser entendido como um processo de desenvolvimento linear da história humana. Não se trata de uma teleologia vulgar, pois apontaria para um determinismo de formas e processos sociais. As determinações são características centrais, os elementos constituintes fundamentais da realidade material do homem. Como Dussel (1985:32) afirmou, o "momento constituinte essencial do objeto", que preferimos denominar de fenômeno e/ou processo apreendido.

Estas determinações, quando analisadas à luz da ciência geográfica, ou seja, quando se perscruta a dimensão espacial de um fenômeno, sua geograficidade elas se manifestam como determinações territoriais. (Souza, 2022)[1]. Segundo Souza e Borges (2017) as determinações

[1] Para Souza, a Geografia elenca para si categorias analíticas como objetos científicos, sejam eles a paisagem, a região, o lugar, o espaço ou o território. Trata-se de uma apreensão de busca de legitimidade científica positivista que resulta no particularismo do saber e na ruptura de processos intelectivos de totalidade. Assim, o que deveria ser a centralidade da investigação geográfica, ou seja, a *imanência e a singularidade da espacialidade dos fenômenos*, que se trata do caminho, do movimento intelectivo entre particularidade e universalidade, considerando seus saltos e ou transposições escalares (cartográfica e geográfica) que se definem e redefinem de forma qualitativa e quantitativa, acaba sendo substituída por resultado, ao espaço em si, ao território em si, etc. Leituras

territoriais se configuram como "estado" (situação) e "movimento" (direção) das práticas socioespaciais, em seu caráter de classe na direção da hegemonia e da contra hegemonia, em constante e contraditório desenvolvimento.

O estado, portanto, requer analisar a situação em que estas práticas se encontram, na correlação concreta de forças da luta de classes e o movimento (direção) denota em que perspectiva se consolida o território, o que significa que o território não é um dado a priori, mas que a sua gênese e consolidação estão nas relações sociais que o sustentam, o que revela a sua dimensão de classe, as relações de poder que se estabelecem. Isto significa, essencialmente, que o território é examinado por uma perspectiva classista (Souza, 2015). "O território é assim, um produto concreto da luta de classes, travada pela sociedade no processo de produção da sua existência" (Oliveira, 2008:5).

Desta maneira, retomando o objetivo central desta pesquisa, no que concerne à análise do processo de territorialização do capital, que se manifesta como monopolização do território, definimos algumas categoriais centrais que expressam tais determinações territoriais de uma formação social capitalista no eixo da Rodovia BR 364:

a) A dinâmica do preço da terra, considerando que o processo de ocupação se realiza essencialmente na apropriação de terras e na sua consolidação como mercadoria;
b) As atividades produtivas, ou a matriz produtiva, tendo em vista que nesta perspectiva a lógica de produção espacial se vincula a substituição de formas locais de reprodução social, vinculando o uso e ocupação do solo às produções agroexportadoras, ou à *commoditização* da agricultura;
c) Ao valor da produção, consubstanciando-se na forma real do valor produzido, em sua dinâmica de realização da extração da mais valia e da renda da terra;
d) No papel do Estado, a partir de suas intenções mais diretas na sustentação de formas moduladoras de valor, no que diz ao crédito público.

Desta forma, o trabalho está organizado em três grandes eixos, no primeiro momento nos adentraremos no processo histórico de constituição e ocupação do estado de Rondônia. Em um segundo momento, buscamos compreender o processo de produção e organização das

---

que não rompem, portanto com a observação e descrição. Não são as categorias espaciais definidas aprioristicamente sobre o fenômeno que importam, mas a dinâmica espacial que os fenômenos apresentam em imanência, denotando o "seu geográfico", ou a dimensão geográfica do ser social." (2022, p. 138).

rodovias como meio de contribuir na territorialização do capital, assim como, na estruturação ou reestruturação e na produção do espaço geográfico no entorno dessas rodovias, e aqui nos debruçamos com mais detalhamento sobre a rodovia BR-364 no trecho que perpassa o estado de Rondônia. E por fim, aprofundamos em entender como se deu e se dá esse processo de territorialização do capital no espaço rondoniense no eixo da BR – 364, no que se refere ao método marxista de investigação e exposição das determinações territoriais (Muller, 1983), manifestas na lógica de monopolização dos territórios, considerando os cinco elementos analíticos acima citados nessa dada formação social.

1.1 Metodologia

Os processos metodológicos que temos construído na investigação (Muller, 1983) podem ser sistematizados no entendimento de que a pesquisa deve tomar para si detalhadamente seu tema de estudo, analisando as diferentes maneiras de "desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente após consumado este trabalho pode ser adequadamente exposto o movimento efetivamente real" (Muller, p. 22, 1983).

Nossa análise está vinculada a leituras e a compreensão de conceitos discutidos por autores como Ricardo Gilson da Costa Silva, Eliane Tomiase, Mauricio Torres, Jose Gilberto Souza, Juander Antônio de Oliveira, David Harvey, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Dorisvalder Dias Nunes, Bertha K. Becker, Daniel Monteiro Huertas, Marcio Rogério Silveira, entre outros.

De maneira que para analisarmos a territorialização das relações capitalistas de produção no eixo da BR 364 uma das técnicas metodológicas utilizadas foi a análise bibliográfica. Realizamos também análise de dados, e de investimentos feitos pelo estado brasileiro. Para contribuir na estruturação de nossa pesquisa recorremos à base de dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), bem como dos dados de Silvicultura, disponibilizados pelo IBGE (Cidades) e Censo Agropecuário.

Optamos pelos 11 municípios que estão no eixo da BR 364, onde o núcleo urbano dos mesmos está organizado em torna dessa rodovia, por entender que as primeiras e principais mudanças geográficas aconteceram aí no processo de colonização.

Ainda na sistematização optamos por agrupar os municípios estudados em regiões – região norte, região centro e região sul. De maneira, ainda, que ao tratarmos das áreas destinadas a produção e do valor da produção, para sistematizar e organizar os gráficos apresentados

fizemos a escolha de organizar em grupos, sendo – Culturas de base alimentar (lavouras de arroz, feijão e mandioca); Culturas de exportação (lavouras de soja, milho, café, cacau, borracha (látex) e cana-de-açúcar); Culturas frutíferas (lavouras de banana, abacaxi, açaí, coco-da-baía, laranja, limão, mamão, goiaba, manga, maracujá, melancia, uva, tangerina); e Culturas de legumes e outros (plantios de amendoim, palmito, pimenta do reino e urucum).

No levantamento de dados buscamos realizar em sites oficiais e algumas tabelas realizamos correções monetárias. E finalmente, apontar que os dados estão organizados e sistematizados em tabelas e gráficos para facilitar a análise. Os dados não são considerados em isolado, mas busca-se compreendê-los nas suas dimensões históricas e conectados com a totalidade, da mesma forma que buscamos identificar os pontos de tensão e as contradições que advém da busca do capital por “novas” terras a serem “conquistadas” e exploradas.

E por fim, apontar que neste processo consideramos que as principais categorias de analise são: matriz produtiva; valor da produção; preço da terra e crédito público.

2 PROCESSO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

> Desterrados em sua própria terra, condenados ao êxodo eterno, os indígenas da América Latina foram empurrados para as zonas mais pobre, as montanhas áridas ou o fundo dos desertos, à medida que avançavam as fronteiras da civilização dominante. Os índios padeceram e padecem – síntese do drama de toda a América Latina – A maldição de sua própria riqueza.
> Eduardo Galeano

Para mergulhar nas linhas e entrelinhas do processo de ocupação histórico e geográfico do estado de Rondônia, se faz necessário retomar alguns aspectos de constituição política, econômica, cultural e social desta região, que a constitui como um todo geográfico. Situada no que culturalmente designamos como porção latino-americano do continente, espacialidade que concentra uma das maiores reservas naturais do mundo, que é a Amazônia. Aqui usando das palavras de Galeano, é importante entender que a América Latina é a

> a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. (Galeano, 2015, p. 18).

Ao contar a história de colonização do Brasil nas escolas, ensina-se sobre esse processo como algo glorioso, que trouxe a civilização para este continente. História está sempre contada a partir dos processos que ocorreram nas regiões litorâneas que, de forma lenta, foi se adentrando e se aventurando neste então espaço desconhecido, mas não desabitado. Pontuar esses elementos uma vez que o ensino de história e de Geografia, tem um direcionamento para entender esta espacialidade como um vazio demográfico, um vazio sociocultural, e essa narrativa, quando tratada da Região Amazônica, fica ainda mais perceptível.

A história contada é a dos que detém o poder da fala e da escrita, construindo narrativas que os favorecem. Como diria Hobsbawm (2012) “não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela. Sua história, como a nossa, é incompreensível fora da sua inserção em um mundo mais amplo” (p. 241).

Ao se debruçar para estudar um estado que compõe a região amazônica, faz-se necessário compreender geopoliticamente qual foi e qual é o papel dessa região aos olhos de uma formação social. Assim é preciso retomar o processo/conceito de colonização realizado,

ou “empreendido”, para usar uma expressão que mais se aproxima da lógica mercantil, estabelecida pelos europeus.

A partir do tratado de Tordesilhas (1494) quase toda a Amazônia, inclusive Rondônia esteve sob domínios da coroa espanhola, no entanto, como nos aponta Nunes mesmo que “grande parte do território amazônico estivesse sob domínio espanhol, a prioridade para incursões exploratórias estava centrada na busca do ouro andino.” (1996, p. 02).

Por ser uma região de mata densa, as dificuldades para adentrar esse espaço eram grandes, e segundo esse autor somente a partir de 1539 os espanhóis realizaram uma expedição, com o objetivo de desbravar as terras até chegarem ao oceano Atlântico. Anos mais tarde, apesar das dificuldades impostas pelo cenário natural eles atingiram seu objetivo, tal expedição “possibilitou uma ‘rota mercantil’ que viabilizou o adentramento de outros aventureiros” (1996, p.2) em busca de riquezas.

Mas,

> "[...] foram principalmente os portugueses que implementaram o processo de ocupação da Amazônia utilizando-se de três estratégias: a primeira relacionava-se à questão jurídico-política que, alicerçada pelo Tratado de Madrid (1750), garantia a posse da terra pela ocupação. Associado a isso, estava também a construção de fortificações militares, a exemplo do Forte Príncipe da Beira, cuja pedra fundamental de sua construção fora lançada em 20 de junho do ano de 1776 [...]. A segunda era de cunho ‘religioso’, pois os missionários tiveram papel importante na fundação de vilas e no ‘amansamento’ dos nativos, trabalho este que era justificado pela pregação da ‘boa nova’**,** no processo de catequização. Finalmente, a de cunho econômico implementada principalmente pelos bandeirantes paulistas que buscavam ouro no interior do País (em Rondônia tivemos a presença de Raposo Tavares), e daqueles que buscavam as ‘Drogas do Sertão” (Nunes, 1996, p. 2-3).

Inclusive era preciso protegê-la da invasão por outros países europeus que desejavam suas riquezas naturais e minerais. Em 1750, por meio do tratado de Madrid, Portugal passa a ter direitos sobre as terras ocupadas na região norte do país, consolidando boa parte das atuais fronteiras do Brasil.

A Amazônia, assim, desde o início da colonização europeia foi um espaço de inúmeras disputas que vislumbravam o controle de suas riquezas naturais por parte das principais potências do continente europeu. Sendo uma região marcada pela criação de vários tratados entre os reinos europeus, principalmente Espanha e Portugal, na tentativa de estabelecer os limites fronteiriços entre as coroas.

Já apontamos aqui o tratado de Tordesilhas (1494) e o tratado de Madrid (1750), mas para chegarmos à constituição da atual divisão geopolítica do Brasil precisamos destacar ainda,

mais dois tratados: O tratado de Ayacucho[2] (1867) que tinha como objetivo uma revisão nos limites geopolíticos estabelecidos pelos tratados anteriores. E o tratado de Petrópolis[3] (1903) que oficializou a anexação do atual estado do Acre ao território brasileiro.

A faixa territorial entre os atuais países, Brasil – Bolívia – Peru, só veio a ter seus limites fronteiriços delimitados no início do século XX. Resultado, um tanto tardio, da incorporação desses territórios aos seus respectivos estados nacionais. Mas, é imperativo pontuar que todo esse processo foi e é influenciado por fatores externos e internos. Segundo Paula (2013) no que diz respeito ao primeiro ponto. Tratou-se da

> demanda por borracha natural – uma das matérias-primas essenciais para a indústria europeia e estadunidense, entre final do século XIX e meados do XX – desencadeia uma corrida em busca dessa "bondade de la naturaleza", existente até então somente na Amazônia. As articulações entre capital industrial, financeiro e comercial põem em marcha a construção de um complexo sistema de relações mercantis destinado a garantir o fluxo dessa matéria-prima da Amazônia para os centros industriais europeus, bem como para a emergente indústria estadunidense. (2013, p. 63 - 64).

Pode-se observar que a demanda para extrair os bens da natureza, ou para mercantilizar a natureza dessa região não eram pequenas, pois para a forma social capitalista tudo se resume ao lucro que determinado território lhe trará de retorno, sendo que na formação territorial da Amazônia observou-se uma rapidez maior por parte dos grupos econômicos que se apoderaram de determinadas riquezas "[...] A extração da borracha, em fins do século 19 e início do século 20, é apenas um exemplo desse processo; [...]" (Torres, 2005, p. 67 e 68).

Cabe dizer que "[...] o final do século XX é marcado por uma ofensiva monumental do imperialismo de 'adaptar' a espoliação [4] na Amazônia aos imperativos da acumulação

---

2 Paula nos aponta que o "Tratado de Ayacucho, firmado entre Brasil e Bolívia, e, 1867, expressa bem o nível de conflitos existentes naquele período e as tentativas de solucionar as disputas envolvendo os limites fronteiriços que, 'apesar de admitir os mesmos limites descritos nos Tratados de Madri e Santo Idelfonso, conteve o princípio do uti possidetis' (Carbone, 1999, p. 16). Ou seja, como o território era desconhecido, considerado um espaço vazio (obviamente, a população indígena existente não era levada em conta), estabeleceu-se o princípio da ocupação como critério orientador para a fixação de limites fronteiriços. No momento em que fossem definidos esses limites, levar-se-ia em conta a nacionalidade dos ocupantes daquele espaço territorial. No final do século XIX, aquela região já estava totalmente ocupada por brasileiros." (Paula, 2013, p. 65).

3 Como já ressaltamos o espaço amazônico e a organização geopolítica da região foi enlaçada de diversos conflitos territoriais e "após um conflito armado entre Brasil e Bolívia, foi assinado o Tratado de Petrópolis, em 1903, que consagrou a anexação de uma parcela do território amazônico boliviano ao Brasil. Em 1909 seria assinado tratado similar com o Peru. O atual estado do Acre resulta, portanto, da soma de territórios tomados desses dois países." (Paula, 2013, p. 63).

4 Paula cita Harvey para reforçar que "nos desígnios do capitalismo verde, o capital segue sua marcha destrutiva. [...] uma das atuais características do desenvolvimento capitalista seria a combinação entre acumulação expandida e acumulação via espoliação. Comandada pelo imperialismo, a 'acumulação

capitalista e ao realinhamento geopolítico mundial." (Paula, 2013, p. 74). Nas palavras de Galeano

> "Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado do seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. [...]" (2015, p. 18).

Desse modo, o domínio dessa região da Amazônia, sempre foi visto como importante não só por sua fartura em bens da natureza, mas também por ser geograficamente estratégico para as fronteiras dos estados nacionais.

Becker pondera que

> No caso da Amazônia, dadas a vastidão de seu território, às riquezas que contém e à ausência de organizações regionais capazes de resistir à nova apropriação, a fronteira assume excepcional valor estratégico como reserva energética mundial. Em face da nova estratégia das corporações, representa um espaço onde é possível exercer o monopólio dos meios de produção – matérias primas, mão-de-obra barata e terras; um espaço onde há facilidade para implantar novas estruturas abrindo mercados para a alta-tecnologia; um espaço onde é possível estender o controle do mercado financeiro mundial. (1988, p. 67 e 68).

Segundo Becker ainda, a Amazônia é um exemplo dessa

> nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. [...] A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana. (2005, p. 72).

De forma, que estabelecer domínio sobre esta região naquele fim do século XIX e início do século XX, representava e representa, porque esse é um espaço em constante disputa geopolítica, garantir o controle de espaços com elevada potencialidade e extração de minerais e ou, por exemplo, de alta densidade de árvores produtoras de látex, isso porque havia uma alta

---

via espoliação' é caracterizada, de uma maneira geral, como uma forma de recrudescimento da 'acumulação primitiva'. Ela se expressa, sobretudo, na precarização das relações de trabalho, supressão de direitos sociais arduamente conquistados pelos trabalhadores no decorrer da luta de classes, privatizações, agravamento da destruição ambiental e intensificação do processo de mercantilização da natureza." (Paula, 2013, p. 44).

demanda de borracha no âmbito mundial, principalmente na Europa, devido a revolução industrial que se vivia naquele momento e o único meio de obter essa goma natural era pela extração das seringueiras que exclusivamente só se tinha em territórios amazônicos. Motivo pelo qual se teve muito interesse e empreendimentos que buscavam gerar muito mais lucros para quem investisse nesse negócio.

Porém, após algumas décadas de grande crescimento econômico desse mercado, assistiu por volta da década de 1910 um declínio pela demanda da borracha amazônica, isso porque os capitalistas ingleses conseguiram adaptar as seringueiras em suas colônias na Ásia.

> As seringueiras, cultivadas no sistema de *plantations*, adaptaram-se formidavelmente bem em áreas do sul e sudeste asiáticos, que se transformaram nas grandes produtoras mundiais de borracha natural. Em menos de uma década, o Brasil tornou-se um produtor medíocre (atualmente, produz menos de 1% da borracha natural do mundo). (Torres, 2005, p. 32).

Após esse declínio, dada a dimensão concorrencial que se estabelece com a produção da borracha asiática, esse mercado só terá um segundo momento de grande expansão da demanda quando ocorre a segunda guerra mundial.

Para Nunes

> "Foi no bojo das tentativas de diversificação da economia amazônica e do redimensionamento geopolítico da Região, que surgiu o Território Federal do Guaporé em 1943, através do Decreto Lei n° 5.812 de 13 de setembro do mesmo ano, durante o governo Getúlio Vargas, ato que configurou as atuais dimensões territoriais do Estado. Naquele período vivenciava-se a retomada da atividade extrativa do látex e em seguida o seu declínio em função do término da Segunda Grande Guerra. (Nunes, 1996, p 03).

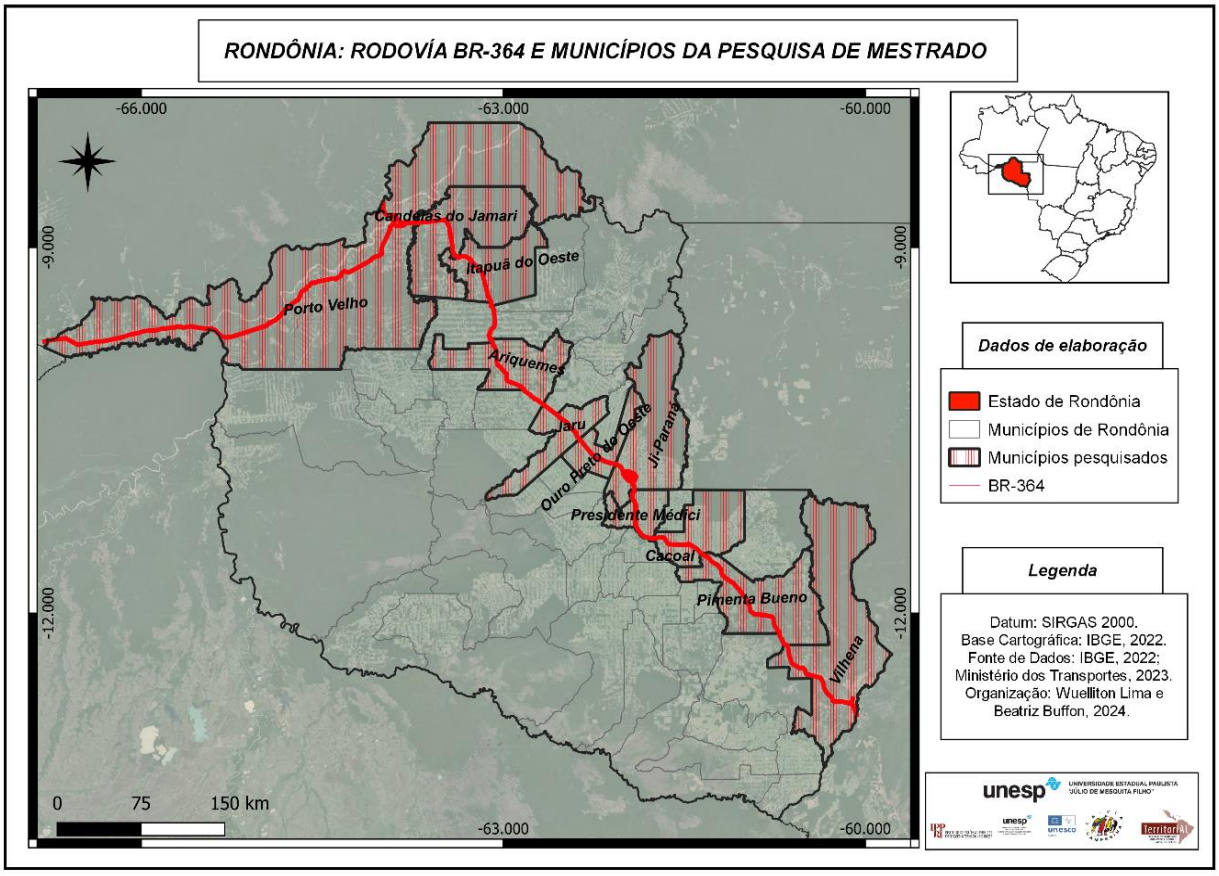
O estado Rondoniense, que no ano de 1943 foi nomeado como Território Federal do Guaporé, está localizado na Amazônia Ocidental, sendo constituído a partir do desmembramento de terras que até então pertenciam ao Amazonas e Mato Grosso. É no ano de 1956 que passa a ser denominado Território Federal de Rondônia e é somente em dezembro de 1981, que passa a se constituir como estado de Rondônia[5], uma das 27 unidades de estados federativos do Brasil.

[5] Cabe apontar que "o plano de metas de JK anunciava a ideologia desenvolvimentista que marcaria a história brasileira nos anos 60. O regime militar, implantado a partir do golpe de 1964, combinaria "desenvolvimentismo" e doutrina de segurança nacional, enfatizando os aspectos geopolíticos do processo de ocupação da Amazônia (o lema era "integrar para não entregar")." (Torres, 2005, p. 35). A ocupação da Amazônia, e, por conseguinte de Rondônia esteve respaldada pelo discurso da segurança nacional. Sprandel (2015) chama a atenção para o grande número de discursos "denunciando interesses "alienígenas" na Amazônia, ameaçando nossa soberania e nossos minérios.". A ocupação do espaço rondoniense também foi um meio que o regime militar encontrou para amenizar os enfrentamentos e descontentamentos por questões de terras em outras regiões do país, se tornando um suspiro para a manutenção do controle.

Está localizado na região norte e tem como limites os estados do Mato Grosso a Leste, Amazonas ao Norte, Acre a Oeste e a República da Bolívia a Oeste e Sul. “A formação sociocultural do estado de Rondônia é feita de retalhos socioculturais e que não, necessariamente, dispõem de laços de continuidade entre si.” (Buffon, 2017, p. 22.). Nesse sentido, é preciso deixar claro a questão da multiplicidade e da diversidade, bem como as contradições e conflitos do processo de ocupação da região.

No mapa a seguir, no qual apresentamos a localização geográfica do estado de Rondônia, podendo observa o trajeto da rodovia BR 364 dentro do estado, assim como vamos identificar visualmente os municípios com os quais realizamos a pesquisa e levantamento de dados deste trabalho. Importante ainda apontar que há uma lacuna, um vazio entre os municípios que estão no eixo da BR 364, neste espaço temos outros três municípios – Rio Crespo, Cujubim e Alto Alegre, no entanto os mesmos não estão entre os municípios pesquisados pois o núcleo urbano das mesmas não estão entorno da BR 364.

Mapa 1: Localização geográfica do estado de Rondônia.



Fonte: IBGE. 2022: Ministério dos Transportes, 2023.

A história de Rondônia geralmente é contada por meio das ondas migratórias que estão relacionadas a questões econômicas e a necessidade de se apropriar deste espaço. Cabe dizer, que as primeiras ondas migratórias com destino a essa região estão ligadas ao processo de extração de bens da natureza, tendo grande destaque aqui a extração da goma de borracha, para onde milhares de migrantes (nesse momento, em sua maioria nordestina) vinham com a esperança e o sonho de uma vida melhor nesses recantos até então desconhecidos. Importante apontar, que o ciclo da borracha estava mais localizado na região norte do estado de Rondônia (Porto Velho e Guajará-Mirim), isso pela questão do acesso e pela circulação do produto, que naquele momento acontecia via Rio Madeira e Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

> "A ferrovia foi o fator técnico que permitiu circular a borracha extraída desses vales e da Bolívia. Traduz a modernidade na selva, na qual foi preciso criar no espaço regional esse sistema de engenharia moderno para dar vitalidade à ocupação territorial com a produção de uma mercadoria com determinação multiescalar, com dinâmicas internas gestadas no exterior, uma multidimensionalidade do espaço tempo." (Silva, 2014, pg. 152).

A princípio, a coleta e a comercialização da borracha aconteciam via navegação fluvial, passando pelo rio Mamoré e depois pelo rio Madeira. No entanto, em determinados pontos deste percurso se apresentavam obstáculos, tendo várias cachoeiras que impossibilitavam a navegação. Nascendo aqui a ideia e a demanda de uma ferrovia que garantisse o escoamento dessa produção, assim como, a circulação dos imigrantes que estavam chegando nessa região em busca de melhores condições de vida a partir do trabalho nos seringais.

Já citamos anteriormente o tratado de Petrópolis, que foi um acordo que contribuiu na consolidação da fronteira entre Brasil e Bolívia onde se

> oficializou a incorporação do Acre ao território brasileiro. O governo do Brasil pagou à Bolívia a quantia de 2 milhões de libras esterlinas [...]. Além disso, cedia algumas terras no Mato Grosso (próximas à foz do rio Abunã) e comprometia-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré desde Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no rio Mamoré, para escoar a produção boliviana pelo rio Amazonas, uma vez que a Bolívia havia perdido, após uma guerra contra o Chile, sua saída para o oceano Pacífico. (Coimbra; Fantin, 2020, p. 13.).

Importante pontuar que antes do tratado de Petrópolis, já tinha havido inúmeros fracassos na construção de uma ferrovia naquela espacialidade. Mas "após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, em que o Brasil, após ter oficializado a posse definitiva do estado do Acre, ficava responsável pela construção dessa ferrovia. Agora o

governo brasileiro era obrigado, de acordo com a cláusula VIII, não somente a reiniciar, mas terminar a obra no prazo de quatro anos.” (Coimbra; Fantin, 2020, p. 12).

Por sua vez, este processo não é marcado como aventura e heroísmo, pois as dificuldades encontradas não foram poucas, principalmente quando analisamos as situações às quais os trabalhadores foram submetidos, sobretudo no que diz respeito a determinadas questões sanitárias.

> “A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré até a atualidade é conhecida como a "Ferrovia do Diabo" devido às milhares de mortes de trabalhadores ocorridas durante a sua construção, entre 1907 e 1912. As mortes se deviam a doenças como malária, febre amarela, sarampo, beribéri e impaludismo; [...]” (Coimbra; Fantin, 2020, p. 15).

No tocante às ondas migratórias poderíamos aqui elencar três períodos ou ciclos que tiveram maior destaque, as primeiras mais relacionadas ao processo de extração das chamadas drogas do sertão, destacando-se a borracha e o minério.

O ciclo econômico da borracha ocorreu em dois momentos, como já mencionado anteriormente. O primeiro, por volta de 1877, se insere no final da “era de ouro” da produção da borracha amazônica, momento em que a região Norte foi o maior polo de extração de látex do mundo. O segundo momento, teve início em 1942, motivado pelas demandas da segunda guerra mundial. “Ainda nesse período e como parte de estratégia da ocupação do território temos a instalação da linha telegráfica[6] (1907 – 1915), bem como a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), que possibilitava o escoamento da borracha produzida.” (Buffon, 2017, p. 11).

E o ciclo da extração da cassiterita, que teve início na década de 1950 quando foram encontradas jazidas de estanho na região de Porto Velho. A cassiterita é de grande aproveitamento na indústria e as principais reservas estão situadas na região norte do Brasil.

A partir da década de 1970, tiveram início, simultaneamente, os ciclos da madeira e da criação de gado.” (Buffon, 2017, p. 11). E com isso, houve uma maior necessidade de se ter um meio, uma infraestrutura de maior qualidade que garantisse a exportação e a comercialização desses produtos.

---

6 O objetivo do governo com as linhas telegráficas era de tirar do isolamento a região do Mato Grosso ao extremo oeste amazônico, integrando a população dali ao dito mundo civilizado. Cândido Mariano da Silva Rondon, mais tarde denominado como Marechal Rondon foi que chefiou a comissão responsável por pôr em prática o projeto. O início da linha era em Cuiabá rumo a Santo Antônio do Rio Madeira, permeando o espaço rondoniense de uma ponta a outra, e ao longo do trajeto foram se constituindo núcleos de povoamento, algumas das atuais cidades de Rondônia tem sua origem a partir desses povoados.

Por muitos anos a circulação rodoviária em Rondônia era quase inexistente, isso porque a rodovia que acaba sendo o eixo condutor dessa movimentação, que hoje conhecemos como BR 364, levou algumas décadas para ter a mínimas condições de transitar, sendo uma obra que tinha início, mas parecia nunca ser concluída, ficando por muito tempo em condições de picadões. Mas por conta do fluxo crescente de imigrantes nos finais dos anos de 1960 e consequentemente de 1970 e 1980, a demanda por finalizar e inclusive asfaltar essa rodovia se tornou necessidade urgente.

> A implantação da rodovia Cuiabá/Porto Velho, com abertura iniciada em 1943 pelo governo recém criado do território, já em 1945 chegava a Ariquemes partindo de Porto Velho até 1960 a estrada assim permaneceu. A partir de 1968 passou a ter tráfego permanente, em virtude que 1966 o encargo de construção foi atribuído ao 5° Batalhão de Engenharia Civil que acelerou o ritmo da obra, proporcionando trechos trafegáveis dentro do território. Somente no início da década de 1980 as obras para conclusão de todo o trecho foram reiniciadas pelo governo federal que considerou desbravadora e prioritária para a integração nacional. (Cunha; Moser. 2010, p. 126).

Poderíamos dizer que no processo de ocupação, construção e organização do espaço rondoniense tivemos dois momentos de ápice quando nos referimos a chegadas de imigrantes, entendendo que o "primeiro ciclo da borracha deixou como herança para o Território Federal de Rondônia a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, de resto, era a grande floresta [...]". (Souza, 2020, p. 89). De forma que esse "esvaziamento" e o isolamento da região fez com que o Governo Federal tomasse a iniciativa de buscar alternativas que garantissem a ocupação popular dessa região.

Cabe destacar quem eram e de onde vieram as pessoas que chegaram no estado de Rondônia, principalmente, nesses ápices de migração. Um primeiro momento, durante o ciclo da borracha, pesquisas e dados apontam que esses migrantes eram majoritariamente nordestinos, vindos do estado do Ceará, estavam em busca de melhores condições de vida nessas terras desconhecidas e de mata densa, mas vinham também por conta da grande seca que a região nordestina vivenciava naquele momento. De maneira que "o Estado brasileiro optou pela migração dirigida de trabalhadores pobres do Nordeste para trabalharem nos seringais da Amazônia. (Paula, 2013, p. 68).

> O histórico dos projetos oficiais do estado de Rondônia apresenta diversos momentos assim como, 'I ciclo da borracha', 'construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré', etc. [...] com a chegada dos 'soldados da borracha' na Amazônia 'neste período, ocorreu a consolidação da produção comercial da borracha e o início da migração massiva principalmente de cearenses e outros nordestinos para a Amazônia.'. '[...] o governo brasileiro vai recorrer [...] ao Nordeste como fonte fornecedora de mão-de- obra. E mais uma vez, contou

> com uma prolongada seca no ano de 1942, o que facilitou o processo de mobilização dos nordestinos – os 'soldados da borracha'. [...]. O objetivo do governo era de abastecer a guerra, fortalecer as fronteiras, além de ocupar, dominar e integrar as regiões desabitadas do interior do país. (Lima; Fotopoulos, 2018, p. 99).

E o segundo momento de migração, durante os anos de 1970 – 1980, quando a

> colonização do Território de Rondônia, acabou por atrair um contingente muito elevado de migrantes entre as décadas de 1970 e 1980, [...]. O governo realizou propagandas midiáticas nas demais regiões brasileiras com a distribuição de terras fartas nessa porção da Amazônia para atrair os colonos para migrarem e consolidarem a região com a produção agropecuária. (Souza, 2020, p. 86).

Esse momento de auge do processo migratório não se dá de forma isolada e tão espontânea assim, é preciso compreender que anteriormente a isso, principalmente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e no período da ditadura civil-militar (1964-1985) ocorreram dinâmicas que contribuíram na mobilização de pessoas para esse processo, desde propagandas nos meios de comunicação à criação de políticas de incentivo à migração para essas terras que estavam sendo colocadas como o espaço abençoado e de resolução dos problemas sociais, econômicos e políticos de outras regiões do Brasil. Torres pondera que

> As justificativas baseavam-se no princípio de que a solução para os problemas sociais do Nordeste estava na migração para a Amazônia. A estratégia do desenvolvimento passava a ser concebida como necessariamente concentrada, polarizada, sendo que a tarefa geopolítica da ocupação das fronteiras do país ficaria por conta das populações regionais. [...] Definida a estratégia, a ação começou pela Operação Amazônia, consubstanciada na ideologia que serviu de lema ao Projeto Rondon, "integrar para não entregar". "Integrar" significava abrir caminhos, criar condições para a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios nacionais e multinacionais. (Torres, 2005, p. 69 e 72).

Havia uma narrativa de que na Amazônia se tinha um grande vazio demográfico, havendo a necessidade de que se fosse ocupada, tendo como uma das justificativas a segurança nas fronteiras. Mas sabemos que o maior interesse era conseguir adentrar para explorar o máximo que se conseguisse dos recursos naturais deste território, de forma que os governantes e a elite capitalista, tanto nacional como internacional, foram criando e possibilitando mecanismos jurídicos para esse processo de ocupação, tendo como discurso a necessidade de ocupar essa região isolada e "teoricamente despovoada".

Ainda no governo de Getúlio Vargas vamos ter a Marcha para o oeste, que buscava criar aberturas que permitisse uma ligação aos espaços mais isolado do país, esse era um projeto que

visualizava a região centro-oeste do Brasil, mas pela proximidade de Rondonia ao Mato Grosso esse movimento vai chegando as beiras dos espaços rondonienses. De modo que

> Com o intuito de pensar esta conexão entre os estados Getúlio lança em 1938 a Marcha para o Oeste. O projeto da Marcha visava proteger o território a partir do povoamento para o interior. Assim foram criadas comissões e órgãos do governo para avaliar como se daria a efetivação do projeto e a ocupação territorial. Várias missões foram instituídas sendo que essas tinham como destino o sertão para realizar análises do solo e dimensionar como ocorreria a migração. (Arrais, 2016, p. 05).

Poderíamos dizer que a raiz histórica da marcha para o Oeste era de conter as tensões sociais, fazendo dos projetos de colonização uma válvula de escape para as áreas que apresentavam tais tensões.

No caso rondoniense buscando, assim, implantar uma colonização com projetos agropecuários, consolidando a expansão das fronteiras agrícolas. Segundo Arrais

> No momento que a Marcha para o Oeste ocorreu é construída a partir do controle estatal e moldada pelos órgãos governamentais responsáveis pela divulgação do Oeste, ressaltando que era uma terra rica e livre. A realidade social era outra e o governo soube aproveitar-se disso utilizando propagandas que ressaltavam as qualidades do sertão. (Arrais, 2016, p. 06).

O governo soube usar muito bem o discurso e a esperança do povo de ter acesso a terra de qualidade e de forma fácil, e como nos aponta Souza

> É possível verificar que a taxa de crescimento populacional de Rondônia foi superior em relação à média nacional, atingindo entre as décadas de 1970 e 1980 a maior taxa de crescimento populacional registrada no país, de 331,42%. Coy (1988) destaca que na década de 1970 a média anual do crescimento demográfico de Rondônia foi de 15,8%, identificando dois fatores responsáveis por esse fenômeno sendo a migração do centro para a periferia: 1) as ondas migratórias rumo as frentes pioneiras atuais originadas das frentes pioneiras consolidadas (Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, entre outras regiões); 2) migrações das regiões de ocupação antiga. (Souza, 2020, p. 87).

Sendo, portanto, demonstrado que as décadas de 1970 e 1980 foram os períodos de maior migração para a região nesse processo de colonização.

Entretanto, a história e as transformações geográficas que ocorreram no espaço rondoniense estão intrinsecamente vinculados à abertura e extensão de fronteiras agrícolas como parte integrante das estratégias de ocupação da Amazônia, de forma que para compreender a “colonização” e a territorialização do capital no território rondoniense é preciso estar ciente de que o mesmo ocorre dentro de um planejamento maior, que era a “integração” da Amazônia ao espaço nacional.

Para Nascimento (2010) “a evolução do espaço de Rondônia esteve sempre atrelada a ciclos de desenvolvimento econômico, que tentava na maioria das vezes atender interesses externos. A princípio o objetivo maior era acolher os interesses do mercado internacional, “mas a partir da década de 1970, a região foi foco das políticas militares para corresponder a interesses nacionais” (Nascimento, 2010, p. 67).

Em vários momentos aqui afirmamos que o maior crescimento populacional, advindo principalmente da migração, para o espaço rondoniense se deu entre as décadas de 1970 e 1980. E aqui se faz necessário entendermos qual era a situação política que se passava no Brasil nesse momento histórico.

Estávamos em meio a uma ditadura civil-militar, um regime autoritário que teve início com o golpe militar em 31 de março de 1964. A ditadura durou 21 longos anos, praticando a perseguição e tortura aos opositores ao regime. Foram anos de incentivos à exploração da Floresta Amazônica, contando com a abertura de estradas para facilitar o acesso à região.

> A ditadura reage e responde com a criação dos projetos de colonização com um duplo objetivo: amenizar as tensões sociais geradas pelos conflitos resultantes da disputa da terra na região e, ao mesmo tempo, dar seguimento à “modernização conservadora” em nível nacional, via migração dirigida de camponeses pobres do Sul e Sudeste para a Amazônia. (Paula, 2013, p. 81).

Os militares aplicaram uma política econômica pensada por um modelo monopolista, que possibilitou e sustentou o regime civil-militar. As políticas voltadas à ocupação da Amazônia tinham centralidade para o Estado e se constituiu sob o jugo ideológico da expressão “Integrar para não Entregar”, tendo como o foco o inimigo interno e externo – o comunismo.

Durante o regime ditatorial civil-militar foram implantados grandes projetos na tentativa de legalizar a invasão de terras indígenas, entre estes projetos tem-se o discurso da “integração ao mercado nacional e internacional, mas visando apenas o crescimento econômico”. (Oliveira, 2018, p. 378). Um discurso ideológico que contribuiu para uma ocupação desenfreada da região e que colocou os “povos indígenas, invisíveis aos olhos dos brasileiros e um obstáculo aos olhos do capital.” (Oliveira, 2018, p. 361). “Outra herança desse processo violento do contato entre indígena e não indígena, na Amazônia, é a política de terra que privilegiou o grande capital, especialmente durante a ditadura militar. A implantação dos grandes projetos, a legalização das terras invadidas e o discurso de “integrar para não entregar” intensificaram os conflitos que se estendem até hoje, apesar de leis que garantem a demarcação das terras indígena.” (Oliveira, 2018, p. 367).

> O INCRA vinculado ao ministério da agricultura criado para cumprir a reforma agrária proposta na lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 "Estatutos da Terra" elaborou projetos integrados de colonização tendo implantado em 1970 o PIC Ouro Preto, no distrito da Vila de Rondônia então município de Porto Velho. Em 1972, foi criado o de Gi-Paraná, entre a vila de Rondônia e Pimenta Bueno, hoje município de Cacoal. Preocupado com o êxodo do município de Guajará Mirim e com o acúmulo de colono no Iata; o INCRA lançou em 1972, o Projeto Sidney Girão na altura de Ribeirão área hoje servida pela BR-425 que liga Guajará Mirim a Abunã. Prosseguindo com essa política, o instituto criou em 1973 e implantou em 1974 o PIC Paulo de Assis Ribeiro ao sul do território, ocupando parte dos vales do Cabixi, Escondido e Corumbiara. Em 1974 e 1976 foram lançados mais dois projetos: Burareiro e o Marechal Dutra, ambos em áreas servidas por estradas de rodagem: o primeiro perto de Ariquemes no vale do Jamari e o último abrangendo terras desse vale e de Candeias servido pela BR- 421, já implantada no território. (Cunha; Moser, 2010, p. 131).

É perceptível que em todos os momentos de colonização dirigida pelo Estado nacional, em nenhum momento os povos indígenas foram vistos e tratados com cuidado, no sentido de entender suas demandas e protegê-los, uma vez que habitavam essa região muito antes da chegada dos europeus. Aqui apontamos dois momentos de grande densidade na chegada de migrantes na região, uma ocupação que em vários momentos se tornou incontrolável, assim como, os conflitos com os povos indígenas que vivenciaram violentamente a invasão de suas terras, suas matas derrubadas, e o "*boi (pastagem) aos poucos tomando conta de tudo*", como se costuma mencionar.

De modo que podemos dizer que o estado de Rondônia é resultado de um esforço nacional por parte do Estado, pela então "necessidade" de ocupar terras "ociosas", "vazios demográficos" que se afirmava existir em todo espaço da Amazônia. Rondônia sendo parte dessa espacialidade e dessa territorialidade do capital,

> Essa aliança entre Capital e Estado expressa a ação estratégica desses agentes territoriais na construção de outras funcionalidades do território, pavimentando a ocupação de terras e a exploração mineral. Na ótica do Estado financiar os capitais privados (nacional e internacional) através de políticas econômicas (créditos e isenções fiscais) e territoriais (estradas, migração e colonização) possibilitou a realização objetiva da ocupação do espaço, que incrementou a lógica do capital e a sociabilidade capitalista no meio da floresta Amazônica. (Silva, 2010, p. 68).

A ocupação do espaço rondoniense, pode ser tida como uma sequência da expansão agrícola da região centro-oeste brasileira, baseada na produção agropecuária. Demarcada por perspectivas do agronegócio, como um fenômeno agrário que integra a commoditização da agricultura na órbita da industrialização e financeirização do campo. De maneira que, constituir uma malha viária que permitisse o tráfego de mercadorias, se torna uma demanda estratégica

para o adentramento da Região Amazônica. Até porque quando falamos na constituição e organização de estradas/rodovias há uma visão simplória de que

> uma rodovia é apenas uma obra de engenharia. É uma via destinada ao tráfego de veículos autônomos que se deslocam sobre rodas, ensina o Dicionário Aurélio. Só isso? Não. Uma rodovia é muito mais do que uma obra de engenharia por onde transitam veículos. Por uma rodovia transitam pessoas, seres humanos que interagem com outras pessoas e lugares. A vida pulsa ao redor de uma estrada. Do ponto de vista de engenharia, a construção de uma rodovia utiliza técnicas e processos de domínio público, sem grandes novidades. Contudo, na atualidade, a construção de uma rodovia é mais complexa e vai além da obra de engenharia. Vista por outro ângulo, uma rodovia é uma intervenção do homem no meio ambiente. E, quando uma rodovia cruza a floresta Amazônica, a intervenção ganha contornos mais complexos e delicados." (Torres, 2005, p. 11).

As rodovias permeando o espaço amazônico tornaram-se vetores de ligação com as regiões mais industrializadas e economicamente desenvolvidas, no caso de Rondônia, "a rodovia Cuiabá-Porto Velho notabilizou-se por ser uma importante artéria de acesso a Rondônia e à Amazônia Ocidental. Verifica-se a partir desse momento o incremento do fluxo migratório que era induzido por propagandas governamentais informando sobre o 'novo eldorado'" (Nunes, 1996, p. 04).

Cabe destacar aqui que a partir da década de 1970, período em que a atuação do governo federal se intensifica em Rondônia, o Estado principia intensas transformações com a exploração agrícola, entusiasmado pela pavimentação da rodovia BR – 364 que facilitou a circulação migratória em busca de terras para a produção agrícola. (Souza; Ximenes; LocatellI, 2018).

Assim como:

> "se desencadeia uma nova etapa no processo de povoamento no estado de Rondônia, a partir do Plano de Integração Nacional (PIN). Para Castro (1999) esse novo ciclo se concentrou ao longo da BR – 364, onde foram implantados projetos de colonização e para onde se dirigiram a maior parte dos imigrantes.". (Souza; Ximenes; Locatelli, 2018, p. 03).

O processo de ocupação de Rondônia teve movimentação da colonização particular, no entanto o auge da migração direcionada a esse espaço é canalizada pelo governo estadual e federal principalmente. Tendo

> O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que foi criado através do decreto lei n° 1.110 de 09 de julho de 1970 como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, passando desde então a ser o órgão

> federal executor, por excelência tanto da política de desenvolvimento como a reforma agrária do país. (Cunha; Moser, 2010, p. 144).

No entanto, com a conclusão da BR 364, nos fins dos anos de 1970, “Rondônia despertava como o novo eldorado brasileiro de várias regiões do país colocavam-se em marcha peregrina em caminhões e ônibus na estrada de terra, barro e poeira vermelha." (Cunha; Moser, 2010, p. 144), o que acarretou uma chegada descontrolada de migrantes, de modo que os projetos de assentamentos foram insuficientes e o INCRA não deu conta de direcionar e organizar tamanhas demandas de terras, causando movimentos voluntários de ocupação de terras.

Tudo isso possibilitou a criação de diversos municípios que hoje integram o estado, concorrendo com um adensamento populacional em torno da rodovia. “Os deslocamentos dentro do território se devem à procura de áreas de solos melhores e mais bem servidas de transportes, com preferência para as situadas ao longo da BR-364.” (Cunha; Moser, 2010, p. 130), tais autores ainda apontam que ao

> “[...] se concentra na área de influência da BR-364, indicada como prioritária para ocupação desde 1968 quando a corrente migratória começava a se dirigir para Rondônia, facilitada pela abertura ao tráfego da rodovia Cuiabá-Porto Velho, no início da década de 1960. (Cunha; Moser, 2010, p. 134).

Assim a uma potencialização nas plantações e pastagens em terrenos ao longo da rodovia federal, o que fez com que as terras mais próximas a BR-364 tivessem uma valorização em seu preço.

Por fim, estar próximo à rodovia federal possibilita fácil acesso e garante a circulação da produção e dos insumos necessários em uma malha viária eficiente, garantindo uma circulação eficaz de todas as demandas, principalmente do capital, isso porque as rodovias que permeiam a região amazônica têm o papel de interligá-la aos grandes centros industrializados, realizando um escoamento rápido e eficiente dos bens da natureza e da produção agrícola, garantindo uma maior acumulação de capital.

3 RODOVIAS E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Ao se tratar do tema das rodovias não é possível fazer uma análise isolada, ou seja, sem reconhecer a multiplicidade de elementos que estão envoltos. Um tema que esteve e está vinculado a diversos outros fatores relacionados às crises econômicas e estruturais de outras regiões brasileiras, e ao próprio papel e inserção da economia brasileira no cenário internacional. Isso faz com que no Brasil o processo e o planejamento de criação e implantação de uma rede de rodovias esteja combinado com vários outros interesses, desde econômicos, sociais e políticos.

Poderíamos afirmar que a circulação espacial se constitui como um elemento diferenciador da dialética espaço-território, isso porque, o fato de se ter uma malha rodoviária possibilita conexões geográficas importantes, desde a circulação de mercadorias, circulação de pessoas, há processos de mudança estrutural especulativa, alterando a renda da terra, sobretudo a renda diferencial 2, entre outros elementos, sobretudo no que tange às relações de poder.

Importante demarcar aqui nossa compreensão do conceito de renda da terra, que está calcada na interpretação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o qual afirma que

> A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. (Oliveira, 2007, p. 43).

De modo que o "conceito renda da terra é, pois, um conceito fundamental para a compreensão da realidade agrária e mesmo urbana, pois em ambas a terra entra como componente importante." (Oliveira, 2007, p. 43). Ainda segundo o autor, sob o modo de produção capitalista esse conceito pode estar dividido em duas medidas: na medida em que resulta da concorrência, **renda da terra diferencial***;* e na medida em que resulta do monopólio, **renda da terra absoluta**. (2007)

> Embora, na prática, seja difícil distinguir-se as duas partes da renda da terra, cabe esclarecer a essência dessas duas espécies de renda. A renda da terra diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, ou seja, ela continuaria a existir se o solo fosse nacionalizado. Já a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para

> produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas. (Oliveira, 2007, p. 43 - 44).

Citada essas formas de renda da terra, gostaríamos de exemplificar um pouco mais sobre a renda da terra diferencial, que estará mais ligada à nossa leitura nesse momento, a mesma **"**é produto do caráter capitalista da produção. Numa palavra, resulta da concorrência entre os produtores capitalistas. Isto significa dizer, que ela só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir." (Oliveira, 2007, p. 44).

> Como sob o modo capitalista de produção é o preço de produção do pior solo, aquele que regula o preço de mercado, a renda diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular (que tem a sua disposição solos mais férteis, por exemplo) e o preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados. (Oliveira, 2007, p. 44).

A renda da terra diferencial está dividida entre diferencial I e diferencial II. De maneira geral, a renda da terra diferencial I é a que independe do capital aplicado na produção, ela tem duas causas mais específicas, o que a distingue é a diferença da fertilidade natural dos solos e a localização das terras, a produção nessas terras não depende de grandes investimentos de capital.

> Esta situação aponta para uma lei que rege o comportamento da formação da renda da terra diferencial I causada pelas diferenças na fertilidade natural dos solos. Esta lei diz que: quando um país tem a expansão de sua agricultura a partir dos terrenos mais férteis para os menos férteis, aqueles proprietários que detêm o monopólio das "melhores" terras aumentaram suas rendas na proporção direta em que os "piores" solos passarem a ser cultivados, em decorrência da necessidade crescente da produção de alimentos. Quando esta situação acontece, haverá sempre uma pressão política dos agricultores dos solos mais férteis no sentido de que o Estado apoie a expansão da agricultura nos "piores" solos, que só será possível com o aumento dos investimentos de capitais que gerarão a renda diferencial II, outro tipo, por tanto, de renda diferencial. (Oliveira, 2007, p. 46).

A renda diferencial II "decorre diretamente do investimento de capitais, para melhorar a fertilidade natural da terra" (Oliveira, 2007, p.44). Assim, essa renda da terra tem origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, que é lógica de produção capitalista na agricultura.

Outro elemento importante na renda da terra diferencial é a localização das terras, sendo que uma boa e acessível localização é fonte formadora da renda diferencial I, para que a localização não pese tão negativamente na renda diferencial II se faz necessário o investimento e a realização de caminhos de acessos, ou seja, rodovias com boas condições de rodagem e que

acessem localidades mais nas extremidades dos estados. Para que se tenha clareza que “esta diferença na localização deve sempre ser entendida através das despesas com frete e nunca como localização física absoluta no território.” (Oliveira, 2007, p. 49).

Por isso, com o capitalismo desenvolvido há um avanço rápido dos sistemas de transportes e de comunicação, que permite o efeito sobre os preços e consequentemente, na geração da renda.

É possível, portanto, compreender a necessidade e a pressão de se ter estradas e rodovias que dessem acesso a essas terras amazônidas. Tendo em vista ainda, que a circulação não é apenas um fator da engrenagem econômica, mas que tem uma dimensão política estratégica para o Estado, podendo internalizar e orientar processos e fluxos que ressignificam sua inserção na divisão territorial do trabalho e que reverberam em determinadas regiões. Considerando ainda que “a integração do território pelas estradas e a expansão da frota nacional de veículos permitem, entre outras coisas, descrever a imposição do sistema de circulação rodoviária no Brasil.” (Santos; Silveira, 2006, p. 176).

Vários autores se referenciam em uma leitura marxista para explicar que a circulação é mais que o processo de ir e vir, de entrada ou saída de determinados territórios Paula (2013) baseando-se em Marx (1984), compreende que

> ‘o capital mercantil é capital que só funciona na esfera de circulação. O processo de circulação é uma fase do processo global de produção. Mas, no processo de circulação não produz valor, nem mais-valia, portanto (...). Diretamente, o capital mercantil não cria valor nem mais-valia. Ao concorrer para abreviar o tempo de circulação, pode indiretamente contribuir para aumentar a mais-valia produzida pelo capitalista industrial. Ao contribuir para ampliar o mercado e ao propiciar a divisão do trabalho entre os capitais, capacitando, portanto, o capital a operar em escala maior, favorece a atividade do capital industrial e a respectiva acumulação. Ao encurtar o tempo de circulação, aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado, portanto, a taxa de lucros. Ao reter na esfera da circulação parte menor do capital-dinheiro, aumenta a parte do capital aplicado diretamente na produção.’ (MARX, 1984, p. 323). (Paula, 2013, p. 64).

Importante compreender que o desenvolvimento do modo de produção capitalista está centrado no processo de concentração/acumulação de capital, “[...] a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista [...]” (Harvey, 2005, p. 43), de maneira, que a circulação do capital potencializa o resultado do valor. Tendo isso em vista, podemos observar que os capitalistas sempre buscam escolher os espaços em melhores localizações e quando não as tem buscam meios para superar as barreiras que se colocam na sua realização, sejam elas

naturais, culturais, econômicas, político-institucionais e sociais, consolidando estratégias para que estas não se tornem empecilhos na produção e circulação e comercialização de mercadorias.

> As condições de circulação são tão importantes quanto as condições de produção. Daí as pressões das empresas para a existência e a eficácia de uma rede de transportes e comunicações quando decidem estabelecer-se num lugar. As vias rápidas lhes garantem uma circulação rápida, isto é, uma transformação do produto em consumo, em mercadoria, em capital realizado. (Arroyo, 2017, p. 135).

Na questão da circulação cabe destacar o papel dos transportes, e como nosso objeto de estudo aqui é uma rodovia que foi projetada e construída dentro da Região Amazônica, é imperativo reconhecer que um dos grandes objetivos era possibilitar o incremento da indústria de transportes rodoviários, cumpriria e cumpre um fundamental papel na constituição das relações capitalistas estabelecidas nesse espaço.

Segundo Silveira (2011)

> Etimologicamente o termo transporte (século XVIII) é derivado do verbo transportar (século XV) e quer dizer ―levar de um lugar a outro. Expressão originária do latim (*transportare*). Transporte significa ato, efeito ou operação de transportar. A expressão circulação etimologicamente parece ser mais ampla já que traduz o movimento no espaço. (Silveira, 2011, p. 16).

A circulação, assim como os transportes foram destaques "nas formulações geopolíticas e nas dinâmicas geoeconômicas dos territórios." (Silveira, 2011, p. 09).

Harvey pondera que

> A indústria do transporte e da comunicação, que 'vende mudanças de localização' (MARX, 1967, vol.2: 52), é diretamente produtora de valor, pois 'economicamente considerada, a condição espacial, o ato de trazer o produto ao mercado, pertence ao próprio processo de produção. O produto está realmente acabado quando está no mercado' (MARX, 1973: 533-4). No entanto os meios de transporte e de comunicação, por serem quase inteiramente constituídos de capital imobilizado, possuem suas próprias leis de realização. (Harvey, 2005, p. 49).

A produção não se resguarda apenas no ato produtivo, mas também é definida na circulação da mercadoria, considerando desde o início até o consumo final, momento onde se realiza a apropriação do excedente.

Para Castilho (2008) a logística deve ser compreendida como a expressão geográfica da circulação corporativa, permitindo analisar as condições materiais e o ordenamento dos fluxos que perpassam os circuitos espaciais produtivos.

> [...] Aqueles que conseguem controlar a circulação, colocando a produção em movimento, são os que detêm o poder. Poderíamos acrescentar que, no circuito espacial produtivo da soja, em áreas consolidadas da fronteira agrícola moderna, as regiões mais competitivas (incluindo o campo e a cidade) são reféns dos mercados internacionais e vulneráveis à lógica global das commodities. (Castilho; Frederico, 2010, p. 470).

No Brasil essa dinâmica se encerra no acordo tripartite das estruturas capitalistas. Velloso aponta para a preocupação de que a participação de três agentes econômicos fosse efetivamente equilibrada, mas sempre que possível o capital privado fosse privilegiado. Desta forma as condições econômicas deveriam produzir "relativo equilíbrio no tripé: entre a empresa privada nacional, a empresa governamental e a empresa estrangeira". (Velloso, 1978, p. 185). Assim, que a indústria de transporte fortemente internacionalizada pudesse potencializar a sua expansão e extração de mais-valia, ao mesmo tempo que o próprio crescimento do setor representava o escoamento com maior rapidez e agilidade:

> "Um subproduto disso é o barateamento de muitos elementos do capital constante (insumos de matérias-primas) e a expansão do mercado geográfico. Do ponto de vista da produção enquanto totalidade, 'a redução dos custos da circulação real (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças de produção pelo capital'. (Harvey, 2005, p. 49).

Constituir uma rede viária organizada possibilita exercer um controle territorial do espaço de determinada localidade, assim como, determina uma circulação ordenada e canalizada. Onde o Estado busca o controle do território, sendo um meio de exercer "poder", assim como, um instrumento de expansão do capital. Entendendo que "[...] a expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação do capital [...]" (Harvey, 2005, p. 53), visualizando que ao Estado cabe a ação" de transformar o espaço, apoiando outra forma de apropriação.

Essa dinâmica articulada de atuação do Estado, faz com que Souza (2016) considere um equívoco analisar lógicas territoriais e lógicas do capital como contraditórias:

> David Harvey (2004), em *O novo imperialismo,* iniciou sua reflexão apontando duas esferas de realização dos processos de acumulação que denominou de lógica do território e lógica do capital. O primeiro reparo que fazemos, nesse processo, é a construção de dois pares dialéticos entre os quais não se expressam movimento e contradição, dado que em certos momentos, o autor mencionou que eles não se relacionam. O território não se consolida como lógica *em si*, mas se materializa como forma específica no modo de produção capitalista, enquanto sua gênese e os processos de acumulação se estabelecem mediados pelos interesses de classe, portanto o território é *para si*. Ele é o próprio capital, enquanto jogo de forças e processos de acumulação

que se apresentam como hegemônicos. Ele é a negação do capital quando novas formas de reprodução e práticas socioespaciais se constituem. Ele não é dado *a priori* enquanto uso e forma, porque se expressa como realização histórico-geográfica de classes sociais. (...) Nesse processo, o Estado resulta em *"*um arcabouço territorializado no interior do qual agem os processos moleculares do capital*"* (HARVEY, 2004:79). (...) A lógica territorial em Harvey aparece como "local-nacional" enquanto expressão material do capitalismo em sua esfera produtiva, que pode assumir dimensões escalares regionais, nacionais, considerando a mediação do Estado como categoria central. Isso fez com que o autor as tratasse como espaços de acumulação centrados no capital produtivo, ou seja, para Harvey a lógica territorial é uma dimensão material concreta de acumulação por espoliação, como forma de expansão capitalista, e que se assenta na atuação do Estado-Nacional. Com isso, o autor demarcou a necessidade dessa instância social nos processos de reprodução capitalista e considerou que o desenvolvimento do modo de produção deve ser entendido a partir das estratégias que o Estado estabelece territorialmente. Quando tomamos essa expressão, a princípio, não temos divergência. No entanto, dessa assertiva é que engendram-se divergências, quando fixou o autor a lógica territorial ao Estado e não ao capital em geral. O primeiro ponto a considerar é que o Estado moderno emerge como uma instituição burguesa, e que atua nas lógicas de reprodução e de controle social capitalista (lógica territorial, como lógica do capital produtivo) e que sua função, porque o "Estado é um território do capital", se transforma na mesma proporção em que se alteram as lógicas e formas de reprodução do modo burguês. (...) A "lógica do capital" (financeiro) também se encontra mediada pelo Estado, seja no âmbito das dívidas públicas, dos fluxos cambiais, como nas regulações e desregulações sobre o capital financeiro/patrimonialista. Nesse processo, não há contradição entre essas duas dimensões e, nem mesmo, exterioridade de atuação dessa instância social nessa ou naquela esfera de reprodução capitalista (produtiva e ou financeira). O segundo ponto está relacionado à compreensão do autor de que essas duas lógicas não têm, necessariamente, qualquer relação direta uma com a outra, e que podem ser desenvolvidas de forma dissociada. Indicou o autor que a política de um Estado-Nacional pode ser direcionada pelos interesses regionais a partir de processos moleculares de acumulação, ou, ao contrário, a consolidação de espacialidades que emergem em decorrência da pura lógica territorial. O autor exemplificou, essa última, a partir de estradas e sistemas de comunicação construídos para atividade administrativa, militar, ou proteção territorial, mas que atuam no processo de acumulação territorial. Essa dualidade não existe, nem do ponto de vista da atuação política do Estado-Nacional e muito menos das determinações territoriais apontadas como atuações "específicas" dessas lógicas. O capitalismo utiliza as estruturas de Estado na regulação, mas existem elementos de regulação supraestatais e intraestatais e, nesses mecanismos, se processam as formas de acumulação. Significa dizer que não haveria como conceber lógicas intrínsecas e particulares do "Estado capitalista" que não estivessem mediadas pelos interesses de acumulação. Afirmou Harvey que quando o controle territorial (que não precisa ser físico, e nesse ponto estamos de acordo) se apresenta como um meio necessário de acumulação, a associação das lógicas (territorial e do capital) não se dá aleatoriamente e sim sob o comando do capital. Segundo o autor, nesse momento, o Estado usa seus poderes para direcionar a dinâmica regional, a partir de sua capacidade de investimentos, de suas estruturas administrativas, bem como a formulação e a imposição (violência) de normas legais. (HARVEY, 2004:92). Para o autor, a justificativa de separação dessas lógicas

> – que em nossa avaliação nunca se processa, é o papel do Estado-Nacional e suas nuances como estrutura burguesa – é a de que na lógica da acumulação o Estado não aparece. O ponto central é exatamente esse, as determinações territoriais progressivas do capital, nas escalas local e global, são simultaneamente as ***determinações progressivas da acumulação e se processam mediadas pelo Estado***, nas esferas da produção e da circulação, mesmo no estágio mais desenvolvido da mercadoria-dinheiro. (Souza, 2016, pp. 62-65).

Assim, se o Estado deixou de apoiar o modelo extrativista o fez para consolidar a economia centrada na agropecuária, e voltando-se às dinâmicas territoriais para as dinâmicas do espaço nacional nesse período de globalização. (Silva, 2010, p.155), levando em conta ainda que "no período da globalização, a velocidade com que os pedaços do território são valorizados e desvalorizados. [...]" (Santos; Silveira, 2006, p. 112) expressam as dinâmicas e potencialidades de acumulação.

A necessidade de se ter uma estrutura rodoviária que possibilitasse um maior deslocamento entre as regiões do Brasil ganha força e muita atenção durante o governo militar, onde uma das grandes preocupações se estabelece em efetivar padrões de acumulação, fortemente alavancados pela extração mineradora e ou pela ocupação da fronteira agrícola. Nesse sentido, a Região Amazônica ganha maior importância, tendo em vista, que está sempre foi uma região considerada isolada, isso pelo seu difícil acesso e pela sua dimensão espacial. Neste caso integrar e interligar essa região ao restante do país era um desafio, mas também, uma grande necessidade, conforme afirma Margarit:

> "A Amazônia sempre foi considerada no território nacional como uma área isolada, de difícil acesso e de descontinuidade, mediante as configurações político-territoriais do restante do país. Portanto, integrar essa parte do território ao restante do país significa um desafio para o Estado. Nesse sentido, somente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) algumas transformações entraram em curso na Amazônia. Visando o desenvolvimento econômico, o governo de JK adotou uma série de medidas, entre elas, estava a construção da nova capital no planalto central, estratégica para promover a integração do território nacional a partir de rodovias que de lá partiriam, e alcançariam os extremos do país." (2013, p. 14).

Deste modo, "a construção de Brasília e das rodovias que de lá partiriam, além de promover a ocupação da Amazônia, também fazia parte de uma estratégia geopolítica de controle e dominação [...]" (Margarit, 2013, p. 16.), isso porque essas mudanças provocaram uma reestruturação no espaço brasileiro.

> [...] Rasgar o território nacional com novas estradas, além de melhorar e pavimentar boa parte das existentes, torna-se um imperativo, sobretudo após

> o anúncio da construção de Brasília, guinada radical no curso do desenvolvimento nacional. (Huertas, 2013, p. 17)

Como podemos observar a ocupação da Amazônia vai ganhando uma dimensão estratégica, e com os militares assumindo o poder a Amazônia fica em maior destaque, isso tanto no cenário nacional como no internacional, pois avaliava-se que havia uma alteração na abordagem das problemáticas à integração econômica e na questão da segurança nacional, portanto a integração precisava de uma ação centralizadora do Estado brasileiro.

> Desse modo, na perspectiva da geografia política, a fronteira expressa o projeto de organização espacial do Estado, instituindo agências, políticas públicas e um conjunto de transformações técnicas que alteraram a composição orgânica do espaço regional. Cabe especial atenção ao projeto rodoviário planejado, implantado e potencializado na Amazônia, no qual as rodovias BR - 364 (Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco), BR-163 (Cuiabá - Santarém), BR - 010 (Belém - Brasília), BR - 319 (Porto Velho - Manaus) e, especialmente, BR - 230 (Transamazônica), serviram, não somente como frente de expansão agropecuária, mas como, eixos de centralidades urbanas. (Silva; Silva; Franco; Negrão, 2023, p. 1694).

Margarit aponta que "as rodovias, por si só, já seriam suficientes para fomentar a ocupação na Amazônia, entretanto, as políticas públicas do governo militar potencializaram o poder de ordenamento espacial ao longo das mesmas." (Margarit, 2013, p.18). Podendo observar a criação de uma rede de integração territorial gerando presença no espaço amazônico.

> A meta do transporte rodoviário, como ficou indicada, teve como base o Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias Federais (PQOR), que havia sido elaborado pelo DNER para o período 1956-60 de acordo com a lei nº 2.975, que aprovara o Plano Rodoviário, Nacional. A ele foi acrescido posteriormente um "cruzeiro rodoviário" concebido por JK para servir a futura capital, fato que poderia significar, física e simbolicamente, no plano da tecnosfera e da psicosfera, o rompimento definitivo com a velha concepção da vocação agrícola do Brasil. (Huertas, 2013, p. 18 e 19)

Com o objetivo de adentrar nesses espaços considerados "vazios"[7], se tem com grande peso criações de projetos de diversas rodovias que cumpririam o papel de criar uma rede de

[7] "O período da borracha presenciou grandes levas de nordestinos e reforça o papel do "vazio demográfico", da necessidade de ocupar o território e da falsa ideia de desenvolvimento. A abertura de estradas, para colocar em prática o projeto desenvolvimentista, teve consequências desastrosas para os povos indígenas. O contato com o branco - dito civilizado - não trouxe os benefícios prometidos e muito menos permitiu com que os indígenas tivessem respeito e reconhecimento perante o Estado."
"[...] visando a integração das regiões discriminadas como "vazio demográfico e vazio econômico" A partir dos anos 70, uma nova fase recobriu os interesses no Estado com a política de ocupação de terras, no sentido de atender às exigências dos empreendimentos agropecuários e da colonização (particular e oficial). Organizada sob a doutrina da "segurança e desenvolvimento", essa fase associava interesses estatais e particulares, nacionais e estrangeiros. Passou se a relacionar como área de interesse do

locomoção, isso porque as rodovias funcionaram e funcionam como uma espécie de vetor de ocupação e desenvolvimento econômico, mas que consequentemente trariam o desmatamento e diversos conflitos socioespaciais dado o contingente de trabalhadores vindos de outras regiões do país.

O intuito era estimular a vinda de camponeses para a Região Amazônica, de forma que a mesma estivesse vinculada ao processo de crescimento econômico do restante do país, assim como, assegurando a soberania territorial nacional. No entanto, não se apresentou uma preocupação com as populações aqui já existentes,

> o incentivo à 'ocupação da Amazônia', capítulo vergonhoso de entrega da região ao grande capital, e sedimentou a dinâmica da expropriação dos povos antigos da floresta que vemos, ainda hoje, em pleno vigor. Além disso, a classificação "terra sem gente" é investida de uma carga xenófoba: nega o *status* de "gente" a mais de 170 povos indígenas e a alguns milhões de antigos habitantes. (TorreS, 2005, p. 18).

E menor ainda é a preocupação no que se refere às questões ambientais, o que importava era garantir a aplicação de um projeto econômico maior, em busca de novos espaços produtivos, abrindo portas para novas e abrangentes fontes de exploração para o capital. Importante apontar, que essa interligação não se tratava somente da construção de vias, mas de um projeto muito mais complexo, "[...] a promoção da imigração também era, para muitos desses engenheiros, outro resultado importante que adviria da expansão dos transportes por proporcionar a abertura de novas terras agricultáveis para a colonização". (Galvão, 2009, p. 187).

O Estado brasileiro tinha como objetivo ainda o de transformar essa espacialidade, vislumbrando outra forma de uso e significado principalmente da terra. O intuito era o de abandonar o modelo extrativista para consolidar uma economia centrada na agropecuária. Como aponta Silva, de que:

> "à ação do Estado foi de transformar o território, apoiando outra forma de uso e significado: deixou-se o modelo extrativista para consolidar a economia centrada na agropecuária, e voltando as dinâmicas territoriais para as dinâmicas do território nacional nesse período de globalização." (Silva, 2010, p. 155).

Enfim, toda essa dinâmica é resultado de um processo de ocupação baseado em um planejamento direcionado à expansão da agricultura exportadora capitalista, como nos afirma

---

capital, contingentes de mão-de-obra não absorvidos no Nordeste, Sudeste e Sul do país, por meio de programas como Polocentro, Polamazônia, Polonoroeste etc." (Torres (Org), 2005, p. 211).

Pereira e Lessa (2011) de que uma expansão e popularização dos meios de transportes abriram diversas portas rumo a um “progresso”.

Em muitos momentos a Amazônia foi tida e apontada como uma fronteira de expansão, e Alves (1988) a caracteriza como fronteira de recursos, mas chama a atenção para a necessidade de se refletir sobre determinado conceito, entendendo que as fronteiras brasileiras são:

> [...] zonas de povoamento novo, onde o território virgem é ocupado e tornado produtivo [...] por seu valor estratégico e pelo alto valor de recursos naturais, a região é capaz de atrair inovações, e efeitos difusores do desenvolvimento, tais como de centros mundiais, tornando-se verdadeiro campo de atração de forças externas [...] A fronteira de recursos, passam a existir na medida em que o capitalismo concorrencial para alimentar as suas necessidades de expansionismo, apossa-se dos espaços ainda não incorporados ao sistema, [...]. (Alves, 1988, p. 121-122).

Na Amazônia dada a sua vastidão, com as riquezas e a ausência de organizações capazes de resistir à apropriação, a fronteira “[...] assume excepcional valor estratégico como reserva energética mundial. Em face da nova estratégia das corporações [...]” (Becker, 1988, p. 67), se tornando um espaço de fácil implantação de estruturas que possam abrir e estender o controle do mercado financeiro.

> Ao nível do Estado, onde igualmente coexistem interesses diversos, o interesse e percepção dominantes atribuem à Amazônia a condição de fronteira de recursos, isto é, área de expansão do povoamento e da economia nacional, que deve garantir a soberania do Brasil sobre esse imenso território. (Becker, 2000, p. 02).

Observa-se que para o capital o espaço, principalmente o ocupado por populações tradicionais, são espaços vazios de pessoas e ricos em recursos naturais “[...] que devem ser incorporados para a geração de riqueza. No caso da Amazônia, particularmente Rondônia, para atender as demandas agrominerais e expansão da agropecuária estabelece um cronograma, tendo o próprio governo como o agenciador do processo para atender a grupos internacionais.” (Silva; Silva; Silva, 2021, p. 39).

Desta feita, gostaríamos de usar um termo que vem sendo estudado e construído nesses últimos anos, que nos ajuda a estabelecer uma linha de leitura e reflexões sobre os movimentos e eventos ocorridos nessa Região da Amazônia, em especial o estado de Rondônia. Que é os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs), que

> Podem ser entendidos como *atividades e empreendimentos de grandes dimensões*, que demandam significativo volume/investimento que são *extensivamente* e *intensivamente* impactantes a uma dinâmica regional. Entre esses conjuntos de atividades e empreendimentos, podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoelétricas, portos, barragens, etc.) [...]. (Alentejano; Tavares, 2021, p. 51).

E porque não considerar as rodovias na região amazônica como um desses grandes projetos, pois segundo os autores citados, os GPDs estão "relacionados principalmente como os investimentos capitalistas, geralmente com forte apoio estatal (...) participando da produção do espaço [...]" (Alentejano; Tavares, 2021, p. 52).

> A implementação de GPDs tem cada vez mais um papel protagonista na produção do espaço (na configuração territorial) em países emergentes, como o Brasil, que vêm baseando seu modelo de desenvolvimento na exploração intensiva de recursos naturais para a exportação [...] e precisam criar meios de escoamento rápido e barato dessa produção, bem como unidades de processamento. (Alentejano; Tavares, 2021, p. 53).

O processo de colonização dirigida no espaço rondoniense, objetivava, como já citado anteriormente, a mudança no processo de produção agrícola – saindo de um modelo extrativista para um modelo monopolista, centrado principalmente na agropecuária. O que para o capital aparentemente deu muito certo, pois é possível observar que, principalmente, a partir dos anos 2000 o estado de Rondônia vai se destacando nos mercados de carne bovina, leite e principia grandes produções de milho e soja. E ainda, tem a projeção e construções de grandes hidrelétricas na região de Porto Velho.

Em muitos casos essas atividades não são implantadas por questões de demandas locais, mas por demandas de outras escalas. Por sua vez, dependem desses lugares para sua realização e existência, de maneira que são criados métodos e meios que legitimem sua "aceitação ou imposição". Esses meios vão desde estratégias de convencimento até o uso da força. Passam por discursos sobre o desenvolvimento nacional, a geração de emprego, programas sociais e compensações ambientais [...]". (Alentejano; Tavares, 2021, p. 52).

Entendendo que as atividades econômicas em muitos casos são movimentadas por demandas que muitas vezes vão para além dos espaços locais. Desta forma é importante observarmos as movimentações que se referem às exportações e as importações. A seguir apresentamos tabelas com dados do município de Porto Velho no ano de 2000 e de 2022, obtidas na base de dados do COMEX/Stat MDIC – Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio. Compreendemos que Porto Velho, por ser a capital do estado e em seu entorno girar

e ditar questões fundamentais sobre as políticas econômicas do estado rondoniense, é possível verificar que tal movimentação apresenta grande reflexo no desenvolvimento de determinadas posições em relação ao restante do estado.

A tabela a seguir demonstra dados da exportação de Porto Velho no ano de 2000.

Tabela 1 – Exportações do município de Porto Velho - RO - 2000

Produtos	Valor FOB (US$)	% Partic.	Quilograma Liquido
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.040.997	72,3	2.827.434
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	318.800	22,1	7.800.000
Café, chá, mate e especiarias	46.886	3,3	52.800
Móveis; mobiliário médico cirúrgico, colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras luminosos, e artigos semelhantes; Construções Pré-moldadas	22.000	1,5	9.400
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	6.025	0,4	9.400
Transações especiais	5630	0,4	7.253
Totais	1.440.338	100	

Fonte: COMEX STAT/MDIC 2023. http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em 10 dez. 2023.

Observa-se em primeiro momento que o conjunto das exportações de caráter agrícola e de extração mineral compõem 97,7% do total das exportações. De imediato esse processo caracteriza uma condição primária exportadora e que reafirma o caráter de dependência. Por sua vez, esse processo se acentua quando se compara com a pauta importadora. Ou seja, as importações do mesmo ano atingem cerca de US $42 milhões e define uma balança deficitária superior a US $40 milhões. Essa dinâmica da pauta de exportações se revela extremamente perniciosa à estrutura de desenvolvimento do estado. De um lado porque ela se consolida em bens de consumo não duráveis, que atinge mais de 95% das importações e de outro isso revela que o estado não apresenta importações em bens de capital, ou seja, a importação de produtos

ou bens que servem para a produção de outros bens de consumo e produção, como máquinas, equipamentos, materiais de construção, instalações industriais etc.

Tabela 2 – Importações do município de Porto Velho - RO - 2000

Produtos	Valor FOB (US$)	% Partic.	Quilograma Liquido
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	40.442.203,00	95,8587	2.099.042
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	815.725,00	1,9335	5.031.000
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	790.134,00	1,8728	45.556
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	69.173,00	0,1640	218
Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras" para dentistas e Comp.	24.467,00	0,0580	73
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	21.163,00	0,0502	3.199
Borracha e suas obras	14.314,00	0,0339	2.627
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	5.595,00	0,0133	31.000
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	5.039,00	0,0119	0
Produtos farmacêuticos	783,00	0,0019	151
Produtos para fotografia e cinematografia	752,00	0,0018	560
Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas	52,00	0,0001	7
Totais	42.189.400,00	100,0	

Fonte: COMEX STAT/MDIC 2023. http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em 10 dez. 2023.

Como método comparativo apresentamos os dados das exportações e as importações do ano de 2022 do município de Porto Velho. De antemão observamos um número maior de possibilidades e participação em diversos mercados.

Tabela 3 – Exportações do município de Porto Velho - RO - 2022

Produtos	Valor FOB (US$)	% Partic.	Quilograma Liquido
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	333.700.253	82,6	575.520.445
Cereais	46.281.486	11,4	162.713.548
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	19.634.991	4,8	11.144.301
Outros produtos de origem animal, não especificados	1.265.200	0,3	471.627
Carnes e miudezas, comestíveis	947.842	0,2	310.443
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e partes	878.178	0,2	505.684
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	471.546	0,1	22.906.780
Plásticos e suas obras	285.578	0,07	151.221
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	111.845	0,02	65.025
Borracha e suas obras	57.765	0,01	2.625
Outros	267.400	0,3	77.729
Totais	403.902.084,00	100	

Fonte: COMEX STAT/MDIC 2023. http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em 10 dez. 2023.

Referente às exportações, e se comparados números de 2000 e de 2022 é nítido um crescimento na participação do município, mas ainda assim, as importações são bem maiores do que as exportações, o que reforça a percepção de que essa é uma região visualizada como reserva de bens naturais e de "segurança" para o sistema capitalista.

Ao analisar os dados das exportações do ano de 2022, podemos constatar que as mesmas se concentram majoritariamente em 3 mercados, sendo que o mercado agrícola é o grande

destaque, onde 94% das exportações estão em torno de grãos, sementes e cereais. Deste modo, partindo dos dados apresentados do ano de 2000 e comparando com os de 2022, podemos constatar que o mercado exportador do estado foi e continua sendo baseado em mercadorias primárias, reafirmando mais uma vez a condição de dependência desta região. Questão esta que se reafirma mais fortemente quando observamos as importações, as quais no mesmo ano atingiram cerca de US $663 milhões e define uma balança deficitária superior a US $250 milhões

.

Tabela 4 – Importações do município de Porto Velho - RO - 2022

Produtos	Valor FOB (US$)	% Partic.	Quilograma Liquido
Plásticos e suas obras	74.763.485,00	11,3	47.419.356
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	47.647.734,00	7,2	7.325.537
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis.	43.769.954,00	6,6	36.514.622
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	42.706.789,00	6,4	7.172.928
Adubos (fertilizantes)	32.124.161,00	4,8	50.484.729
Frutas; cascas de frutos cítricos /melões	30.163.695,00	4,5	9.364.104
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	28.602.085,00	4,3	45.096.215
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	25.732.050,00	3,9	24.048.561
Filamentos sintéticos ou artificiais	21.659.818,00	3,7	8.118.506

Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	20.311.773,00	3,1	39.671.693
Borracha e suas obras	16.954.565,00	2,5	6.306.478
Produtos químicos orgânicos	16.168.260,00	2,4	5.808.951
Obras diversas	14.459.251,00	2,2	4.412.184
Fibras sintéticas ou artificiais,	14.188.281,00	2,1	6.636.538
Obras de couro; artigos de couro	14.057.626,00	2,1	6.368.994
Vestuário e seus acessórios, de malha	13.019.990,00	1,9	2.361.606
Peixes e crustáceos, moluscos e outros	12.344.463,00	1,8	3.597.906
Ferro fundido, ferro e aço	12.329.423,00	1,8	14.299.456
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras	10.870.141,00	1,6	4.324.286
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria e preparados cosméticos	10.869.238,00	1,6	446.375
Café, chá, mate e especiarias	10.406.101,00	1,5	4.454.513
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	10.368.757,00	1,5	4.286.798
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; e forragens	10.309.787,00	1,5	5.449.332
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	9.699.537,00	1,4	73.040.568
Vestuário e seus acessórios,	8.231.758,00	1,2	1.050.254
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	7.396.687,00	1,1	2.696.179
Vidro e suas obras	6.468.505,00	0,9	6.222.298
Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados	6.097.300,00	0,9	1.647.000
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, e acessórios	5.970.139,00	0,9	1.183.680
Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados.			

	5.668.459,00	0,8	1.726.017
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico, colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados	5.355.673,00	0,8	1.544.027
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	5.171.596,00	0,8	4.095.086
Produtos cerâmicos	5.122.226,00	0,8	3.499.963
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis	4.214.930,00	0,6	2.875.643
Tecidos de malha	3.988.080,00	0,6	1.446.020
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; másticos;	3.909.833,00	0,6	1.506.407
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	3.885.025,00	0,6	11.016.820
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; e acessórios	3.604.524,00	0,5	358.830
Alumínio e suas obras	3.496.032,00	0,5	1.745.983
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte; suas partes e acessórios	3.339.354,00	0,5	1.499.316
Preparações alimentícias diversas	3.139.484,00	0,5	968.723
Cereais	3.072.270,00	0,4	5.749.386
Obras diversas de metais comuns	2.897.672,00	0,4	1.661.251
Produtos diversos das indústrias químicas	2.698.307,00	0,4	348.975

Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	2.431.777,00	0,3	3.555.995
Tapetes e outros revestimentos para pisos (pavimentos), de matérias têxteis	2.227.104,00	0,3	1.330.580
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns	2.115.684,00	0,3	657.333
Algodão	2.089.133,00	0,3	386.737
Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, bengalas-assentos, chicotes, pingalins, e suas partes	1.853.229,00	0,3	1.353.937
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos	1.699.135,00	0,2	542.150
Cacau e suas preparações	1.452.357,00	0,2	66.098
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos e outros	1.448.003,00	0,2	511.203
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	1.189.409,00	0,2	1.028.983
Gomas, resinas e outros sucos e extratos	866.428,00	0,1	32.425
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite; e pastelaria	825.321,00	0,1	855.654
Outros	7.564.493,00	3,5	2.876.500
Totais	663.016.890,00	100	

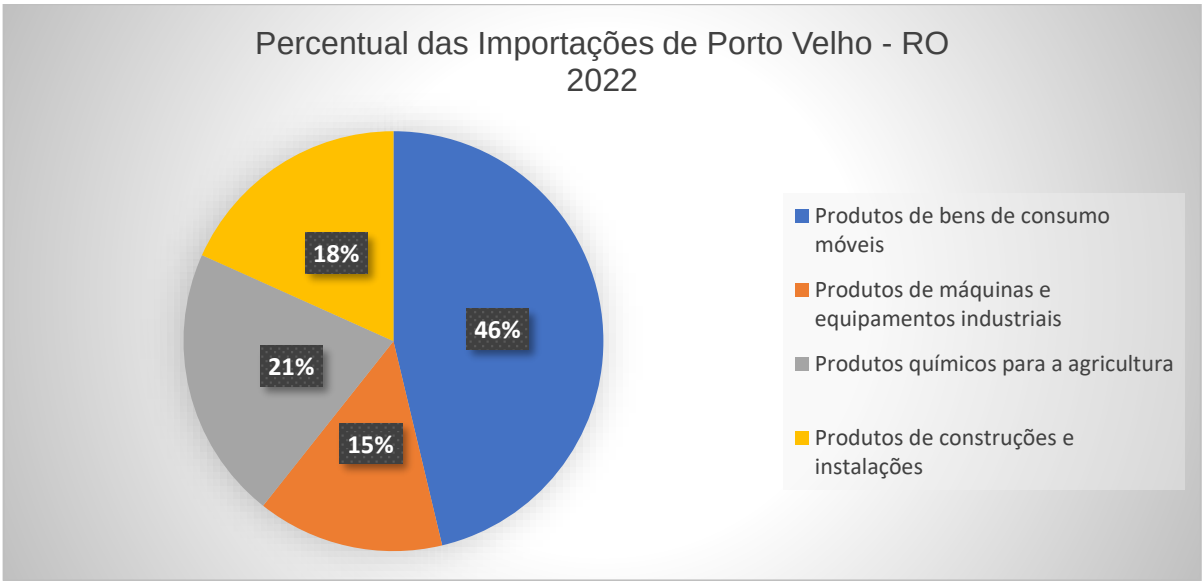
Fonte: COMEX STAT/MDIC 2023. http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em 10 dez. 2023.

É perceptível que as relações de exportação e importação cresceram no ano de 2022. Até porque, conforme a exportação cresce a importação cresce também, de maneira que uma está ligada a outra, porém podemos observar que o mercado de importações na cidade de Porto Velho no ano de 2022 é um tanto quanto maior que as exportações da cidade no mesmo período, o que cada vez mais consolida a visão desta região como produtora primária e de dependência.

Para que pudéssemos fazer uma leitura mais atenta e cuidadosa dos dados subdividimos a tabela de importações de 2022 em 4 grupos de somatória, sendo:

- O primeiro, produtos de bens de consumo, móveis, roupas, tecidos, geladeiras, sombrinhas, tvs, papéis, coisas que a população usa, etc.;
- O segundo, produtos de máquinas e equipamentos industriais;
- O terceiro, produtos químicos para agricultura;
- E o quarto, construções e instalações.

Gráfico 1 – Percentual das Importações de Porto Velho (RO) - 2022



Fonte: COMEX STAT/MDIC 2023. http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em 10 dez 2023.

Podemos constatar que o principal mercado de importações com 46% é o de produtos de bens de consumo, principalmente utensílios do dia a dia da população. Em seguida, com 21% do mercado de importações temos os insumos para a agricultura, aqui se tornando uma novidade se comparado com as importações do ano de 2000, o que inclusive nos indica um direcionamento na produção agrícola do estado. Em terceiro lugar com 18% temos os produtos de construções e instalações, e por fim, em quarto lugar temos o mercado de produtos de máquinas e equipamentos industriais com 15% das importações na cidade de Porto Velho no ano de 2022.

Com os dados apresentados é possível dizer que os projetos para essa região não são o da industrialização, mas sim o da extração de matérias primas, até porque quanto menos

produtos industrializados e maior o índice de consumo, menor é a capacidade de desenvolvimento econômico e social do estado.

Por fim, observa-se que são projetos que buscam extrair e se apropriar de forma selvagem de todos os bens que a natureza oferece, gerando mais e mais capital em um sistema que menospreza vidas humanas e animais.

3.1 A territorialização do capital e a BR 364

Ao se tratar da ocupação e territorialização do capital no estado de Rondônia, é preciso minimamente compreender que o mesmo está atrelado ao processo de ocupação dirigido e assistido que ocorreu em direção a todo o espaço Amazônico, levando em consideração que "a Amazônia consistia na única forma de acumulação rápida de capital através da incorporação econômica acelerada da última fronteira brasileira". (Nascimento, 2010, pg. 55).

Para Silva, Silva e Silva (2021) compreender Rondônia na perspectiva do "desenvolvimento regional" deve-se considerar quatro fases, todas estimuladas pelo governo central. A primeira fase seria entre os séculos XVII e XVIII, que corresponde à procura do Ouro, tendo como correntes colonizadoras os bandeirantes vindos da região de São Paulo e as Missionárias de Belém do Pará.

> A segunda fase foi marcada pelo trabalho extrativista de látex e instalação da linha telegráfica. [...] Sendo que a extração do látex foi a matéria prima fundamental no início do século XX, provocando grande fluxo migratório no sentido da Amazônia Ocidental [...].
>
> A terceira fase corresponde ao 'ciclo da mineração e passagem para agropecuária'. A descoberta do minério de cassiterita (estanho) em Rondônia na década de 1950 determinou uma nova dinâmica econômica, exigindo a implantação de uma infraestrutura necessária à produção, exportação e comercialização deste minério, como a construção de vias de transportes ligando Rondônia aos centros consumidores do eixo São Paulo – Rio de Janeiro e Minas Gerais através da rodovia BR-364.
>
> A quarta fase inicia-se a partir da instalação do INCRA/1970 e dos Projetos de Colonização Integrados (PICs) [...]; os Projetos de Assentamentos Dirigidos – PADs [...] e os Projetos de Ação Conjunta – PACs o que fez convergir para Rondônia o maior fluxo migratório que já se teve conhecimento na história do Brasil, comparável ao que ocorreu nas décadas de 1940 e 1950 no estado do Paraná. [...] (Silva; Silva; Silva, 2021, p. 40-43)

Os autores ainda apontam que a ocupação capitalista em Rondônia tem início no final do século XIX, com a chegada da primeira leva de trabalhadores para a extração da borracha e

construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM, para atender a economia da borracha. Com o fim da segunda Guerra mundial (1945), o mercado de extração de látex na região amazônica entra em decadência pela segunda vez, e ocorre a desativação dos barracões de processamento da borracha e a estrada de ferro Madeira-Mamoré "perdeu sua importância sendo desativada definitivamente em 1972 [...]." (Silva; Silva; Silva, 2021, p. 42).

Antes mesmo da desativação completa da EFMM apresentava-se a demanda de uma rodovia que interligasse essa região aos grandes centros industrializados, e é no governo de Juscelino Kubitschek que se apresentam propostas de rodovias que adentraram a região amazônica.

> [...] O governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) construiu Brasília e as rodovias Belém- Brasília e Cuiabá-Porto Velho, que se constituem nos dois principais eixos de ocupação da Região Norte nas décadas seguintes. A história da construção de Brasília, aliás, é repleta de motivações que dialogam intensamente com a ideia de "desbravamento" da Amazônia e da Ilha Brasil. [...] (Torres, 2005, p. 34).

Até meados dos anos de 1960, Rondônia era quase inacessível por via terrestre e para alcançar o sul da região rondoniense, "considerando que não havia estradas transitáveis para o interior de Rondônia que pudesse fazer conexão com o Centro-Sul do país [...]" (Silva; Silva; Silva, 2021, p. 65), de modo que "era necessário empreender uma longa viagem de semanas, utilizando navios e lanchas [...] é a partir da abertura e posteriormente com a pavimentação da rodovia BR – 364 que se colocou um fim ao isolamento rodoviário do Estado em relação às demais regiões do país [...]." (Souza, 2020, p. 91). Teixeira e Fonseca (2001), destacam que a pavimentação da BR - 364 facilitou uma movimentação migratória. Mas cabe ressaltar que o fluxo migratório a partir da década de 1970 tem características distintas das anteriores "uma vez que os primeiros fluxos migratórios 'ocorreram em função da busca de riquezas naturais, portanto os migrantes eram extratores, seringueiros e mineradores'" (Souza, 2020, p. 91). E o fluxo migratório que ocorreu nos anos 1970 é por conta da busca por terras, em sua maioria são agricultores a procura por terras para a produção agrícola.

Poderíamos apontar aqui vários fatores como sendo fundamentais para essa intensificação no povoamento do estado Rondoniense, aqui apontaremos três: o primeiro seria a implantação e asfaltamento da rodovia BR-364, facilitando a entrada e a locomoção de pessoas, insumos e investimentos, assim como o escoamento dos produtos cultivados, e ainda a circulação dos migrantes em busca de terras para a produção agrícola; Importante dizer que os desafios encontrados foram grandes e se teve "momentos ruins, anterior à pavimentação da

BR 364. A viagem era demorada, e as estradas na época da chuva viravam verdadeiros atoleiros, dificultando o escoamento da produção. Com a construção da BR - 364, a Amazônia Ocidental é integrada às demais regiões brasileiras." (Souza; Ximenes; Locatelli, 2018, p.5). Assim como, com a pavimentação se tem uma melhoria considerável nos processos de circulação de pessoas e de mercadorias, e facilitando o escoamento da produção dessa região.

Em segundo lugar, a criação de vários projetos de assentamentos para a região, assim como se tem "a criação do INCRA[8] que também fazia parte deste pacote de mudanças prevista para a década de 70, e tinha como função organizar a distribuição de terras em Rondônia, além de ordenar os aparatos necessários para o aproveitamento da terra." (Nascimento, 2010, p. 62).

Os projetos de colonização, sendo uma política de ocupação dirigida pelo Estado por intermédio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de forma que esses projetos se concentraram ao longo da BR - 364, constituindo assim, uma rede urbana que deveria oferecer suporte e apoio a população rural, usando das palavras de Nascimento: "os núcleos urbanos na Amazônia além de seu papel clássico de circular mercadoria, capital, informação tem a condição de organizar o mercado de trabalho, com pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho." (Nascimento, 2010, p. 57). De maneira que Rondônia não foge a essa lógica.

A ocupação de Rondônia que foi conduzida pelo INCRA a partir da década de 1970, se deu a princípio por meio de projetos de assentamentos, os quais foram se concentrando em torno do eixo da BR, em especial na região centro-sul do estado.

> Inicialmente, o INCRA executou o modelo de assentamento rural Projetos Integrados de Colonização (PIC). Sua organização consistiu na presença desta instituição em todas as fases do assentamento rural, desde a distribuição dos lotes de até 100 hectares, garantindo crédito, assistência técnica e social, produção e armazenagem aos camponeses. Entre 1970 a 1975, foram criados cinco PICs, onde as famílias de colonos recebiam lotes, penetrando as matas e ocupando o território com as atividades agropecuárias e com a extração de madeira. [...] O fluxo de migrantes, estimulado tanto pela propaganda governamental quanto pelas famílias de colonos que se correspondiam com

[8] O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) "é uma autarquia criada em 1970, pelo Decreto-Lei 1.110, para substituir e assumir as atribuições de duas instituições então existentes: o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Elas foram criadas em 1964, com a aprovação do Estatuto da Terra (Lei 4.504), a primeira com o intuito de promover a reforma agrária, e a segunda visando desenvolver o setor rural por meio de colonização e extensão rural e cooperativismo. Quando da criação da autarquia, subordinada ao Ministério da Agricultura, o projeto prioritário do governo militar era a colonização da Amazônia. Isso foi feito e efetuando-se o deslocamento de trabalhadores rurais para as terras ao longo das rodovias que estavam sendo construídas na região, no escopo do Programa Integrado de Colonização (PIC), executado pelo INCRA." (Penna, 2015, p. 18).

> seus parentes, cresceu exponencialmente obrigando o INCRA a ampliar os projetos de assentamento. (Silva; Silva; Silva, 2021, p. 65).

Por conta da grande quantidade de migrantes que passou a chegar em Rondônia, o INCRA se viu na necessidade de se repensar a metodologia de assentamento realizada até então, e adota outro método de assentamento, que é denominado

> [...] Projeto de Assentamentos Dirigidos – PADs. A estratégia foi garantir o acesso à terra sem o apoio governamental dispensado aos PICs. Nesse novo modelo, o Estado exigiu dos colonos maior especialidade no trabalho agrícola, recursos financeiros e experiência para ter acesso ao crédito, sendo os lotes com áreas entre 250, 500 e 1000 hectares, destinados a médios e grandes fazendeiros e a empresários rurais. [...] Na prática, esse novo modelo consistiu na formação de territórios de grandes fazendeiros, sendo espaços de grupos economicamente fortes [...] (Silva; Silva; Silva, 2021, p. 65).

Podendo observar a criação de uma estrutura completamente desigual, com a formação de enormes latifúndios e um gigantesco contingente de pessoas na pobreza, assim como a concentração da terra na mão de quem poderia pagar por ela. A vinda frenética de migrantes fez com que as propostas de assentamentos de certo modo fracassassem, pois o contingente de pessoas era maior do que o INCRA estava dispondo de terras, o que gerou uma grande massa de trabalhadores desempregados e descontentes que depende majoritariamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver, muitas vezes trabalhando em condições desumanas, vivendo principalmente nas periferias das cidades que foram se formando ao longo das rodovias. Com o crescimento de grandes latifúndios para a produção de grandes monoculturas, o processo de apropriação e desapropriação que se fez e faz com os pequenos produtores sejam praticamente expulsos de suas terras, isso sem dizer, nas populações originárias que já tinham como seu território esses espaços antes da chegada dos colonizadores. Todas essas questões vão gerando diversos conflitos e disputas por territórios.

Importante observar que as concentrações maiores desses assentamentos aconteceram próximas a Rodovia BR 364, mas com a ocupação das terras lindeiras às estradas, o movimento de migração vai se interiorizando e, em muitos casos, causando conflitos com as populações indígenas.

Ainda segundo Nascimento

> “a quantidade de famílias atraídas pela propaganda de terras disponíveis foi tão grande que em 1980, o INCRA se viu obrigado a implantar um novo tipo de assentamento denominado Projeto de Assentamento Rápido (PAR), que pretendia assentar famílias que viviam em regimes de parceria ou assalariados em lotes já ocupados, ou em áreas urbanas próximas aos projetos” (Nascimento, 2010, p.63).

O processo de ocupação direcionado pelo governo ao espaço rondoniense teve 3 diferentes projetos de assentamentos (Projetos Integrados de Colonização (PIC); Projeto de Assentamentos Dirigidos (PADs); Projeto de Assentamento Rápido (PAR), que foram organizados e direcionados pelo órgão governamental responsável – o INCRA. De maneira simplificada, a principal diferença entre os três foi a disponibilidade de apoio econômico e social do governo aos migrantes assentados nos PICs – que foi o primeiro projeto.

Como o passar dos anos e com as dificuldades apresentadas, como doenças – principalmente a malária, mas também a falta de suporte do governo, os pequenos proprietários foram enfrentando diversas dificuldades de permanecer em seus lotes, o que leva os mesmos a venderem suas propriedades, e quem tinha algum dinheiro naquele momento vai aproveitando para comprar essas terras a preços baratíssimos e ir se apropriando de grandes dimensões de terras. E quanto à população que vai vendendo suas propriedades, ocorrem dois movimentos, os que tinham possibilidade de voltar aos seus estados de origem voltaram e outra parte dessa população vai ficando em Rondônia e tornando-se meeiros, arrendatários, peões para grandes fazendeiros. E ainda, como o processo de migração saiu do controle estatal, isso porque a leva de migrantes eram maiores do que a quantidade de lotes para serem distribuídos. Então, nos anos de 1980 é possível observar um elevado número de pessoas, famílias sem terras.

E por fim, o terceiro, trata dos fortes fluxos migratórios, que também se devem às políticas de divulgação e incentivo do Estado para que trabalhadores de outras regiões viessem em busca de terras para aqui fixarem residência. Considerando que nos anos 1970, à frente do governo federal tínhamos governantes ilegítimos, dado o regime civil-militar, inicia-se com maior fôlego uma campanha sobre a disponibilidade de terras em Rondônia, sob a famosa propaganda de “Terras sem homens para homens sem terras” (Oliveira, 2018, p. 378).

Ao longo da BR-364 foram se constituído povoados, núcleos que ofereceriam suporte – desde informações, a serviços básicos como: hospedagem e alimentação aos imigrantes recém chegados, com o passar dos anos a maioria desses núcleos foram se constituindo nas cidades que se tem na atualidade.

> Ao longo da BR-364 pela qual chegavam os imigrantes, nasceu uma série de cidades que constituíam os pontos de atração onde todos iam vender seus produtos, comprar todo o tipo de mercadoria e recorrer a todos os tipos de serviço. Essas cidades se sucediam ao longo da estrada com intervalos que raramente ultrapassavam cinquenta quilômetros. Muitas nasceram das pontes sobre as quais a estrada atravessava o Rio Machado ou seus afluentes, mas algumas eram ligadas à criação de projetos de colonização, [...]. Para outras a origem é mais antiga, como no caso de postos de telégrafos instalados pelo Marechal Rondon [...]. (Silva; Silva; Silva, 2021, p. 25).

O fluxo de migrantes foi demasiadamente grande, pegando o órgão responsável por organizar a chegada e distribuição de lotes aos migrantes, despreparado para atender a tamanha demanda. O que causou dois movimentos: O primeiro foi que muitos colonos foram ocupando terras de forma descoordenada, o que gerou vários conflitos, desde mais de uma família sendo proprietária de um mesmo lote, ao enfrentamento violento com os povos indígenas. O segundo foi que uma grande quantidade desses colonos sem conseguir o acesso à terra tiveram que fixar residência em casebres nos pequenos núcleos de cidades, tornando-se mão de obra para todo e qualquer serviço que aparecesse no entorno.

O espaço Rondoniense, desde as primeiras excursões de exploradores, tem visto de forma lenta e gradual seu espaço sofrendo reorganização e transformações geográficas com a vinda de migrantes. Mas é entre as décadas de 1970 e 1980, que acontece um boom no processo de migração e colonização, sendo nesse período o qual Rondônia recebe seu maior contingente populacional.

Com isso, podemos observar que o grande fluxo migratório ocorrido em Rondônia nos anos de 1970 – 1980 estão diretamente relacionados às ações do governo federal, onde o mesmo se fez muito presente nesse momento, assim como, Rondônia se tornou uma espécie de laboratório de políticas de ocupação territorial (Silva, 2010). De forma que podemos observar profundas mudanças com a exploração econômica agrícola, questão esta que está vinculada à pavimentação da Rodovia BR-364, que possibilitou a ocupação de terras mais interioranas.

O processo de colonização no estado de Rondônia proporcionou uma expansão do capital em áreas até então isoladas, caminho este percorrido e assegurado pelos mecanismos públicos que visualizaram na Amazônia a nova e última fronteira espacial agrícola[9] e pecuária do Brasil.

> A ocupação e exploração dos recursos naturais na Amazônia tem sido uma alternativa para a solução de problemas externos à região. Em Rondônia, nos últimos 40 anos, esse processo foi marcado pelos investimentos em obras de infraestrutura, com destaque para a construção de estradas, projetos de colonização, hidrelétricas e outras políticas territoriais que propiciaram a

9 Tratamos de fronteira especial agrícola ao entendermos que se trata de uma linha de frente horizontal, que promove ajustes espaciais nas formas de uso e ocupação do solo, sobretudo no que diz aos mecanismos de espoliação, ou de perpetuação da "assim chamada acumulação primitiva", tratada por Marx, no capítulo 24 d'O Capital (MARX, 1984), e retomadas por David Harvey (1985). Consideramos, portanto, que existem outras fronteiras que podem ser entendidas no caráter vertical da apropriação e transformação da natureza, como as biotecnologias, e a transgenia, bem como nas formas específicas de produção do valor a partir da intensa mercantilização da natureza pelos processos de circulação e reprodução do valor na lógica do capital fictício, das finanças.

> exploração dos recursos naturais, com influência direta na configuração deste território. (Cavalcante, 2012, p. 01).

A Rodovia BR-364 exerceu e exerce um papel fundamental no desenrolar das atividades econômicas da região, isso porque foram implantados projetos de assentamentos rurais ao longo da rodovia BR-364, e a partir deste foram se formando núcleos urbanos, que hoje estão entre as principais e mais influentes cidades de Rondônia, "[...] Os espaços ao longo das rodovias adquirem aderência à rede tecida pela territorialização do capital." (Margarit, 2013, p.15).

Deste modo, as terras que estão ao longo da BR 364 vão ganhando ainda mais valor tanto econômico como de influência sobre o mercado, isso se dá principalmente pela questão da facilidade de acesso e escoamento de produção, atuando como uma espécie de artéria. De forma que grandes latifundiários e o agronegócio cresçam os olhos sobre essas regiões, se tornando ainda mais atrativas ao capital, isso porque adentrar e escoar as produções ganha maior facilidade, assim como, menores gastos no transporte das mercadorias.

> "A rodovia se tornou um grande vetor de expansão da fronteira agrícola, principalmente com a soja, em direção à Amazônia. O processo de apropriação e desapropriação que fez e faz com que os pequenos produtores sejam praticamente expulsos e venham ocupar principalmente espaços periféricos urbanos transforma essa nova fronteira em um espaço agrícola vazio de pessoas, mas muito rico em investimentos e tecnologia. [...] Com a acelerada dinâmica do capital em curso na Amazônia, as transformações e a reorganização do espaço são constantes e rápidas, [...]". (Margarit, 2013, p. 29 e 30).

Desta maneira, podemos dizer que a elaboração de uma rodovia não está somente atrelada a uma ocupação populacional de espaços considerados "vazios", mas em grande parte ao interesse e a necessidade do capital em buscar novos lugares para explorar. Deste modo, tendo as rodovias o papel de abrir possibilidades de logística dentro deste espaço para o capital ir se territorializando.

Importante ponderar que a partir dos anos 90, em Rondônia, um conjunto de investimentos públicos e privados foram destinados para a infraestrutura do estado (BR-364 e Hidrovia do Rio Madeira), "implantados no plano de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, os chamados Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID)." (Cavalcante, 2012, p. 54). Se constituindo assim uma articulação nacional de modais de transportes com intuito de dar maior mobilidade à circulação das mercadorias.

Cabe ressaltar que no espaço rondoniense foi implementado um corredor para exportação de grãos, "sendo este o principal interesse do Governo Federal, justificado pela

ascensão do Brasil no mercado mundial pela exportação da soja em condições favoráveis." (Cavalcante, 2012, p. 54). Onde se concretizou com a instalação de um porto graneleiro em Porto Velho, na implementação da Hidrovia do Rio Madeira.

Já citado anteriormente, cabe ressaltar que o processo de territorialização e expansão das atividades e relações capitalistas, vão aflorando conflitos territoriais que são resultado do modelo de desenvolvimento do capitalismo e alimentados pelas contradições e desigualdades que o capital impõe em sua relação com a terra, território e os sujeitos.

Assim observamos que:

> O processo de colonização de Rondônia, [...] foi marcado por diversos conflitos agrários, com o estado geralmente agindo em benefício do capital. Rondônia vivenciou um conflito entre a colonização dita espontânea e a oficial, cujo controle dos agentes estatais tentaram dar conta, mas nem sempre conseguiram o sucesso almejado. Tal situação acabou por originar diversas tensões sociais, as quais tiveram como características a grilagem; defesa da terra pelo posseiro; a expropriação do índio; expansão da empresa privada de colonização; transformação da terra em mercadoria, e por efeito, muitas vítimas, especialmente indígenas e pequenos posseiros. (Cunha, 2015, p. 8)

Deste modo podemos apontar que as disputas espaciais são resultado das relações sociais e a busca de constituição de distintos tipos de território produzidos pelas classes sociais. Fernandes nos afirma que:

> "Partimos do princípio que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território [...]. As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. [...] A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências." (Fernandes, 2003, p. 194).

O processo de territorialização do capital nestes espaços vai produzindo procedimentos de desterritorialização de camponeses, ribeirinhos, povos indígenas, e outros, levando em consideração ainda de que a relação estabelecida com os espaços de vivências é bem diferente, onde cada sujeito a partir das relações estabelecidas vão criando e determinando a transformação desses espaços em territórios. Principalmente no caso destes sujeitos citados anteriormente, a relação que se estabelece com a terra é de muito respeito, a vendo como meio de estabelecer sua sobrevivência, criando nestes espaços relações, culturas e vínculos os tornando seus territórios. Que com a entrada do capital vai gerando relações de conflitos que na maioria dos casos vai causando a desterritorialização desses sujeitos.

Nas relações capitalistas do agronegócio a terra é vista como mera mercadoria, uma reserva de valor, de maneira que a propriedade da mesma não tem valor, mas tem preço. De forma que o mais importante é o lucro custe o que custar. Deste modo, podemos dizer que a lógica do agronegócio em terras amazônicas é a busca por fontes de lucros, e o estado de Rondônia está dentro dessa lógica e as terras que se encontram no eixo da BR 364 ganham muito destaque, e os preços dessas terras crescem de forma quase que inexplicável isso porque com a grande demanda e a busca incansável por essas terras faz com que as mesmas se valorizem cada vez mais, atingindo preços exorbitantes.

4 A FORMAÇÃO SOCIAL E AS DETERMINAÇÕES TERRITORIAIS: O EIXO DA BR 364

Como salientado partimos do princípio de que uma forma geral, universal, tem seus fenômenos particulares de produção e reprodução, mas que se reverberam pontualmente sobre dado tempo e espaço, resultando em particularidades, formas específicas de ser.

O teórico marxista Alexander Cheptulin nos adverte que toda a realidade objetiva – onde se encontram as estruturas a serem analisadas - é matéria, na qual

> "[…] não apenas a substância relaciona-se com a matéria, mas também uma variedade infinita de formas do ser já conhecidas, assim como as ainda desconhecidas. Sendo uma realidade objetiva, existindo fora e independentemente da consciência humana, a matéria não pode desaparecer total ou parcialmente, nem se transformar em qualquer coisa de imaterial. Ela existe eternamente, passando continuamente de um estado ou aspecto qualitativo ao outro" (Cheptulin, 2004, p. 163).

O que significa que uma matéria geral, forma, como a formação social capitalista, apresenta processos concretos que a engendra por particularidades. Variando seus aspectos qualitativos e quantitativos e revelando infinitas formas do ser. Consideramos, portanto que as análises das determinações territoriais são particularidades que dão uma conformação universal no espaço, condizente à formação social, submetidas às suas leis gerais, mas que simultaneamente apresenta singularidades, estas últimas dão o sentido de constructo territorial do capital, em dado tempo e lugar. Amparados nestas referências teóricas marxistas é que passamos a perscrutar as principais determinações territoriais que se manifestam (fenômenos) nas formas objetivas de produção do espaço, como formas objetivas de realização do ser social em sua totalidade[10]: as atividades produtivas, ou a matriz produtiva; ao valor da produção; no papel do Estado e o sistema de crédito; e por fim como influencia na variação dos preços da terra.

4.1 A matriz produtiva

[10] Souza (2015) adverte que: "Cabe considerar ainda que a construção categorial de determinações territoriais não se vincula à trajetória de desenvolvimento histórico-linear, uma teleologia vulgar, como se apontasse para um determinismo de formas e processos de sua constituição. As determinações são o "estado" e o "movimento" das lógicas de apropriação espacial". (p. 57).

A partir do momento que o Estado intervém possibilitando e facilitando a entrada e fixação de grandes propriedades – isso porque esse modelo de matriz produtiva não é possível de ser reproduzido em pequenas propriedades, nas quais a agricultura familiar é a que impera. Em que o objetivo dessas grandes propriedades, que no caso está na mão de apenas uma única pessoa ou de uma única empresa, é a produção de monocultivos.

Como já citado, a partir dos anos 2000 é possível se observar em Rondônia uma crescente na produção de soja e consequentemente um declínio no plantio de lavouras voltadas à alimentação básica da população, como arroz, feijão e mandioca.

Aqui passaremos a estruturar os dados de produção e a mudança da estrutura produtiva nos municípios que estão no entorno da BR 364. A base de dados será estruturada a partir da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), bem como dos dados de Silvicultura, disponibilizados pelo IBGE (Cidades) e Censo Agropecuário.

Queremos aqui apresentar os dados visualizando o estado rondoniense em três eixos, a região mais ao norte do estado (Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Ariquemes), a região mais ao centro (Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná e Presidente Médici) e a região ao sul do estado (Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena).

Observando a tabela 1 que se refere a área plantada ou destinada à colheita do município de Porto velho já podemos observar uma crescente no espaço destinado às lavouras, onde no ano de 2000 totalizavam 7.237 hectares e no ano de 2020 passa a um quantitativo de 70.298 hectares.

Tabela 5 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes- Porto Velho (RO) 2000 – 2020 (ha)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		7		8		-		-	
Abacaxi	80		38		75		174		115	
Açaí	...		...		...		-		165	
Amendoim (em casca)	-		3		50		15		10	
Arroz (em casca)	851		1353		955		2600		14025	
Banana (cacho)	250		652		325		2095		1180	
Borracha (látex coagulado)	-		5		4		-		-	
Cacau (em amêndoa)	-		300		406		629		363	
Café (em grão) Total	799		1395		836		3364		2940	
Cana-de-açúcar	15		60		73		240		91	

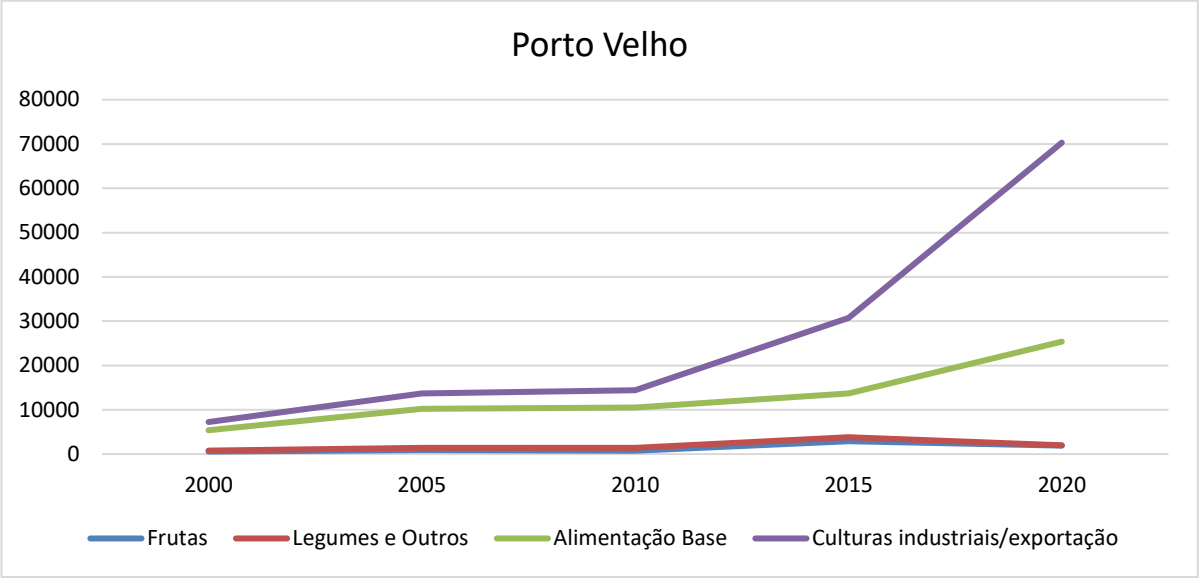
Coco-da-baía	-	45	36	50	35
Feijão (em grão)	650	410	860	2311	645
Goiaba	-	7	5	18	8
Guaraná (semente)	-	12	9	-	-
Laranja	40	25	24	93	58
Limão	-	13	13	89	74
Mamão	8	18	13	35	31
Mandioca	3100	7050	7240	5001	8746
Manga	70	18	15	-	-
Maracujá	-	12	14	118	29
Melancia	100	25	177	221	214
Milho (em grão)	1041	1437	2337	5600	23651
Palmito	200	429	550	865	-
Pimenta-do-reino	-	25	7	1	13
Soja (em grão)	-	255	240	7200	17871
Tangerina	18	8	5	5	15
Tomate	-	7	10	2	8
Urucum (semente)	15	60	98	24	11
Totais	7237	13669	14385	30750	70298

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Ao pesquisarmos determinado assunto nos deparamos com uma tabela composta por vários elementos que compõem essa grade de produção do município, de maneira que possamos olhar mais adequadamente essa produção, optamos por agrupar as culturas, de modo que dividimos entre: frutas; alimentação base (arroz feijão e mandioca); culturas industriais/exportação (café, milho, soja, cacau); e legumes e outros.

Com esse agrupamento das culturas em quatro grupos, observa-se uma grande crescente nas culturas destinadas à exportação, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes- Porto Velho (RO) 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

As culturas industriais e/ou destinadas à exportação no período pesquisado (2000 – 2020) demonstram um crescimento considerável, saindo de 1.855 hectares (2000) para 44.916 hectares em 2020, e se pegarmos mais detalhadamente podemos observar que as culturas que mais se destacam são as de milho e soja. Interessante ainda pontuar o crescimento dessas duas culturas, onde as duas somadas no ano de 2020 correspondem a 41.522 hectares das áreas plantadas ou destinadas a colheita no município de Porto Velho, ponderando ainda que no ano de 2000 não há registro de plantios de soja e já em 2020 apresenta uma área de 17.033 hectares desse plantio (2000 – 0 ha; 2005 – 255 ha; 2010 – 240 ha; 2015 – 7.200 ha; 2020 – 17.871 ha). Já o milho tem uma área de 1.041 hectares (2000); 1.437 ha (2005); 2.337 ha (2010); 5.600 ha (2015); e 23.651 ha (2020), nos demonstrando um fortalecimento nesse mercado.

Ao que se refere às culturas que são consideradas básicas na alimentação da população (arroz, feijão e mandioca) é possível observar um crescimento na área plantada dessas culturas, mas se comparada às culturas destinadas à exportação é nítido a diferença no quantitativo de áreas destinadas a determinadas culturas. Ao que se refere às culturas alimentares apontamos o crescimento na área destinada ao plantio e colheita de arroz (2000 – 851 ha; 2005 – 1.353 ha; 2010 – 955 ha; 2015 – 2.600ha; 2020 – 14.025 ha) observamos que em 2010 há uma queda na área para produção de arroz, e já em 2015 volta a crescer e em 2020 tem uma produção cinco vezes maior do que cinco anos antes. E coincidência ou não esse crescimento acompanha o crescimento das culturas de soja e milho.

Interessante observarmos os dados referentes ao efetivo de rebanho bovino no município de Porto Velho, que apresenta um crescimento considerável, principalmente a partir de 2015. Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) em 2002 era um rebanho de 338.357 cabeças, em 2005 de 539.067, 2010 de 609.860 cabeças, em 2015 com 834.570, em 2020 foi a 1.267.441 cabeças e em 2022 apenas dois anos depois atinge a marca de 1.685.258 cabeças de gado, a partir de 2015 o rebanho bovino quase que dobra a quantidades de cabeça de gado dento de sete anos. Isso se dá muito pelo processo de expansão das fronteiras e relações capitalistas na região, onde a pecuária serve como mecanismo de abertura de novas áreas agricultáveis, de modo que é possível observar ainda que nesse município esse crescimento coincide com o avanço e aumento no plantio das culturas de soja, milho e arroz.

Para termos uma ideia do quanto as áreas plantadas e destinadas a colheita para as culturas industriais/exportação cresceram no ano de 2020, vamos aqui juntar os outros três grupos de culturas (frutas; alimentação base (arroz feijão e mandioca); e legumes e outros), sendo que juntos no ano de 2020 totalizam 25.382 hectares, e as lavouras voltadas à industrialização e/ou exportação totalizaram no ano de 2020 uma área de 44.916 hectares.

Tabela 6 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Candeias do Jamari (RO) 2000 – 2020 (ha)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	20		10		-		50		21	
Açaí	...		...		...		-		94	
Amendoim (em casca)	-		-		-		2		1	
Arroz (em casca)	537		869		500		10		1600	
Banana (cacho)	35		18		25		60		106	
Cacau (em amêndoa)	-		-		42		30		67	
Café (em grão) Total	884		250		283		255		255	
Cana-de-açúcar	75		10		-		70		40	
Coco-da-baía	30		100		-		5		4	
Feijão (em grão)	50		200		107		-		20	
Guaraná (semente)	3		-		-		30		7	
Laranja	20		15		-		28		8	
Limão	-		20		-		60		9	
Mamão	3		1		-		16		6	
Mandioca	300		1200		922		800		1120	
Manga	2		1		-		-		-	
Maracujá	-		2		-		11		3	

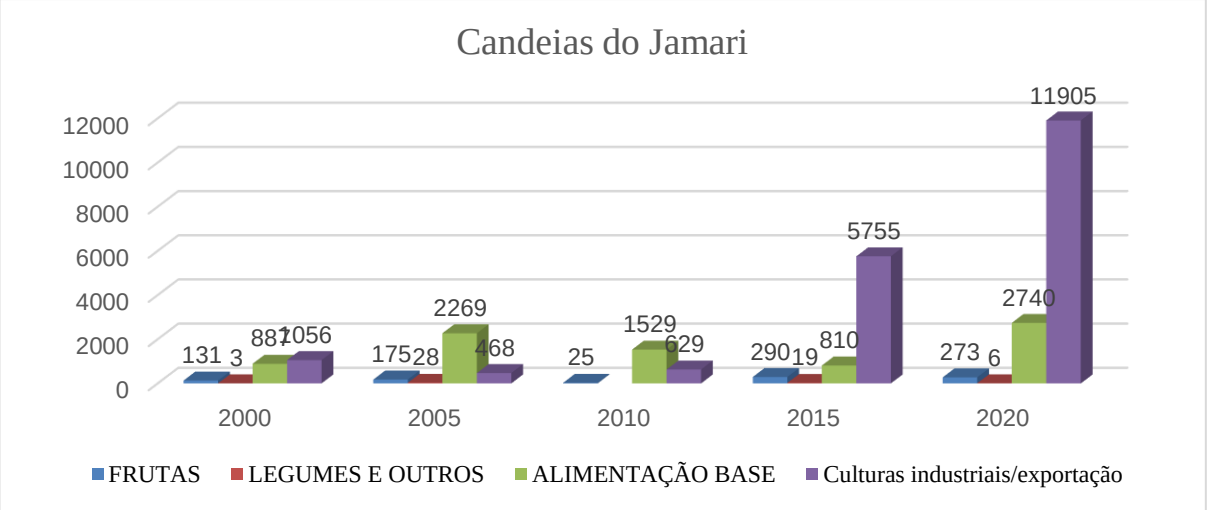
Melancia	15	6	-	30	13
Milho (em grão)	97	208	304	2900	2200
Palmito	-	25	-	1	-
Pimenta-do-reino	-	3	-	-	-
Soja (em grão)	-	-	-	2500	9343
Tangerina	3	2	-	-	2
Urucum (semente)	3	-	-	16	5
Totais	2077	2940	2183	6874	14924

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Ao município de Candeias do Jamari percebemos um crescimento considerável nas áreas plantadas ou destinadas a colheita como demonstrado na tabela anterior (tabela 6), onde se tinha 2.077 hectares em 2000, em 2005 - 2.940 hectares, 2010 com 2.183 hectares, até aqui um crescimento contínuo em momentos apresentando algumas quedas, mas é a partir de 2015 que os números nos chamam mais atenção pois em 2015 apresenta uma área de 6.874 hectares e em 2020 uma área de 14.924 hectares, sendo essa área sete vezes maior do que a do ano de 2000.

Importante observar que o plantio de soja só passa a ser registrado nesse município a partir de 2015 e em 2020 já apresenta uma área de 9.343 ha. Para compreender melhor a participação das culturas industriais/exportação cabe observar o gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 3 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Candeias do Jamari (RO) 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

É nítido o quanto as áreas destinadas a culturas industrializadas e/ou para exportação cresceram principalmente no ano de 2020. Tendo em vista que a área plantada ou destinada à colheita no ano de 2020 totalizou 14.924 hectares, sendo desta 11.905 hectares só para culturas voltadas à exportação ou industrialização. Um fato curioso quando observamos as culturas que são bases alimentares é de que se tem uma oscilação entre crescimentos e quedas como é possível se observar no gráfico 3 (2000 – 887 ha; 2005 – 2.269ha; 2010 – 1.529ha; 2015 – 810 ha; e 2020 – 2.740 ha), analisando os dados das três lavouras que compõe esse grupo (arroz, feijão e mandioca) encontramos uma fato um tanto quanto intrigante, assim como no município de Porto Velho aqui temos uma grande queda nas áreas destinadas ao cultivo do feijão e a mandioca apresentou um crescimento contínuo sem muita oscilação, já o arroz triplicou no ano de 2020 a área destinada ao cultivo do arroz (2000 – 537 ha; 2005 – 869 ha: 2010 – 500ha: 2015 – 10ha; e 2020 – 1.600ha), que inclusive coincide com o *boom* da soja no município de Candeias do Jamari.

Tabela 7 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Itapuã do Oeste (RO) 2000 – 2020 (ha)

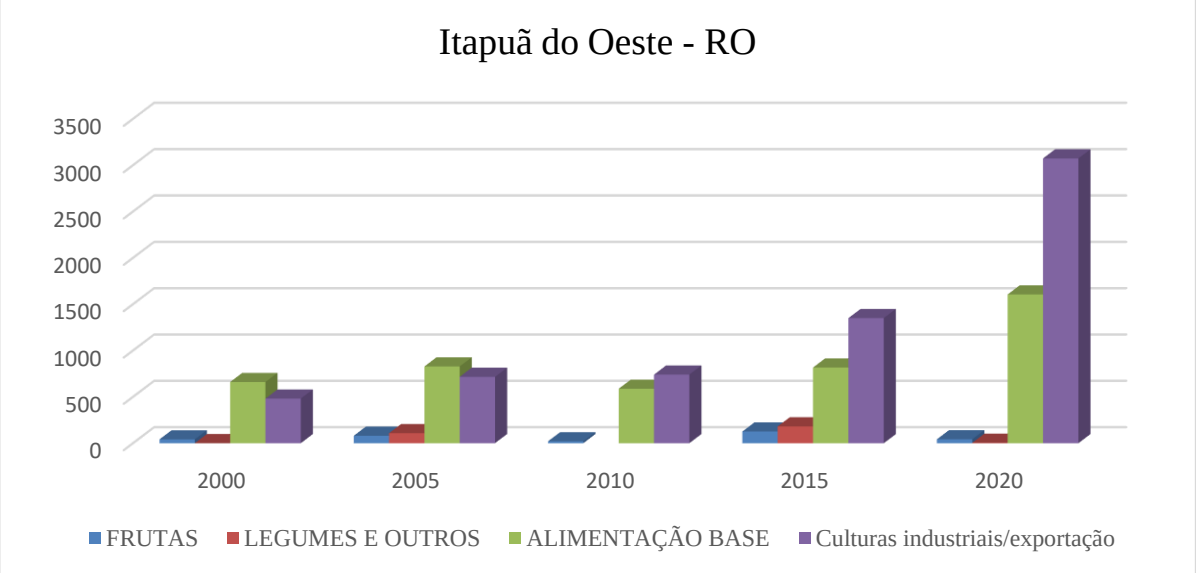
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	4		12		-		61		10	
Açaí	...		...		...		-		7	
Amendoim (em casca)	-		2		-		-		1	
Arroz (em casca)	490		525		275		530		1300	
Banana (cacho)	25		20		20		20		10	
Borracha (látex coagulado)	-		4		-		-		-	
Café (em grão) Total	378		305		250		40		27	
Cana-de-açúcar	3		2		-		30		5	
Coco-da-baía	-		8		-		6		-	
Feijão (em grão)	50		83		70		10		20	
Goiaba	-		1		-		-		-	
Guaraná (semente)	4		15		-		10		10	
Laranja	4		5		-		15		2	
Limão	-		3		-		3		-	
Mamão	-		3		-		1		-	
Mandioca	120		220		242		276		285	
Manga	-		1		-		-		-	
Maracujá	-		-		-		-		-	
Melancia	4		12		-		10		3	
Milho (em grão)	100		205		175		20		300	
Palmito	-		100		-		180		-	

Pimenta-do-reino	-	4	-	-	-
Soja (em grão)	-	200	315	1260	2741
Tomate	-	-	-	-	1
Urucum (semente)	-	2	-	1	2
Totais	1182	1732	1347	2473	4724

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Referente ao município de Itapuã do Oeste temos um crescimento nas áreas destinadas a plantio, sendo que em 2000 era de 1.182 hectares e em 2020 passa a ser de 4.727 hectares. O gráfico a seguir nos proporciona visualizar os grupos de culturas que apresentaram o maior crescimento.

Gráfico 4 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Itapuã do Oeste (RO) 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Percebe-se que no ano de 2000 e 2005 as culturas destinadas a base alimentar são as que apresentam a maior área de plantio ou colheita, mas no ano de 2010 a uma queda nas áreas destinadas a essas culturas, mas a partir de 2015 elas voltam a crescer, tendo aqui destaque a lavoura de arroz (pois a mandioca se mantém e o feijão entra em queda). E novamente se comparamos esses dados das culturas da base alimentar com as culturas industriais/exportação vamos constatar que ambas têm um crescimento no mesmo período, mas que a distância no

quantitativo de áreas destinadas a cada grupo é grande, onde as áreas destinadas a culturas de industrialização ou exportação é quase três vezes maior do que as áreas destinadas a culturas da base alimentar, no ano de 2020 as culturas de base alimentar tem uma área de 1.605 hectares, sendo que as culturas industriais/exportação conta com 3.073 hectares, deste 3.073 ha – 2.741 ha são só de soja.

Por fim, para fecharmos o bloco dos municípios que estão ao norte do estado de Rondônia temos o município de Ariquemes, que está entre as principais cidades do estado.

Tabela 8 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Ariquemes (RO) 2000 – 2020 (ha)

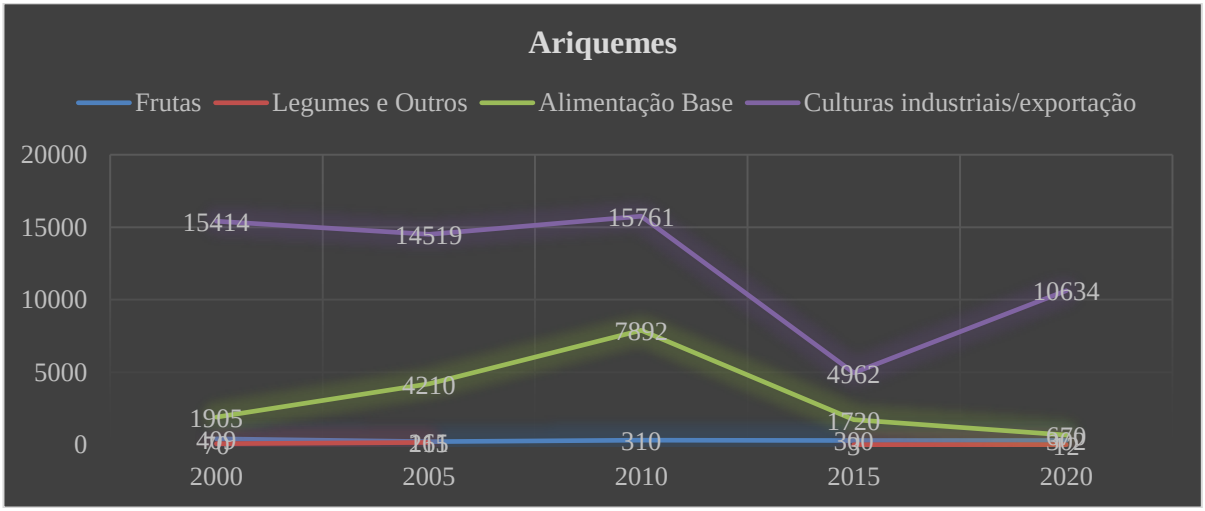
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	4		5		-		20		22	
Açaí	...		...		...		-		7	
Arroz (em casca)	1480		3250		5706		1360		500	
Banana (cacho)	266		64		310		250		185	
Borracha (látex coagulado)	4		150		-		-		-	
Cacau (em amêndoa)	8367		7224		5138		1394		971	
Café (em grão) Total	5788		5010		5244		605		261	
Cana-de-açúcar	5		5		-		10		20	
Coco-da-baía	9		10		-		5		-	
Feijão (em grão)	290		550		1430		30		10	
Goiaba	-		-		-		-		5	
Guaraná (semente)	19		20		-		3		4	
Laranja	90		80		-		-		10	
Limão	-		1		-		2		7	
Mamão	4		3		-		-		8	
Mandioca	135		410		756		330		160	
Manga	8		2		-		-		-	
Maracujá	-		3		-		-		20	
Melancia	7		26		-		20		25	
Melão	-		-		-		-		5	
Milho (em grão)	1250		2130		4279		710		1600	
Palmito	10		5		-		-		-	
Pimenta-do-reino	-		3		-		-		-	
Soja (em grão)	-		-		1100		2243		7782	
Tangerina	2		1		-		-		4	
Tomate	-		3		-		-		2	
Urucum (semente)	60		150		-		3		10	
Totais	17798		19105		23963		7590		11879	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O município de Ariquemes diferentemente dos três anteriores apresentou uma queda na área total de hectares destinados à plantação ou colheita de lavouras, sendo que no ano de 2000 era de 17.798 ha; 2005 sobe para 19.105ha; em 2010 chega a 23.963 ha; em 2015 apresenta uma grande queda nas áreas que volta para 7.590ha, e em 2020 apresentou uma área de 11.879ha.

Se observarmos o gráfico 5, que está a seguir, fica claro que as áreas destinadas a plantio ou colheita no município de Ariquemes sempre esteve em sua grande maioria atrelada a culturas industrializadas e/ou destinadas à exportação, que se observada na tabela 8, apresentada anteriormente o que percebemos com a queda no ano de 2015 é uma mudança das lavouras em específico, pois até 2010 as lavouras que predominavam as áreas de plantio era cacau (2000 – 8.367ha; 2005 – 7.224ha; 2010 – 5.138ha; 2015 – 1.394ha; 2020 – 971ha) e café (2000 – 5.788ha; 2005 – 5.010ha; 2010 – 5.244ha; 2015 – 605ha; 2020 – 261 ha). E a partir de 2015 essas são duas lavouras que entram em declínio, no entanto, em 2020 as culturas destinadas à exportação e/ou industrialização voltam apresentar um crescimento, mas dessa vez muito ancorada nas lavouras de soja (7.782ha em 2020).

Gráfico 5 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Ariquemes (RO) 2000 – 2020 (ha)

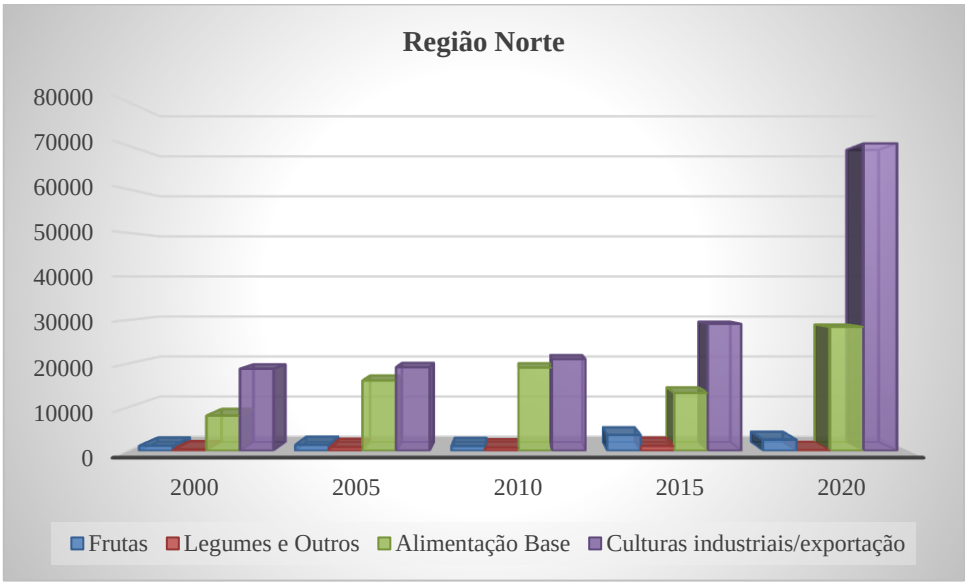


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Ao que se refere às culturas destinadas a base alimentar o gráfico nos mostra claramente a queda nos no cultivo de tais lavouras nos últimos dez anos, chegando em 2020 com uma área de plantio de apenas 670 hectares, sendo arroz com 500 ha; feijão com 10ha; e mandioca com 160 ha.

Podemos concluir que a região norte do estado de Rondônia tem atualmente a maior parte de suas áreas plantadas ou destinadas a colheita atreladas a culturas de industrialização e/ou de exportação, como podemos observar no gráfico a seguir. Tendo como destaque lavouras como soja e milho. E na cidade Porto Velho temos o cultivo do arroz como destaque, apresentando um crescimento considerável.

Gráfico 6 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes – Região Norte 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Mas quanto região é importante visualizarmos o papel que a pecuária desenvolve, apresentando o maior rebanho bovino entre as três regiões das quais estabelecemos neste trabalho, como é possível observar no gráfico a seguir.

Quadro 1 – Efetivo do rebanho Bovino na região norte – RO

Efetivo dos rebanhos bovinos (Cabeças)						
	2002	2005	2010	2015	2020	2022
Porto Velho (RO)	338.357	539.067	609.860	834.570	1.267.441	1.685.258

Candeias do Jamari (RO)	109.382	158.361	190.632	204.124	269.105	357.005
Itapuã do Oeste (RO)	54.864	81.127	79.960	84.506	91.600	107.252
Ariquemes (RO)	383.335	452.222	439.355	455.731	499.067	589.542
Total	885.938	1.230.777	1.319.807	1.578.931	2.127.213	2.739.057

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

Partindo do gráfico das áreas plantadas da região vamos observar que as culturas de exportação apresentam um crescimento considerável a parti de 2015, pois os anos anteriores as culturas de exportação e de base alimentar seguiram quase que o mesmo patamar de desenvolvimento. E agora analisando os dados da pecuária dessa região vamos notar que os maiores crescimento no quantitativo do rebanho bovino vai se dar também depois de 2015, podemos observar de 2015 a 2020 temos um aumento de quase 600.000 cabeças de gado, e de 2020 a 2022, em apenas dois anos, temos novamente aumento de mais 600.000 cabeças, ou seja de 2015 a 2022 o efetivo do rebanho bovino da região quase que dobrou.

Neste momento, olharemos mais ao centro do estado, onde nos referimos aos municípios de Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná e Presidente Médici.

Tabela 9 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Jaru (RO) 2000 – 2020 (ha)

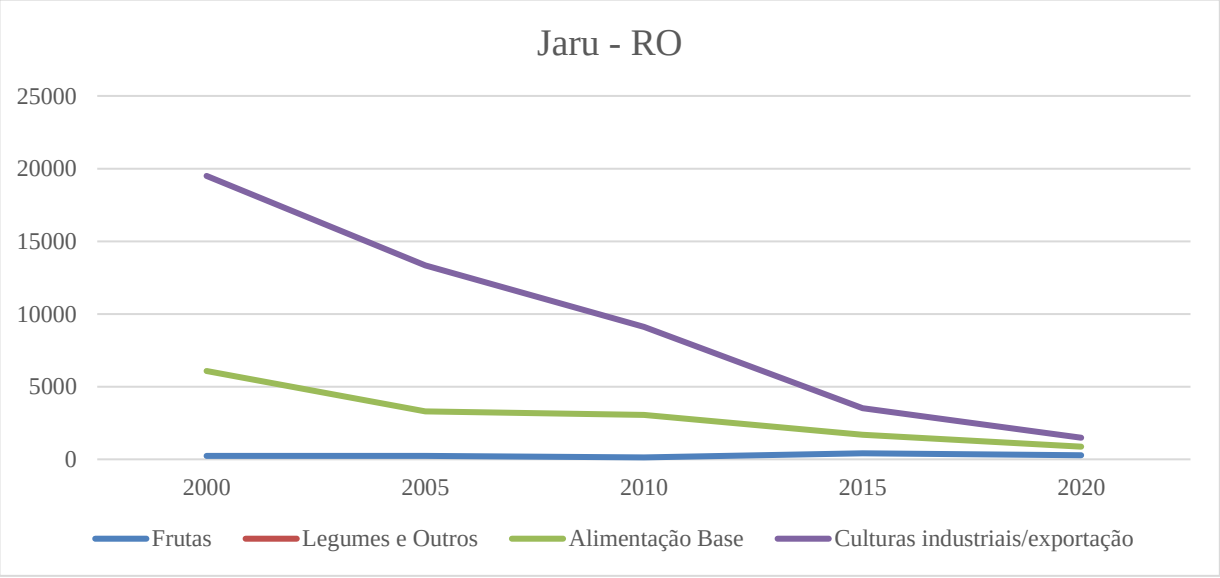
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		2		-		-		-	
Abacaxi	8		5		-		2		9	
Algodão herbáceo (em caroço)	35		-		-		-		-	
Amendoim (em casca)	-		5		-		1		-	
Arroz (em casca)	2275		1464		1018		405		4	
Banana (cacho)	156		180		132		400		240	
Borracha (látex coagulado)	-		77		-		15		-	
Cacau (em amêndoa)	7895		6891		3269		1601		1020	
Café (em grão) Total	7005		3500		3500		920		185	
Cana-de-açúcar	3		20		-		13		5	
Coco-da-baía	53		63		-		7		3	
Feijão (em grão)	2976		1338		1405		360		243	
Goiaba	15		3		-		-		1	
Guaraná (semente)	-		2		-		-		1	
Laranja	22		6		-		4		5	
Limão	10		6		-		1		5	
Mamão	13		3		-		1		-	

Mandioca	825	504	626	925	625
Manga	-	10	-	-	-
Maracujá	9	5	-	-	2
Melancia	5	4	-	8	15
Milho (em grão)	4560	2858	2350	580	277
Palmito	-	4	-	1	-
Pimenta-do-reino	-	2	-	-	-
Soja (em grão)	-	-	-	400	-
Tangerina	-	2	-	-	-
Tomate	-	3	-	2	-
Urucum (semente)	-	1	-	-	-
Totais	25865	16958	12300	5646	2640

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O município de Jaru nos apresenta uma queda abrupta nas áreas destinadas a plantação e colheita de lavouras, no ano de 2000 era uma área de 25.865ha; em 2005 de 16.958 ha; 2010 de 12.300ha; 2015 de 5.646ha; e 2020 de 2.640 ha, como apresentado na tabela 9. O gráfico a seguir ilustra o declínio das lavouras.

Gráfico 7 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Jaru (RO) 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Analisando os dados é possível se constatar que no núcleo de culturas voltadas à industrialização e/ou exportação que tem o maior percentual nos anos de 2000 e 2005 está diretamente ligado a lavouras de cacau e café, e sendo que o município de Jaru não apresenta áreas plantadas ou de colheitas para lavouras de soja, tendo apenas um registro no ano de 2015 com 400 hectares.

Referente às culturas de base alimentar têm uma redução muito grande nas áreas plantadas, tornando se quase insignificante sua produção, no levantamento de 2020 apresentou uma área de 872 hectares.

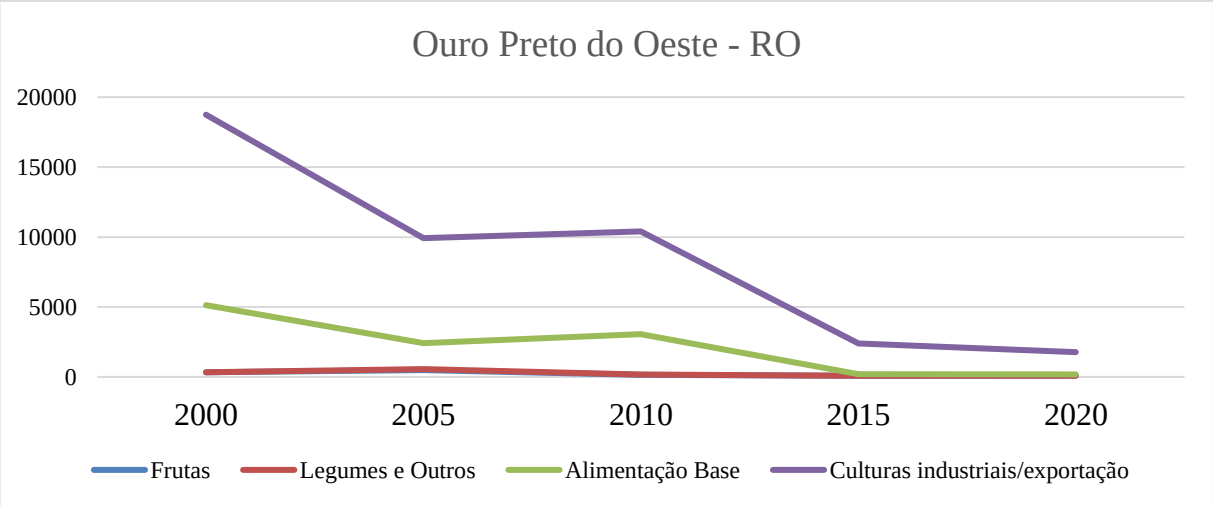
Tabela 10 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Ouro Preto do Oeste (RO) 2000 – 2020 (ha)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	-		1		-		-		1	
Algodão herbáceo (em caroço)	-		-		-		-		-	
Amendoim (em casca)	-		1		-		-		-	
Arroz (em casca)	2232		500		250		5		8	
Banana (cacho)	211		350		105		60		43	
Borracha (látex coagulado)	-		70		160		-		-	
Cacau (em amêndoa)	3849		2065		1998		1522		1275	
Café (em grão) Total	6405		4400		4000		360		213	
Cana-de-açúcar	10		10		-		-		3	
Coco-da-baía	68		85		22		2		9	
Feijão (em grão)	2377		946		1320		5		-	
Laranja	27		10		-		3		4	
Limão	-		7		-		-		4	
Mamão	7		4		-		-		-	
Mandioca	190		400		1300		100		86	
Manga	-		2		-		-		-	
Maracujá	-		2		-		-		4	
Melancia	10		26		30		24		18	
Milho (em grão)	3354		970		1200		300		100	
Palmito	-		63		15		-		-	
Tangerina	-		1		-		-		-	
Tomate	5		6		7		-		2	
Totais	18745		9919		10407		2381		1770	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O município de Ouro Preto do Oeste, assim como Jaru apresenta um declínio nas áreas plantadas ou destinadas a colheitas de lavouras.

Gráfico 8 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Ouro Preto do Oeste (RO) 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Ouro Preto do Oeste tinha em 2000 uma área de 18.745 hectares, que estava muito atrelada a lavouras de café (6.405ha) e cacau (3.849ha), sendo essas culturas atreladas a industrialização e/ou exportação que correspondiam no ano de 2000 um total de 13.618 hectares. Ao que cabe às culturas que são de base alimentar nesse mesmo período no ano de 2000 tínhamos uma área de 7.799ha, tendo arroz (2.232ha) e feijão (2.377ha) no mesmo patamar de produção.

A queda foi significativa ao ponto que em 2020 a área de plantação ou destinada a colheita no município é de 1.770 hectares (tabela 10), onde as culturas voltadas à exportação e/ou industrialização é que praticamente garantem essa área com um total de 1.591ha, sendo a lavoura de cacau a que possui majoritariamente esse espaço com 1.275ha. E o município não tem nenhum registro de áreas destinadas à produção ou cultivo de soja.

Outro detalhe que nos chama bastante a atenção é que as culturas que são base alimentar no ano de 2020 tem sua área reduzida à insignificância de um total de apenas 94 hectares para um município que tem sua área total de 1.969,850 km².

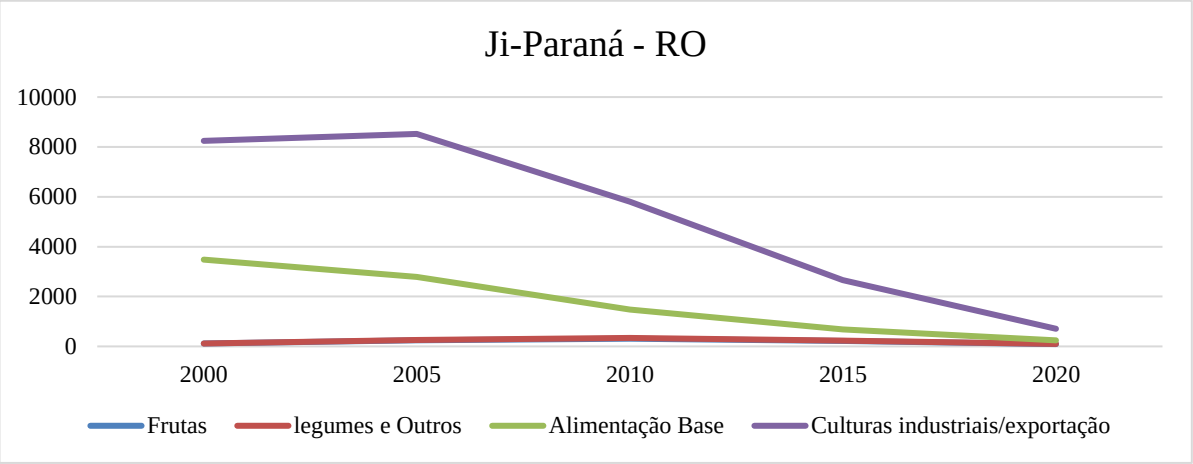
Tabela 11 – Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Ji-Paraná (RO) 2000 – 2020 (ha)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	2		5		7		6		4	
Algodão herbáceo (em caroço)	10		-		-		-		-	
Amendoim (em casca)	-		3		-		-		1	
Arroz (em casca)	1232		717		100		10		-	
Banana (cacho)	90		79		121		101		35	
Borracha (látex coagulado)	-		685		350		113		-	
Cacau (em amêndoa)	532		873		480		245		184	
Café (em grão) Total	2936		2626		2600		1100		183	
Cana-de-açúcar	16		18		20		38		47	
Coco-da-baía	5		74		50		4		6	
Feijão (em grão)	2000		1422		609		-		-	
Goiaba	-		1		-		1		5	
Laranja	5		23		25		7		5	
Limão	-		5		23		19		6	
Mamão	-		15		22		17		3	
Mandioca	125		391		434		434		143	
Manga	-		12		-		-		-	
Maracujá	-		20		10		35		9	
Melancia	10		10		46		36		20	
Milho (em grão)	1275		2212		1224		600		50	
Palmito	-		5		10		-		-	
Pimenta-do-reino	-		2		-		-		1	
Tangerina	-		1		6		-		-	
Tomate	11		6		20		9		3	
Urucum (semente)	-		1		-		-		2	
Totais	8249		9206		6157		2775		707	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O município de Ji-Paraná, também nos apresenta uma queda, é possível observar a partir da tabela 11 que a área plantada ou destinada a colheita neste município não é uma área grande (isso dentro do recorte temporal que nossa pesquisa optou por fazer, dos anos de 2000 – 2020), sendo que em 2000 totalizava uma área de 8.249 hectares, no ano de 2005 de 9.206ha, em 2010 de 6.157ha, 2015 de 2.775ha e em 2020 reduzindo a uma área de apenas 707 hectares.

Gráfico 9 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Ji-Paraná (RO) 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Referente às lavouras que são de base alimentar no ano de 2000, Ji-Paraná apresentavam uma produção de feijão com 2.000ha, arroz de 1.232ha e mandioca de 125 ha, áreas essas que foram só diminuindo com o decorrer dos anos, principalmente as lavouras de arroz e feijão que no ano de 2020 não apresentaram nenhuma área destinada a essas lavouras.

O grupo de culturas relacionadas a industrialização e/ou exportação era o que tinha a maior área no ano de 2000 tendo um total de 4.769ha, tendo como principais lavouras o café (2.936ha) e o milho (1.275ha), mas este também é um grupo que sofre uma depressão com o passar dos anos chegando em 2020 com um total de área de apenas 464 hectares.

O município não apresentou no período pesquisado nenhum registro de áreas plantadas ou destinadas à colheita de soja.

Para concluirmos a região ao centro do estado de Rondônia temos na sequência o município de Presidente Médici, que segue o desenho dos municípios anteriores que é o declínio na área total destinada à plantação ou colheita de lavouras.

Tabela 12 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes – Presidente Médici (RO) 2000 – 2020 (ha)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		2		-		-		-	
Abacaxi	2		14		20		16		7	
Algodão herbáceo (em caroço)	300		-		-		-		-	
Amendoim (em casca)	-		2		9		-		-	
Arroz (em casca)	2550		1050		2600		2		40	

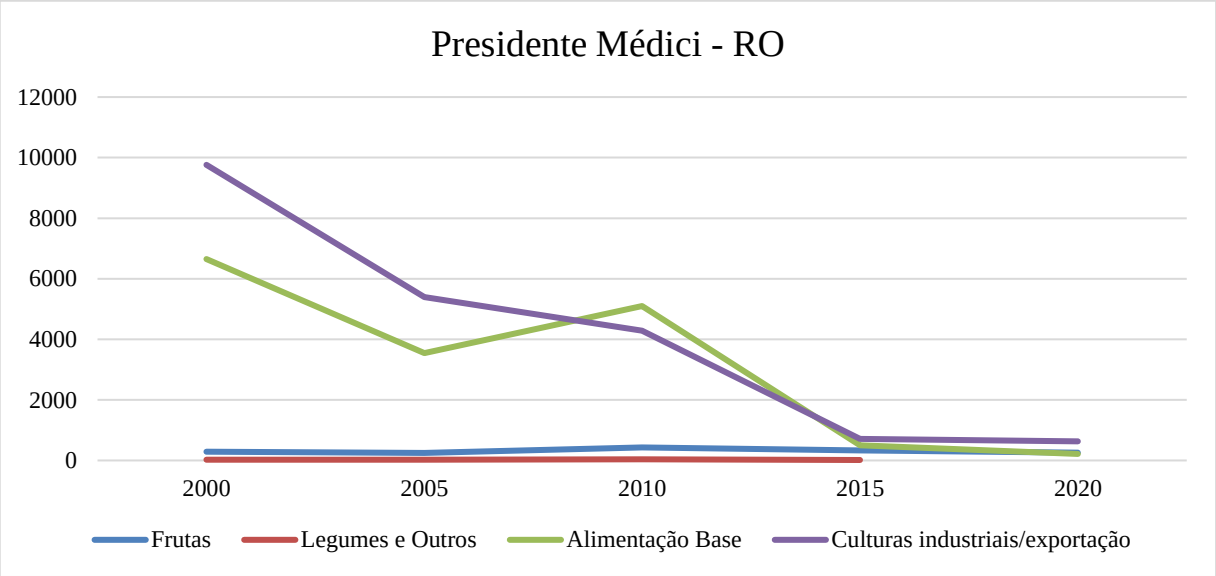
Banana (cacho)	200	70	70	100	60
Borracha (látex coagulado)	-	20	-	-	-
Cacau (em amêndoa)	132	105	86	97	73
Café (em grão) Total	5640	3500	2450	200	278
Cana-de-açúcar	60	17	17	10	30
Coco-da-baía	10	10	15	-	-
Feijão (em grão)	3500	2100	2000	20	25
Goiaba	-	8	20	11	20
Laranja	30	30	25	50	30
Limão	-	30	70	40	49
Mamão	-	7	7	15	1
Mandioca	600	400	500	480	150
Manga	-	10	-	-	-
Maracujá	30	50	175	87	70
Melancia	12	8	10	-	-
Milho (em grão)	3630	1750	1732	400	300
Palmito	-	12	10	-	-
Pimenta-do-reino	-	1	-	-	-
Tangerina	-	10	10	-	8
Tomate	20	5	5	-	-
Urucum (semente)	-	-	14	15	-
Uva	-	-	8	8	10
Totais	16716	9211	9853	1551	1151

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Presidente Médici, como apresentado na tabela 12, tinha no ano de 2000 uma área total destinada à plantação ou colheita de lavouras de 16.716 hectares, é possível a partir da observação dos dados da tabela anteriormente citada, que essa área vai decaindo conforme o passar dos anos – 2005 – 9.211ha; 2010 – 9.853ha; 2015 – 1.551ha; e 2020 de 1.151 ha.

O gráfico a seguir demonstra o agrupamento de culturas, onde é possível perceber que no ano de 2000 a maior área plantada ou destinada a produção era as lavouras relacionadas à indústria e/ou exportação com uma área de 9.762ha, tendo destaque para as lavouras de Café (5.640ha) e milho (3.630ha). No entanto, é possível observar que esse agrupamento de culturas também foi decaindo com o passar dos anos (2005 – 5.392 ha; 2010 – 4.285ha; 2015 – 707 ha), chegando em 2020 com uma área de 681 hectares.

Gráfico 10 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes – Presidente Medici (RO) 2000 – 2020 (ha)

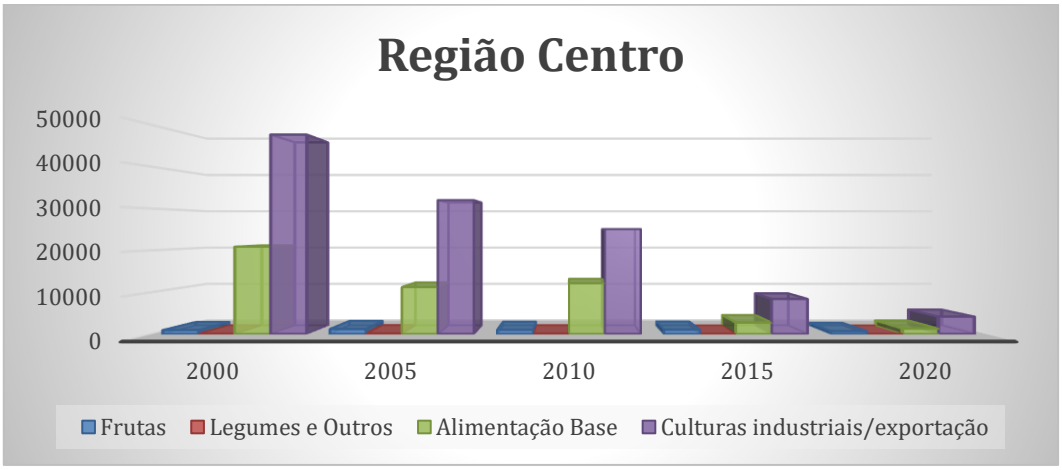


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

No tocante às culturas que são base de alimentação observam-se o mesmo que ocorreu no geral das áreas plantadas ou destinadas à colheita desse município. Sendo que em 2000 esse grupo tinha uma área total de 6.650 hectares, com destaque para as lavouras de feijão (3.500ha) e arroz (2.550ha), chegando em 2020 com uma área total de 215 hectares apenas.

É possível concluir que a região centro do estado de RO apresenta claramente um declínio na produção de culturas industrializada e/ou de exportação, mas o que mais é reforçado e que gostaríamos de chamar a atenção é a diminuição na produção da cadeia alimentar, sendo que no ano de 2020 os registros de lavouras voltadas a alimentação básica são irrisórios, como demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 11 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes – Região Centro - 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Nessa região do estado houve um declínio ainda maior de lavouras voltadas para a alimentação, e diferentemente da região anterior não há registros de produção de soja, e o milho tem sua produção diminuída tanto quanto o arroz e o feijão, por exemplo. O que nos leva a pensar qual a matriz produtiva que ganha força nessa região? Já que não é a produção de commodities, tão pouco a produção de alimentos de primeiras necessidades da população.

Desta maneira, fomos buscar e apresentamos aqui os dados referentes a pecuária desta região, como mostrado na tabela a seguir.

Quadro 2 – Efetivo de rebanho bovino – Região Centro

Efetivo do rebanho bovino (Cabeças)						
	2002	2005	2010	2015	2020	2022
Jaru (RO)	339.903	525.369	505.302	522.371	526.279	604.613
Ouro Preto do Oeste (RO)	261.334	359.948	336.278	354.303	356.886	406.601
Ji-Paraná (RO)	401.235	497.822	436.353	440.260	393.578	458.010
Presidente Médici (RO)	220.560	286.266	285.603	317.417	349.255	397.524
Total	1.223.032	1.669.405	1.563.536	1.634.351	1.625.998	1.866.748

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

Está é uma região que concentra o maior número de assentamentos realizados no processo de colonização dirigido pelo Estado, e nos últimos anos suas áreas de “lavouras converteram-se em pastagens, ocorrendo certa homogeneização produtiva da agricultura familiar, onde foram/são produzidas duas das principais mercadorias com aceitação no circuito econômico: o leite e o gado de corte.” (Silva; Michalski; Lima; Conceição, 2017, p.153). o que nos ajuda a compreender a queda na produção de todas as culturas agrícolas na região.

Dando sequência na análise das áreas plantadas ou destinadas à colheita dos municípios que estão no eixo da BR - 364 agora nos debruçamos sobre a região ao sul do estado de RO, na qual temos os municípios de Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena.

Tabela 13 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Cacoal (RO) 2000 – 2020 (ha)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		1		-		-		-	
Abacaxi	3		10		20		20		79	
Algodão herbáceo (em caroço)	181		-		-		-		-	
Amendoim (em casca)	-		2		-		-		25	
Arroz (em casca)	4853		2549		1230		276		50	
Banana (cacho)	424		439		450		435		435	
Borracha (látex coagulado)	130		25		-		-		-	
Cacau (em amêndoa)	987		725		875		266		291	
Café (em grão) Total	20988		16749		15517		11356		9757	
Cana-de-açúcar	-		8		10		10		21	
Coco-da-baía	10		20		20		10		6	
Feijão (em grão)	5651		2602		4105		1750		875	
Goiaba	-		13		15		15		18	
Guaraná (semente)	-		3		-		2		3	
Laranja	-		30		40		35		44	
Limão	-		30		40		30		37	
Mamão	-		30		100		85		95	
Mandioca	378		666		666		670		385	
Manga	-		5		-		-		-	
Maracujá	-		10		10		30		20	
Melancia	10		8		15		15		33	
Milho (em grão)	9600		3735		3903		2139		2139	
Palmito	-		15		25		25		-	
Pimenta-do-reino	-		5		-		-		34	
Soja (em grão)	-		-		-		250		1000	
Tangerina	-		8		-		5		7	
Tomate	5		5		5		4		7	
Urucum (semente)	-		-		-		-		20	
Uva	-		1		-		-		-	
Totais	43220		27694		27046		17428		15381	

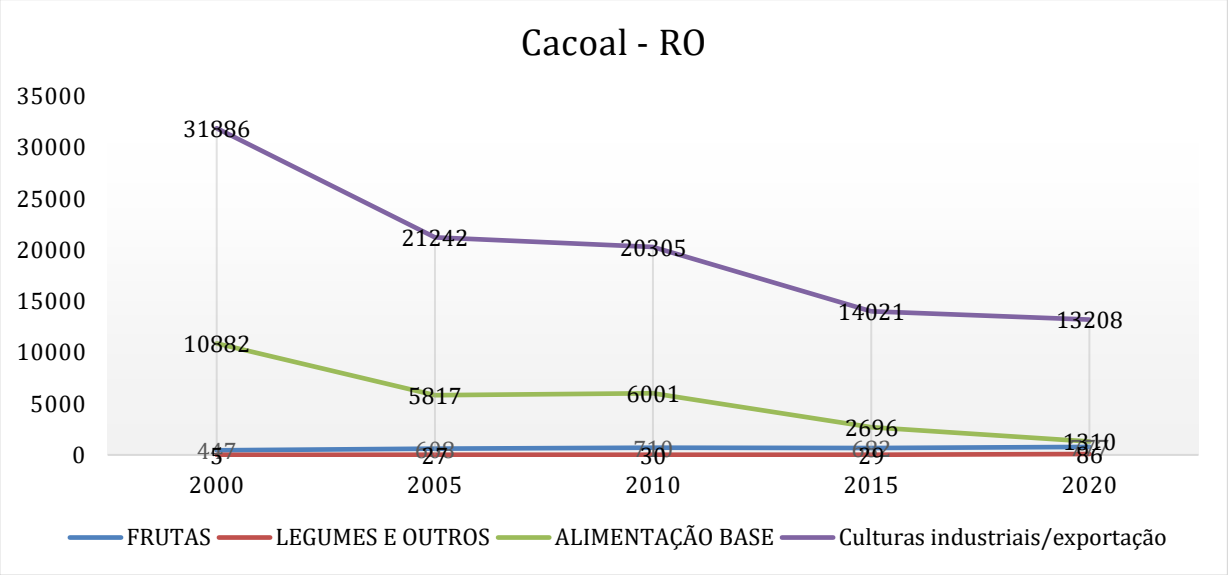
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Ao analisar os dados da tabela referente ao município de Cacoal, apontamos que o mesmo segue um pouco da lógica que estávamos vendo nos dados dos municípios analisados anteriormente, onde a área total de plantação ou destinada a colheitas vem diminuindo consideravelmente com o passar dos anos. No entanto, Cacoal apresenta uma mudança nos cultivos, onde lavouras que tinham uma grande área até um certo período e começaram a diminuir seu tamanho e outras que passaram a ser cultivadas nos últimos dez anos e se apresentam com uma quantidade de hectares consideráveis no período atual.

Cacoal no ano 2000 apresentava uma área plantada ou destinada à colheita de 43.220 hectares, e nos anos que segue vai apresentando um declínio, onde em 2005 tem uma área de 27.694ha, em 2010 com 27.046ha, em 2015 com 17.428ha, chegando em 2020 com 15.381ha.

Para que possamos entender um pouco melhor esse movimento no município de Cacoal é interessante analisarmos o gráfico a seguir que ilustra as movimentações das culturas cultivadas no município.

Gráfico 12 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Cacoal (RO) 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

No ano de 2000 a área destinada às culturas de base alimentar representava 10.882 hectares, se destacando as lavouras de feijão com 5.651ha e o arroz com 4.853ha. Já no ano de 2005 temos uma área total de 5.817 hectares, diminuindo aqui pela metade o total que havia sido apresentado nos anos 2000. Essa queda na área toda no ano de 2005 se deve principalmente

pela queda do feijão (que passa a ter 2.602ha) e do arroz (que apresenta uma área de 2.549 ha). Em 2010 o que se apresenta é diferente, no tocante a área total temos um pequeno crescimento, onde a área plantada ou destinada a colheita passa a ter um total de 6.001 ha, no entanto temos uma queda significativa na área destinada a produção de arroz que nesse ano de 2010 é de 1.230ha. Porém, o feijão apresenta um crescimento significativo, com uma área de 4.105ha (2010).

Até o ano de 2010 é possível observar uma oscilação nas áreas destinadas às lavouras que são base alimentar, mas a partir de 2015 a diminuição das áreas para essas lavouras é cada vez mais depressiva, onde em 2015 apresenta uma área total de 2.696ha (feijão – 1.750ha; arroz – 276 ha; e mandioca – 670 ha), já em 2020 a área se torna ainda menos, com uma totalidade de 1.310ha – feijão com 875 ha; arroz com 50 ha; e a mandioca com 385 ha.

Não poderíamos deixar de analisar as culturas voltadas à exportação e/ou industrialização, até porque é o grupo que mais se destaca na quantidade de hectares destinada ao plantio ou colheita dessas lavouras. Em 2000 era uma área total de 31.886ha, sendo o grande destaque o café com uma área de 20.988ha, em seguida temos o milho com uma área de 9.600ha. No ano de 2005 temos uma área total de 21.242ha e os principais colaboradores para esses números são as lavouras de café (16.749ha) e o Milho (3.735ha). em 2010 a área total destinada ao plantio ou colheita totalizava 20.305ha, sendo que o café representava 15.517ha e o milho 3.903ha. podemos observar que existe uma baixa contínua nas áreas destinadas à produção de culturas industriais e/ou de exportação, queda essa que vai se mantendo nos anos seguintes. Em 2015 a área total era de 14.021ha (café com 11.356ha e o milho com 2.139ha), é no ano de 2015 que a lavoura de soja começa a ser registrada no município, de forma ainda tímida com 250 ha. Já em 2020 o total de áreas é de 13.208ha, tendo o café uma área de 9.757ha, o milho com 2.139ha e a soja com 1.000ha.

Interessante observar que mesmo com o declínio total das áreas plantadas ou destinadas à colheita de lavouras, as áreas de lavouras de café permaneceram sendo a lavoura destaque do município de Cacoal, não é à toa que é conhecida como a capital do café.

Na sequência temos o município de Pimenta Bueno, de início é interessante apontar que dentro do recorte temporal da pesquisa (2000 – 2020) o município apresenta um total de áreas plantadas ou destinadas a colheita de lavouras que em nenhum momento passou de 4.000 hectares.

Tabela 14 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Pimenta Bueno (RO) 2000 – 2020 (ha)

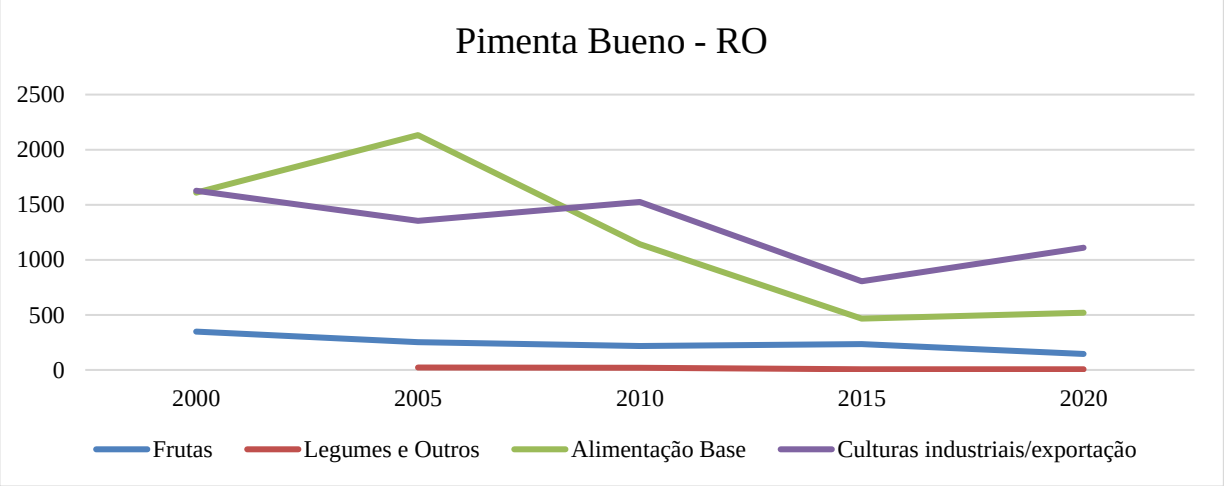
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		1		-		-		-	
Abacaxi	171		30		20		30		25	
Algodão herbáceo (em caroço)	15		-		-		-		-	
Amendoim (em casca)	-		1		-		-		-	
Arroz (em casca)	755		972		292		1		30	
Banana (cacho)	57		94		94		78		80	
Borracha (látex coagulado)	-		15		110		-		-	
Cacau (em amêndoa)	5		61		46		4		4	
Café (em grão) Total	763		470		558		98		63	
Cana-de-açúcar	-		4		5		100		-	
Castanha de caju	-		-		-		-		-	
Coco-da-baía	4		22		10		-		8	
Feijão (em grão)	600		360		450		25		50	
Goiaba	-		1		-		2		-	
Laranja	10		6		6		8		5	
Limão	2		2		-		-		7	
Mamão	-		5		-		1		3	
Mandioca	255		800		400		440		440	
Manga	-		2		-		-		-	
Maracujá	18		3		-		1		1	
Melancia	86		75		75		100		5	
Milho (em grão)	844		805		805		416		474	
Palmito	-		15		10		-		-	
Soja (em grão)	-		-		-		187		568	
Tangerina	-		2		-		5		-	
Tomate	-		1		-		4		4	
Urucum (semente)	-		5		10		2		2	
Uva	-		8		12		9		11	
Totais	3585		3760		2903		1511		1780	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

No ano de 2000 a área total era de 3.585ha, cinco anos depois o município apresenta um leve crescimento nas áreas plantadas ou destinadas à colheita de lavouras, indo a 3.760ha em 2005. E é a partir de 2010 que as áreas destinadas a plantação começam a diminuir, em 2010 tem um total de 2.903ha, mas é em 2015 que despenca as áreas destinadas a plantio, chegando a 1.511ha (2015). No ano de 2020 podemos perceber que a um pequeno crescimento indo para 1.780ha.

Quando agrupamos as culturas podemos perceber que tem dois grupos que se sobressaem, sendo culturas que são de base alimentar e as culturas industriais/exportação, o gráfico a seguir demonstra um movimento bastante interessante, principalmente no ano de 2000 e 2005.

Gráfico 13 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Pimenta Bueno (RO) 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Observemos que no ano de 2000 as áreas plantadas ou destinadas a colheita nas culturas de base alimentar e as culturas para industrialização e/ou exportação apresentam praticamente a mesma quantidade em áreas, sendo que as culturas de base alimentar teriam 1.610ha (arroz com 755 ha; feijão com 600ha; e mandioca com 255 ha), e as culturas para industrialização e/ou exportação com um total de 1.627ha (com destaque para lavoura de milho com 844 ha e o café com 763 ha).

No ano de 2005 as culturas de base alimentar é quem apresenta a maior área de plantação com um total de 2.132ha, superando a área plantada pelas culturas de industrialização e/ou exportação que em 2005 teve uma área de 1355 ha. Nesse mesmo ano pudemos perceber um crescimento na área total plantada ou destinada à colheita de lavouras.

No ano de 2010 às culturas voltadas à industrialização e/ou exportação apresentam um pequeno crescimento em sua área plantada, chegando a 1.524ha. No entanto, as culturas da base alimentar apresentaram uma redução quase pela metade do que havia se apresentado no ano de 2005, tendo em 2010 uma área de 1.142ha, isso se deu muito pela grande queda nas áreas destinadas ao plantio e/ou colheita de arroz.

No ano de 2015 houve uma queda generalizada no total de áreas destinadas a plantações e colheitas de lavouras. As áreas destinadas às culturas base da alimentação foram a 466 ha, quase zerando a o plantio e/ou colheita de lavouras de arroz. Referente às culturas voltadas à industrialização e/ou exportação teve uma área de 805 ha, queda essa muito relacionada a queda das lavouras de café que teve uma área de 98ha (2015).

Em 2020 as áreas plantadas ou destinadas a colheitas de lavouras apresentam um leve e tímido crescimento, indo para uma área total de 1.780ha, sendo que deste total 1.109ha estão relacionados a áreas voltadas a culturas de industrialização e/ou exportação, com destaque para o milho com 474 ha e a soja com 568 ha, cabe ressaltar que a lavoura de soja passa a ter seus primeiros registros em Pimenta Bueno a partir de 2015.

Tabela 15 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Vilhena (RO) 2000 – 2020 (ha)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	12		22		20		35		30	
Arroz (em casca)	2500		7000		2550		380		300	
Banana (cacho)	20		28		25		25		5	
Borracha (látex coagulado)	-		10		-		-		-	
Cacau (em amêndoa)	-		5		-		-		2	
Café (em grão) Total	29		25		15		9		11	
Cana-de-açúcar	3		5		-		-		1	
Coco-da-baía	-		11		-		-		-	
Feijão (em grão)	460		300		360		20		5	
Goiaba	-		10		-		3		2	
Laranja	101		22		15		1		11	
Limão	3		7		5		6		4	
Mamão	6		5		8		-		2	
Mandioca	400		250		230		280		30	
Manga	7		2		-		-		-	
Maracujá	-		5		-		-		-	
Melancia	4		6		12		-		3	
Milho (em grão)	900		13000		30050		42050		48010	
Pimenta-do-reino	-		4		-		-		-	
Soja (em grão)	8500		38000		40110		48050		54000	
Tangerina	-		7		5		3		-	
Tomate	59		10		10		23		11	
Urucum (semente)	-		-		20		20		-	
Uva	-		3		-		-		-	

Totais	13004	58737	73435	90905	102427

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O município de Vilhena apresenta uma realidade diferente de todos os outros municípios analisados que estão no eixo da BR-364, isso porque áreas com plantios de soja são registradas durante todo o período do recorte temporal que fizemos.

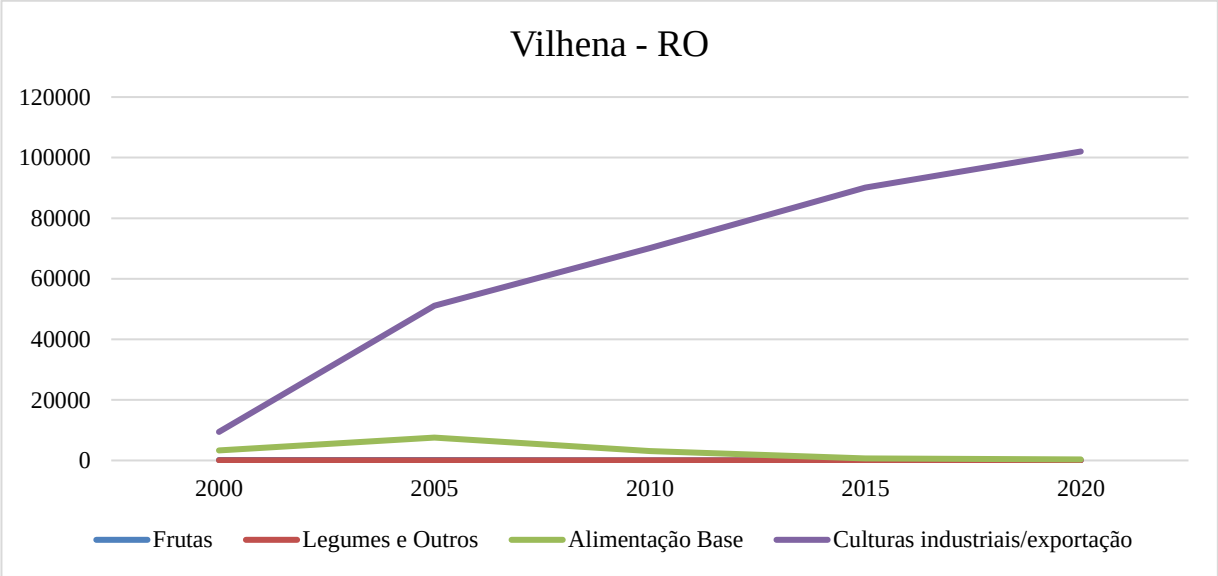
No ano de 2000 Vilhena apresentou uma área plantada ou destinada à colheita de lavouras no total de 13.004ha, dessa totalidade 9.432ha são de culturas voltadas à exportação e/ou industriais, com destaque para a soja que teve uma área de 8.500 ha. Nesse mesmo ano as culturas de base alimentar apresentaram uma área de 3.360ha, com destaque para área destinada ao plantio de arroz com 2.500ha.

Em 2005 a área total de plantio de lavouras foi a 58.737ha, sendo que novamente o grande destaque é as lavouras de soja (38.000ha) e o milho (13.000ha) de maneira que dos 58.737ha eram a 51.045 só de culturas relacionadas a exportação/industrial. E as culturas de base alimentar apresentou um montante de 7.550ha e desse total 7 mil hectares era somente de áreas com plantio de arroz.

É possível observar que o município a partir de 2010 vai sendo monopolizado pela produção de soja e milho, e isso fica evidente quando pegamos a área total de plantio que em 2010 foi de 73.435ha, desse montante 70.175ha são de áreas com plantios de culturas que temos denominado culturas industrial/exportação, sendo que especificamente a soja corresponde a uma área de 40.110ha e o milho a uma área de 30.050ha. De modo, que referente às culturas da base alimentar têm-se 3.140ha.

2015 e 2020 seguem a mesma lógica, no entanto as áreas destinadas ao plantio de culturas da base alimentar é ainda menor (680 ha – 2015; 335 ha – 2020).

Gráfico 14 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes - Vilhena (RO) 2000 – 2020 (ha)

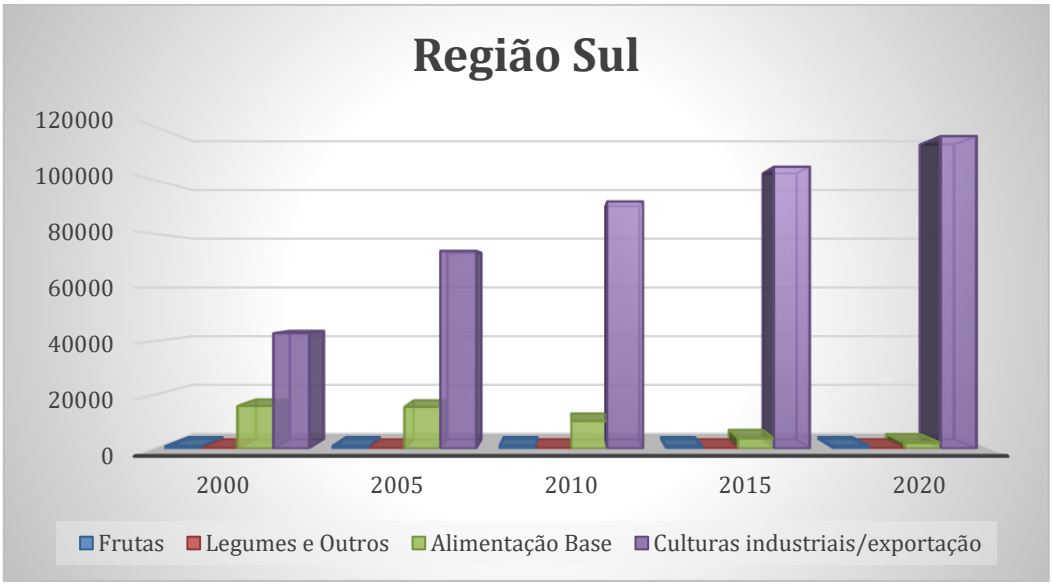


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Percebemos que a área de plantio para alimentação básica foi diminuindo com o passar dos anos, no entanto o montante de áreas plantadas ou destinadas a colheita de lavouras no município de Vilhena foi crescente durante todo o período da pesquisa (2000 – 2020). Isso ocorreu fundamentalmente por conta das crescentes áreas de plantio de lavouras de soja e milho, demonstrando de forma muito nítida é quando pegamos a área total de plantios de 2015, que foi de 90.905ha e comparamos com a área destinada apenas ao plantio de soja (48.050ha) e Milho (42.050) que juntos totalizam uma área de 90.100ha. O mesmo acontece quando comparamos o ano de 2020, que teve uma área total de 102.427ha e a área destinada ao plantio ou colheita de soja e milho foi de 102.210ha.

Essa é a região onde a queda na produção de alimentos como arroz, feijão e mandioca que compõem a alimentação básica da população da região é ainda maior, como podemos observar no gráfico a seguir. E indo em contra partida a essa questão temos uma permanente e crescente nas lavouras de milho e a soja que neste caso são commodities.

Gráfico 15 - Área plantada ou destinada à colheita, culturas temporárias e permanentes – Região Sul - 2000 – 2020 (ha)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Por meio do gráfico fica visível que as culturas de exportação predominam as lavouras cultivadas. É interessante ainda destacar o papel que a pecuária desempenha nesses munícipios.

Quadro 3 - Efetivo de rebanho bovino região Sul – RO

Efetivo de rebanho bovino (Cabeças)						
	2002	2005	2010	2015	2020	2022
Cacoal (RO)	339.254	422.577	417.489	454.967	427.096	510.455
Pimenta Bueno (RO)	240.281	297.306	238.284	269.375	312.938	388.946
Vilhena (RO)	108.511	116.426	94.648	120.620	142.155	164.264
Total	688.046	836.309	750.421	844.962	882.189	1.063.665

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

Diversos autores apontam a importância da pecuária nessa região de Rondônia no período da colonização, a pecuária era apresentada como um dos mecanismos de ir possibilitando a abertura de novas terras. No entanto, dentro do período estabelecido por essa pesquisa, fica nítido por meio dos gráficos e tabelas aqui apresentados que está é uma região predominantemente produtora de cultivos voltados a exportação, e pelos números quem se destaca é a soja e o milho.

Para que possamos observar uma mudança na matriz produtiva do estado vamos aqui apresentar dados das áreas plantadas do estado de Rondônia.

Tabela 16 - Área plantada ou destinada à colheita - Rondônia

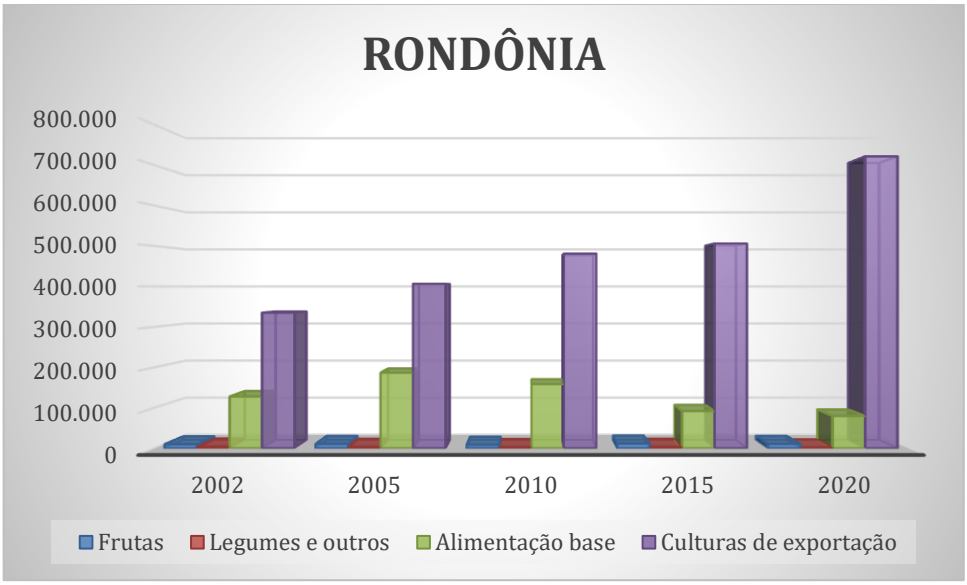
Área plantada ou destinada à colheita (Hectares) – Rondônia					
	2002	2005	2010	2015	2020
Abacate	11	54	8	-	8
Abacaxi	568	515	280	883	938
Açaí	...	...	...	-	356
Amendoim (em casca)	83	98	74	62	128
Arroz (em casca)	54543	95539	68252	43574	40859
Banana (cacho)	5647	6781	6187	7699	6630
Borracha (látex coagulado)	2031	1640	764	224	-
Cacau (em amêndoa)	35460	40789	28891	14156	9223
Café (em grão) Total	182982	167738	156606	79975	72189
Cana-de-açúcar	210	700	3824	2393	754
Coco-da-baía*	1376	1159	268	181	142
Feijão (em grão)	53722	63032	60494	22285	16547
Goiaba	57	82	48	92	116
Guaraná (semente)	293	187	50	92	117
Laranja	610	699	574	696	515
Limão	261	250	187	410	400
Mamão	244	190	195	271	279
Mandioca	19737	28287	29774	26024	22428
Manga	89	242	15	-	-
Maracujá	166	210	272	650	404
Melancia	530	492	675	820	838
Milho (em grão)	87628	122050	169069	175952	246609
Palmito	1456	1361	753	1119	-
Pimenta-do-reino	311	216	22	42	117
Soja (em grão)	28914	75275	122743	233605	392642
Tangerina	211	113	26	50	95
Tomate	45	264	297	155	162
Urucum (semente)	2079	1449	1698	2186	1392
Uva	35	23	20	27	26
Total	479299	609435	652066	613623	813919

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Vamos observar que o total de áreas plantadas ou destinadas a colheita quase que dobrou se comparado os dados de 2002 a 2020.

A seguir vamos observar o gráfico onde fizemos a divisão das lavouras e centralizamos em quatro grupos de culturas, assim como fizemos com os dados de todas as tabelas apresentadas aqui anteriormente.

Gráfico 16 - Área plantada ou destinada à colheita - Rondônia



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

No gráfico apresentado vamos observar que as culturas voltadas a exportação sempre predominaram, tendo a maior parte das áreas plantadas voltadas a esse mercado. E ainda vamos observar que as lavouras de base alimentar vão sofrendo baixas.

Portanto, partindo dos dados levantados podemos afirmar que houve uma mudança na matriz produtiva do estado de Rondônia dentro desses últimos vinte anos. E com a mudança da matriz produtiva se tem também uma mudança nas relações sociais de produção, que nos leva a compreender que a relação dos pequenos produtores vem a ser modificada também. Isso porque a produção de monocultivos exige grandes extensões de terras, o que vai fazendo com que vá encurralando e desapropriando esses pequenos produtores que até então trabalhavam em regime familiar em harmonia com a terra e com seu território.

No geral dos municípios que foram analisados, podemos concluir que existe um projeto em percurso nesse eixo condutor que é a BR-364, projeto esse que não dialoga e não garante a produção de alimentos que são base na alimentação da população local. Assim como a crescente de áreas destinadas à produção de culturas voltadas a exportação, em que temos o município de Vilhena que faz divisa com o estado do Mato Grosso como o precursor desse projeto, em que a área destinada a plantios desse município está completamente atrelada a produção de commodities. E o movimento que assistimos ao norte do estado de RO é o da crescente áreas de plantios destinadas a culturas industrial/exportador, com destaque para lavouras de soja. A região centro do estado não apresenta áreas destinadas a plantios de soja até 2020, mas é

possível se considerar uma movimentação de sul a norte e de norte a sul fazendo com que essa região ao centro inicie processos de plantios de lavouras de soja por exemplo.

Neste caso podemos afirmar que a produção de commodities aumenta e a produção de alimentos diminui, importante apontar que tal produção é uma demanda de mercado externo, não está intrinsecamente ligada a uma necessidade da escala local. “Por outro lado, as culturas que compõem a alimentação básica da população não são muito atrativas para os capitalistas, justamente em função da renda menor e dos altos riscos que as caracterizam.” (Paulino, 2005, p. 11424).

A exportação é o mercado de destino das commodities, tendo impulsionamento por parte dos governantes, como por exemplo a Lei Kandir que isenta o pagamento de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, dos produtos primários e semi processados, o que leva uma desvalorização do mercado industrializado do próprio país. “A Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996) foi aprovada no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com a motivação de estimular as exportações e, com isso, atrair mais dólares para o país, fator necessário para o equilíbrio da balança comercial brasileira.” (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 21).

Cabe destacar que

> A alta dos preços das *commodities* alimentares nos últimos 20 anos, somada ao incentivo dos sucessivos governos com a pauta primária exportadora (Lei Kandir é um exemplo cabal), não só faz com que o Agro sonhe em vender tudo para fora, mas também em se especializar na produção de quatro ou cinco produtos, o que levou uma corrida por substituição de culturas alimentares para produção de *commodities* de ex-portação. (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 32).

O fato de termos uma mudança na matriz produtiva do estado de Rondônia, onde a produção de commodities para a exportação é o que predomina o mercado, demandando uma infraestrutura específica, de maneira que a mesma exerce um papel fundamental na apropriação da mais-valia. A Infraestrutura aqui estamos nos referenciando a maquinários, mecanismos e espaços de estocagem, mas também o mecanismo de circulação da mesma, demandando uma logística elaborada, com transportes que garantam sua fluidez e agilidade.

Por fim, é importante ressaltarmos que a renda da terra também vem da valorização da terra, inclusive por meio da especulação imobiliária, isso porque somos “[...] profundamente marcados pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra.” (Paulino, 2005, p. 11422). De maneira que o preço das

commodities influenciam na oscilação do preço da terra (se há um aumento nos preços das commodities a terra consequentemente se valoriza, se há queda no preço de commodities o valor da terra também cai), isso desde as terras com boas condições de produção, até as que são mais "fracas", isso porque, como já citado aqui anteriormente, é essa terra mais "fraca" que oferece as condições da balança comercial dessa produção, possibilitando assim um maior lucro, potencializando a renda da terra.

4.2 A produção do valor

E os valores das produções vão alcançando patamares um tanto quanto interessantes de se observar, como podem ser observados nas tabelas a seguir.

Tabela 17 - Valor - Porto Velho (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		30		131		-		-	
Abacaxi	1000		358		1215		5484		5274	
Açaí	...		...		...		-		2181	
Amendoim (em casca)	-		3		52		17		34	
Arroz (em casca)	214		821		975		3823		28564	
Banana (cacho)	210		3028		2121		19821		23868	
Borracha (látex coagulado)	-		1		4		-		-	
Cacau (em amêndoa)	-		-		1094		1026		507	
Café (em grão) Total	1320		2169		1515		9344		19571	
Cana-de-açúcar	95		181		163		2748		372	
Coco-da-baía	-		236		105		193		484	
Feijão (em grão)	211		151		1585		2991		1380	
Goiaba	-		15		10		302		223	
Guaraná (semente)	-		15		2		-		-	
Laranja	70		51		93		1655		1072	
Limão	-		24		18		485		1117	
Mamão	13		108		115		1120		936	
Mandioca	3773		23626		55557		73699		286579	
Manga	53		86		64		-		-	
Maracujá	-		47		101		4163		573	
Melancia	300		115		1492		8398		4549	
Milho (em grão)	225		563		1699		7291		78782	
Palmito	600		558		695		1804		-	
Pimenta-do-reino	-		133		22		60		210	

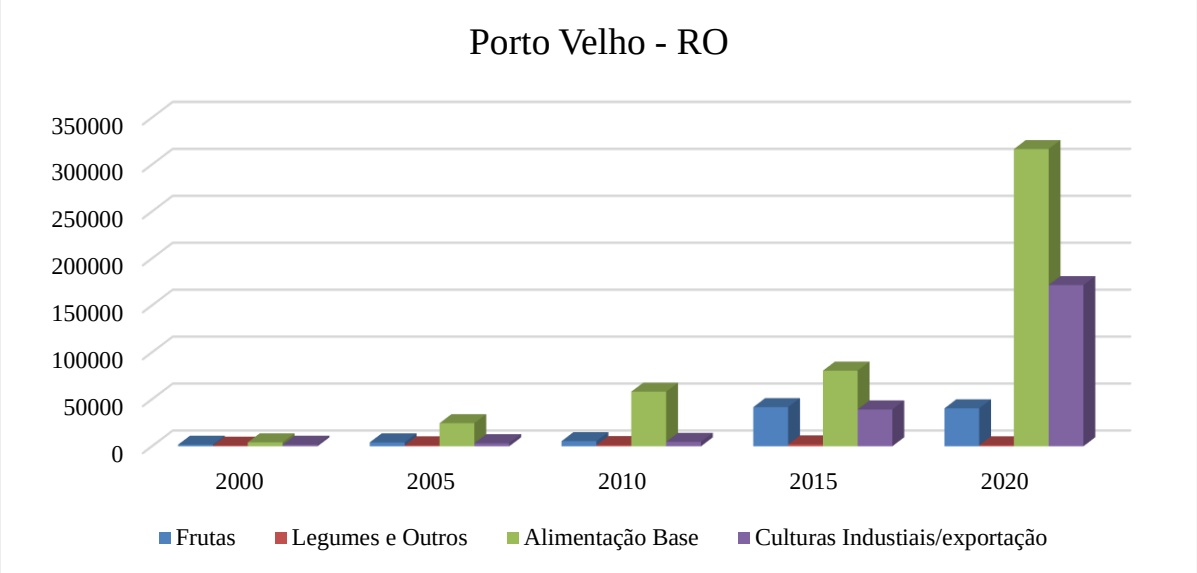
Soja (em grão)	-	333	226	18792	72438
Tangerina	22	16	7	44	128
Tomate	-	67	68	92	743
Urucum (semente)	33	180	383	58	31
Totais	8139	32915	69512	163410	529616

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Referente ao valor da área plantada ou destinada à colheita, para culturas temporárias e permanentes no município de Porto Velho, no conjunto geral é perceptível o seu crescimento. Observando que o município apresentava em 2000 um valor de produção de 8.139 reais, em 2005 tem-se um salto para 32.915 reais, em 2010 foi para 69.512 reais, em 2015 tem um crescimento ainda maior, atingindo nesse ano o valor de 163.410 reais e em 2020 529.616 reais.

No gráfico a seguir buscamos ilustrar onde se concentram os maiores crescimento de valores. Para facilitar essa leitura buscaremos daqui em diante agrupar as culturas de lavouras em quatro grandes grupos, sendo o de: frutas; legumes e outros; culturas da base alimentar; culturas industriais e/ou exportação.

Gráfico 17 - Valor da Produção - Porto Velho (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A cultura com maior crescimento de valor no município de Porto Velho é as culturas da base alimentar, que no ano de 2000 era 4.198 reais alcançando em 2020 o valor de 316.523

reais, tendo a mandioca com a maior valorização (2000 – 3.773 reais; em 2020 – 286.579 reais), e em seguida temos o arroz (2000 – 214 reais; e em 2020 – 28.564 reais.

Referente às culturas industriais e/ou para exportação, que na sequência apresentam um crescimento considerável, principalmente de 2015 para frente, como é possível de ser observado no gráfico 18.

Tabela 18 -Valor da Produção – Candeias do Jamari (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	58		89		-		1618		767	
Açaí	...		...		...		-		918	
Amendoim (em casca)	-		-		-		2		8	
Arroz (em casca)	223		289		278		7		4406	
Banana (cacho)	38		78		175		779		3053	
Cacau (em amêndoa)	-		-		115		10		6	
Café (em grão) Total	1565		174		194		889		1340	
Cana-de-açúcar	203		29		-		712		134	
Coco-da-baía	108		513		-		25		50	
Feijão (em grão)	16		43		7		-		42	
Goiaba	-		-		-		-		-	
Guaraná (semente)	3		-		-		196		39	
Laranja	55		30		-		280		160	
Limão	-		33		-		455		87	
Mamão	4		6		-		490		168	
Mandioca	243		4104		7095		15879		31500	
Manga	4		4		-		-		-	
Maracujá	-		8		-		308		86	
Melancia	45		25		-		706		254	
Milho (em grão)	21		61		100		8906		12092	
Palmito	-		49		-		2		-	
Pimenta-do-reino	-		18		-		-		-	
Soja (em grão)	-		-		-		6750		30624	
Tangerina	5		4		-		-		23	
Urucum (semente)	3		-		-		32		15	
Totais	2594		5557		7964		38046		85772	

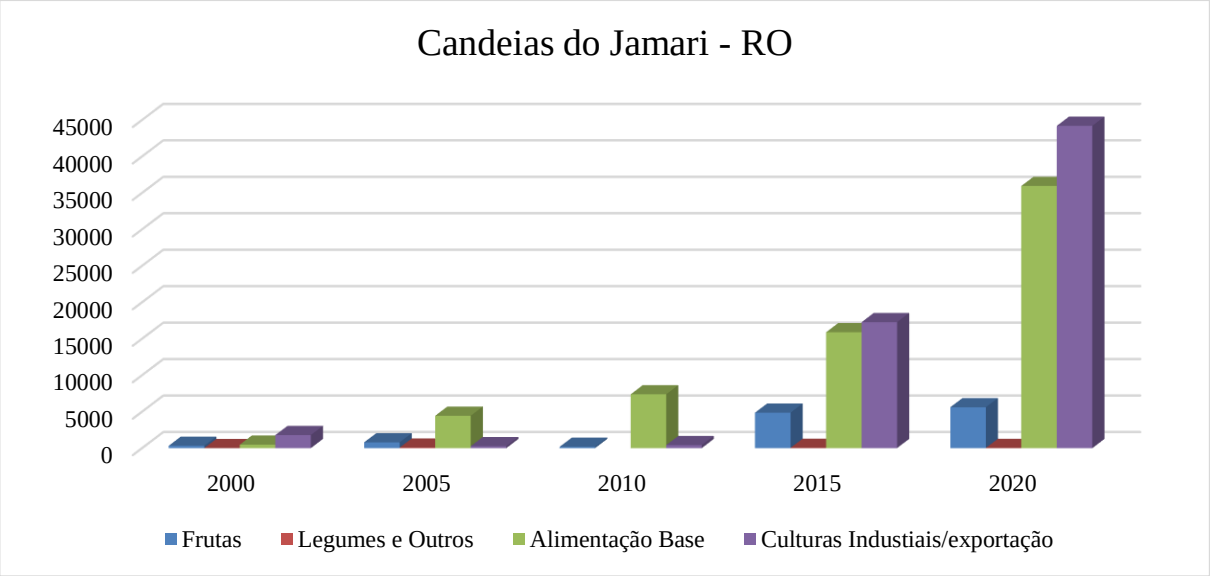
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O município de Candeias do Jamari apresenta um crescimento no valor da produção referente às áreas plantadas e destinadas a colheita de lavouras, o município apresenta um crescimento gradual de 2000 a 2010 (2000 – 2.594 reais; 2005 – 5.557 reais; 2010 – 7.964

reais), e a partir do ano de 2015 apresenta um crescimento avassalador, apresentando em 2015 o valor de 38.046 reais e no ano de 2020 o valor de 85.7772 reais.

Para que possamos visualizar melhor esse crescimento, a seguir temos um gráfico onde agrupamos as culturas de lavouras.

Gráfico 18 - Valor da Produção – Candeias do Jamari (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A partir do gráfico podemos visualizar onde e quando houveram as mudanças e o crescimento nos valores. É possível observar que até 2010 os valores da produção estavam atrelados majoritariamente às culturas que são da base alimentar. A partir de 2015 às culturas industriais e/ou de exportação começam a superar e apresentar valores maiores do que as demais culturas, e 2020 de fato se torna o grupo de culturas que apresentam o maior valor, chegando a 44.196 reais, sendo que deste valor, a soja corresponde a 30.624 reais, e se retomarmos a tabela 6, que corresponde a área destinada ao plantio ou colheita iremos observar que no ano de 2020 a soja apresenta um crescimento considerável na quantidade de hectares que passa a ocupar. O que nos leva a concluir que há um crescimento no plantio e uma valorização dessa lavoura, o que consequentemente levará a um crescimento ainda maior no seu plantio nos próximos anos.

Tabela 19 - Valor da Produção – Itapuã do Oeste (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

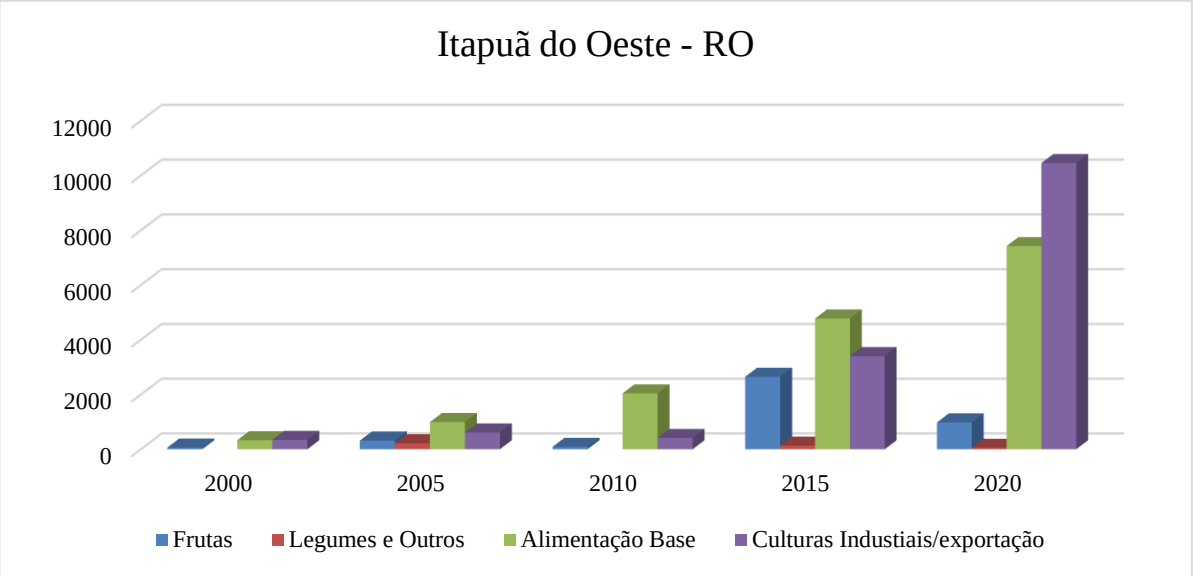
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	2005	2010	2015	2020
Abacaxi	12	105	-	1950	712
Açaí	...	...	...	-	59
Amendoim (em casca)	-	2	-	-	8
Arroz (em casca)	216	350	268	1006	2668
Banana (cacho)	28	65	87	233	140
Borracha (látex coagulado)	-	1	-	-	-
Cacau (em amêndoa)	-	-	0	-	39
Café (em grão) Total	313	282	136	53	58
Cana-de-açúcar	8	5	-	322	31
Coco-da-baía	-	41	-	18	-
Feijão (em grão)	16	16	102	16	30
Goiaba	-	1	-	-	-
Guaraná (semente)	3	15	-	39	8
Laranja	6	10	-	169	22
Limão	-	5	-	12	-
Mamão	-	18	-	29	-
Mandioca	97	627	1669	3752	4721
Manga	-	5	-	-	-
Maracujá	-	-	-	-	-
Melancia	10	53	-	196	38
Milho (em grão)	20	61	58	20	751
Palmito	-	189	-	128	-
Pimenta-do-reino	-	21	-	-	-
Soja (em grão)	-	261	218	3004	9575
Tomate	-	-	-	-	39
Urucum (semente)	-	4	-	2	5
Totais	729	2137	2538	10949	18904

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Em Itapuã do Oeste, assim como Candeias do Jamari, tem uma ruptura nos valores das produções das áreas plantas, principalmente a partir de 2005, o que novamente bate com o período de expansão das áreas plantadas com lavouras de soja.

O município no ano de 2000 apresentou um valor de 729 reais, em 2005 de 2.137 reais, em 2010 de 2.538 reais, já em 2015 sobe a 10.949 reais e em 2020 chega à casa de 18.904 reais.

Gráfico 19 - Valor da Produção – Itapuã do Oeste (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Aqui quando observamos os dados dos valores a partir do agrupamento das culturas, podemos observar que até o ano de 2015 às culturas destinadas a base alimentar são as que apresentam o maior crescimento e valorização em real (2000 – 329 reais; 2005 – 993 reais; 2010 – 2.039 reais; 2015 – 4.774 reais; e 2020 – 7.419 reais). É possível notar que culturas da base alimentar apresentam uma gradativa crescente, e que as culturas voltadas a indústrias/exportação apresentaram um crescimento maior no ano 2020 com 10.454 reais muito por conta da valorização da soja nesse período, onde a mesma atingiu um valor de 9.575 reais em 2020.

Tabela 20 - Valor da Produção - Ariquemes (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	19		45		-		1520		821	
Açaí	...		...		...		-		88	
Arroz (em casca)	305		3006		8787		2842		2200	
Banana (cacho)	223		241		1550		6150		5604	
Borracha (látex coagulado)	2		10		-		-		-	
Cacau (em amêndoa)	6167		15185		18931		4794		6742	
Café (em grão) Total	6830		6962		9541		1524		1513	
Cana-de-açúcar	23		16		-		112		99	
Coco-da-baía	26		52		-		38		-	
Feijão (em grão)	63		147		482		28		20	

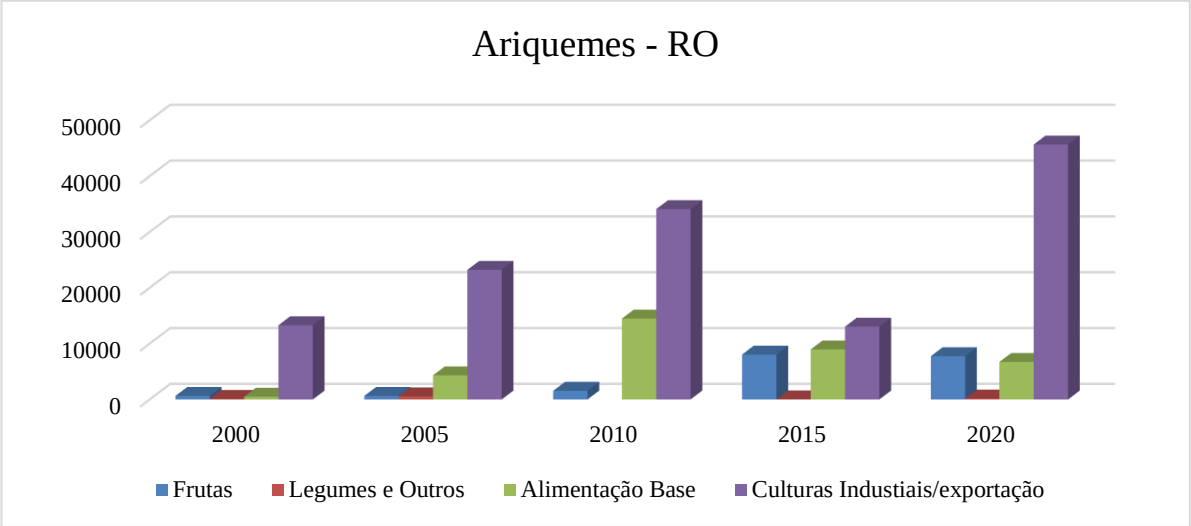
Guaraná (semente)	18	24	-	24	24
Laranja	315	158	-	-	106
Limão	-	2	-	15	66
Mamão	20	17	-	-	183
Mandioca	128	1169	5216	4070	2479
Manga	12	10	-	-	-
Maracujá	-	11	-	-	365
Melancia	21	127	-	320	404
Melão	-	-	-	-	57
Milho (em grão)	270	1035	3679	815	7949
Palmito	18	10	-	-	-
Pimenta-do-reino	-	18	-	-	-
Soja (em grão)	-	-	1933	5798	29360
Tangerina	4	2	-	-	29
Tomate	-	34	-	-	133
Urucum (semente)	90	494	-	8	23
Totais	14554	28775	50119	28058	58265

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Os valores da produção em Ariquemes nos apresentam uma movimentação uma tanto quanto interessante, isso porque temos um crescimento ascendente até o ano de 2010 (2000- 14.554 reais; 2005 – 28.775 reais; 2010 – 50.119 reais), e apresenta uma redução considerável em 2015 chegando a 28.058 reais, mas em 2020 apresenta um crescimento, superando todos os valores dos anos anteriores, atingindo 58.265 reais.

O gráfico a seguir ilustra essa movimentação a partir do agrupamento das culturas.

Gráfico 20 - Valor da Produção - Ariquemes (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Podemos constatar que as culturas industriais/exportação sempre foram o grande destaque nos valores da produção das áreas de plantio ou colheita no município de Ariquemes. Após a queda no valor total das produções no ano de 2015, esta foi a única cultura que cinco anos depois apresentou um crescimento extraordinário, em 2015 correspondia a um de 13.043 reais e no ano de 2020 chega a um patamar de 45.663 reais, crescimento esse que está relacionado a valorização da produção da soja que apresentou em 2020 um montante de 29.360 reais.

Observando os municípios que estão ao norte do estado de Rondônia (Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Ariquemes) é possível observar uma crescente valorização a produção de culturas ligadas à exportação e/ou indústria, estando aqui atrelada principalmente a lavouras de soja nesta região. Porto Velho foi o único município onde a maior valorização está em torno da cultura da base alimentar.

Quando observada a região mais ao centro do estado rondoniense (Jaru, Ouro Preto do Oeste; Ji-Paraná e Presidente Médici) é possível notar nas tabelas seguintes que com o descenso na produção há uma oscilação nos valores das produções de lavouras da região.

Tabela 21 – Valor da Produção - Jaru (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

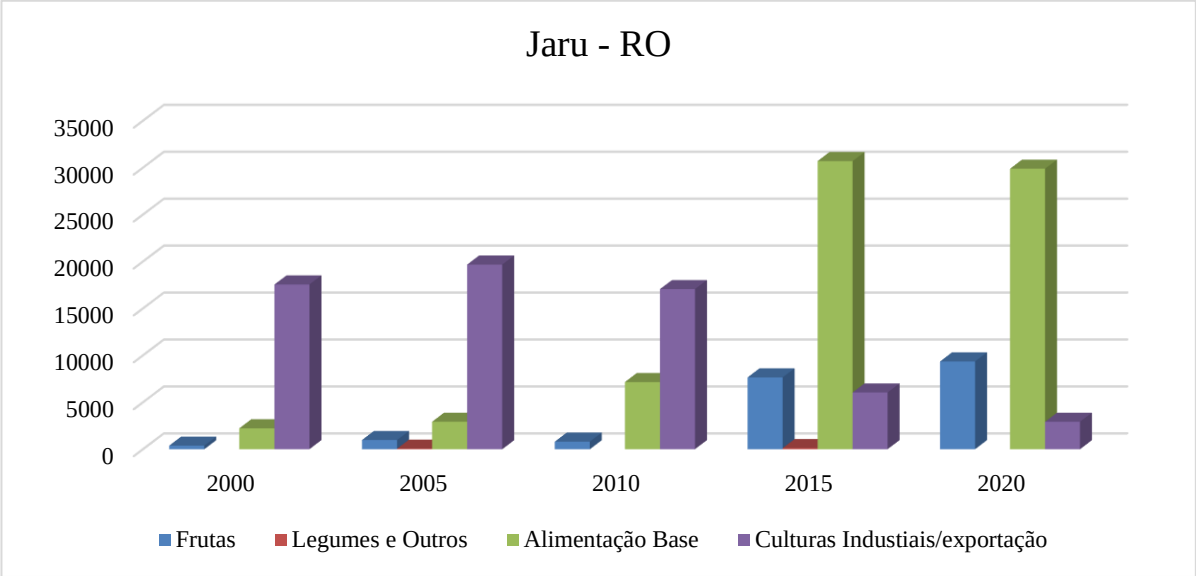
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		10		-		-		-	
Abacaxi	40		45		-		50		422	

Algodão herbáceo (em caroço)	16	-	-	-	-
Amendoim (em casca)	-	5	-	4	-
Arroz (em casca)	860	1137	962	702	4
Banana (cacho)	150	785	808	7409	8364
Borracha (látex coagulado)	-	14	-	15	-
Cacau (em amêndoa)	5290	15138	9889	3370	5
Café (em grão) Total	10746	2837	5773	2294	2547
Cana-de-açúcar	19	62	-	137	34
Coco-da-baía	424	327	-	45	37
Feijão (em grão)	964	257	1011	1151	496
Goiaba	14	7	-	-	36
Guaraná (semente)	-	3	-	-	8
Laranja	22	12	-	38	116
Limão	5	10	-	7	68
Mamão	104	18	-	31	-
Mandioca	402	1532	5183	28851	29388
Manga	-	50	-	-	-
Maracujá	32	18	-	-	45
Melancia	14	19	-	118	295
Milho (em grão)	1477	1621	1396	232	338
Palmito	-	8	-	1	-
Pimenta-do-reino	-	11	-	-	-
Tangerina	-	3	-	-	-
Tomate	-	34	-	108	-
Urucum (semente)	-	2	-	-	-
Totais	20579	23965	25022	44563	42203

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

No geral, a partir da tabela de valores da produção de Jaru é possível perceber que o município apresenta um crescimento nos valores dentro dos anos de 2000 – 2020, em 2000 era um valor de 20.579 reais, em 2005 de 23.965 reais, em 2010 foi 25.022 reais, em 2015 de 44.563 reais, e em 2020 apresenta uma pequena baixa que totaliza 42.203 reais.

Gráfico 21 - Valor da Produção - Jaru (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Observando o gráfico, podemos visualizar quais foram as culturas que cresceram nesse movimento do passar dos anos. Vemos que até 2010 as culturas industriais/exportação predominavam no mercado de valor da produção, onde estavam muito atrelados a grande produção do café e do cacau na região assim como a valorização desses produtos, para ilustrar o que estamos dizendo vamos apresentar os valores totais desses anos e apresentar os valores que a produção do café e do cacau tiveram no mesmo período – 2000 teve um total de 20.579 reais, aqui o café representava 10.746 reais e o cacau 5.290 reais. Em 2005 o valor total foi de 23.965 reais, o café foi de 2.837 reais e o cacau de 15.138 reais. 2010 com um valor total de 25.022 reais, sendo que o café 5.773 reais e o cacau de 9.889 reais.

No ano de 2010 percebesse um crescimento no valor da produção relaciona a culturas de alimentação básica, mas é a partir de 2015 que seu crescimento dispara e nesse mesmo período percebesse um declínio no valor das culturas industriais/exportação, 2015 apresentou um valor total de 44.563 reais, sendo que as culturas de base alimentar correspondiam a 30.704 reais, valor esse que esta majoritariamente ligado a valorização da produção de mandioca que nesse ano foi de 28.851 reais. No ano de 2020 há uma pequena baixa mais ainda sim o valor total da produção deste ano está sendo direcionado pelas culturas de base alimentar (2020 total de 42.203 reais, culturas de base alimentar 29.888 reais) e novamente o produto que se destaca é a mandioca chegando a um valor de 29.388 reais.

Jaru nos apresenta uma movimentação interessante, com oscilações de valores e mudança de mercados, o que está sem dúvidas relacionado a questão das áreas plantadas na região.

Tabela 22 – Valor da Produção – Ouro Preto do Oeste (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

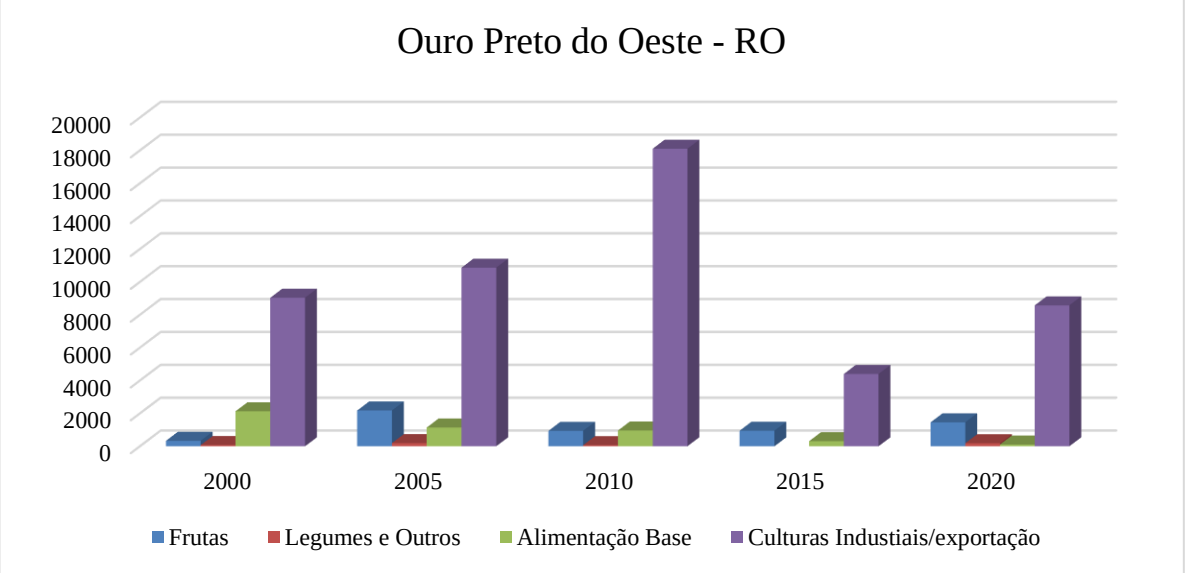
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	-		10		-		-		65	
Algodão herbáceo (em caroço)	-		-		-		-		-	
Arroz (em casca)	540		370		225		9		12	
Banana (cacho)	220		1527		642		589		638	
Borracha (látex coagulado)	-		21		12		-		-	
Cacau (em amêndoa)	2392		4230		6924		2775		7584	
Café (em grão) Total	5784		6114		10521		1329		870	
Cana-de-açúcar	16		31		-		-		26	
Coco-da-baía	60		445		62		8		108	
Feijão (em grão)	742		302		85		9		-	
Laranja	32		20		-		63		95	
Limão	-		13		-		-		56	
Mamão	5		22		-		-		-	
Mandioca	219		1368		10764		1235		2322	
Manga	-		10		-		-		-	
Maracujá	-		7		-		-		100	
Melancia	17		121		235		286		394	
Milho (em grão)	845		471		648		295		94	
Palmito	-		130		21		-		-	
Tangerina	-		2		-		-		-	
Tomate	75		66		50		-		185	
Totais	10947		15280		30189		6598		12549	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Os dados de valores da produção do município de Ouro Preto do Oeste há um crescimento, tendo seu pico no ano de 2010 (30.189 reais) e uma queda significativa em 2015 (6.598 reais), e em 2020 apresenta uma pequena recuperação chegando a 12.549 reais.

O gráfico 22, a seguir, nos mostra que durante todo o período de estudo (2000 – 2020) as culturas industriais/exportação foram as que se destacaram, em 2015 quando se tem o maior declínio no valor total da produção do município também podemos observar uma baixa no valor da produção dessas culturas, estando diretamente relacionada às lavouras de cacau e café.

Gráfico 22 - Valor da Produção – Ouro Preto do Oeste (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O valor da produção de culturas da base alimentar em Ouro Preto do Oeste durante todo o recorte temporal da pesquisa (2000 – 2020) sempre foi baixíssimo, e em 2020 apresentando o menor valor de todos.

Tabela 23 – Valor da Produção - Ji-Paraná (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

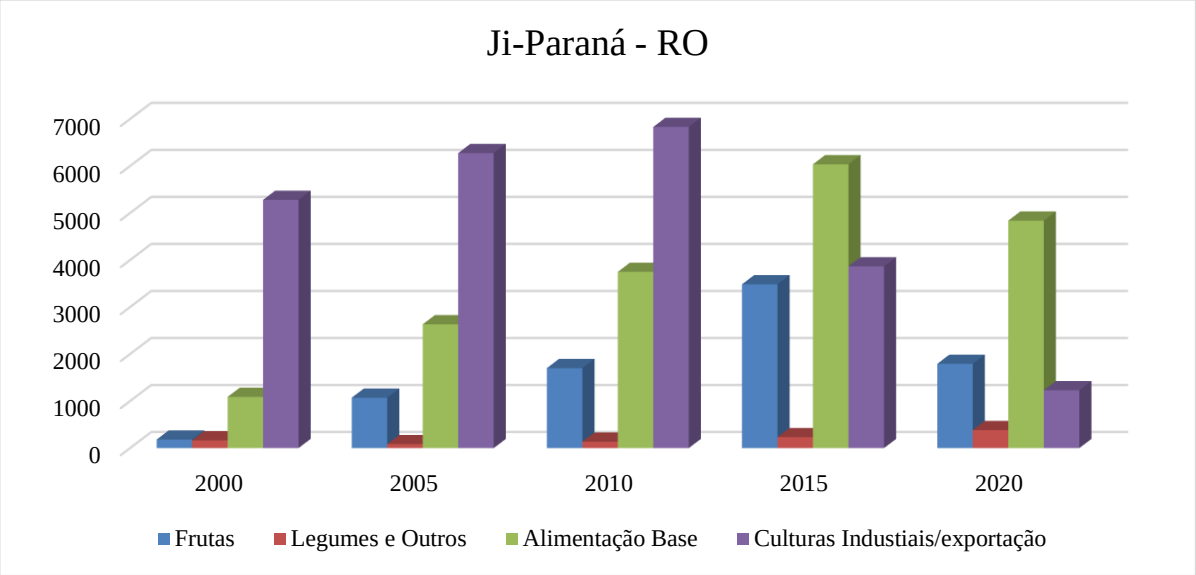
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		9		-		-		-	
Abacaxi	8		48		102		130		205	
Algodão herbáceo (em caroço)	6		-		-		-		-	
Amendoim (em casca)	-		3		-		-		8	
Arroz (em casca)	352		478		104		11		-	
Banana (cacho)	117		301		648		970		463	
Borracha (látex coagulado)	-		109		44		139		-	
Cacau (em amêndoa)	331		1512		1237		264		504	
Café (em grão) Total	4545		3345		4900		2890		555	
Cana-de-açúcar	54		55		50		204		129	
Coco-da-baía	11		379		145		4		68	
Feijão (em grão)	624		818		52		-		-	
Goiaba	-		2		-		20		185	
Laranja	7		45		88		54		96	

Limão	-	10	45	96	88
Mamão	-	93	224	611	117
Mandioca	114	1337	3593	6025	4838
Manga	-	58	-	-	-
Maracujá	-	77	71	1150	170
Melancia	39	48	370	448	400
Milho (em grão)	344	1254	600	368	42
Palmito	-	5	13	-	-
Pimenta-do-reino	-	11	-	-	18
Tangerina	-	2	9	-	-
Tomate	165	64	124	233	347
Urucum (semente)	-	2	-	-	10
Totais	6717	10065	12419	13617	8243

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Em Ji-Paraná, assim como em outros municípios, percebemos uma oscilação de valores – 2000 com um valor total de 6.717 reais; 2005 de 10.065 reais; 2010 de 12.419 reais; 2015 de 13.617 reais; 2020 de 8.243 reais, onde podemos concluir que há uma oscilação de queda dos valores da produção do município.

Gráfico 23 - Valor da Produção - Ji-Paraná (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Quanto ao gráfico podemos observar a movimentação das culturas, no ano de 2000 a cultura com maior valor era a de industriais e/ou exportação com um valor de 5.280 reais. Em 2005 o destaque continua sendo as culturas industriais/exportação (6.275 reais), mas aqui já começamos a observar um crescimento no valor das culturas da base alimentar (2.633 reais). Em 2010 a movimentação é a mesma de 2005, culturas industriais/exportação com um valor de 6.831 reais e as de base alimentar com 3.749 reais. Em 2015 há uma mudança estrutural, em que as culturas de base alimentar passam a ser a mais valorizada, atingindo um valor de 6.036 reais e as culturas industriais e/ou exportação (3.865 reais) quase igualam seu valor de produção com o valor da produção das culturas frutíferas que atingiu o valor de 3.483 reais.

Por fim, no ano de 2020 há uma queda no valor total da produção, de maneira que todas as culturas apresentaram quedas também, mas neste momento temos as culturas frutíferas (1.792) ultrapassando as culturas industriais e/ou exportação (1.230 reais).

Tabela 24 – Valor da Produção – Presidente Médici (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

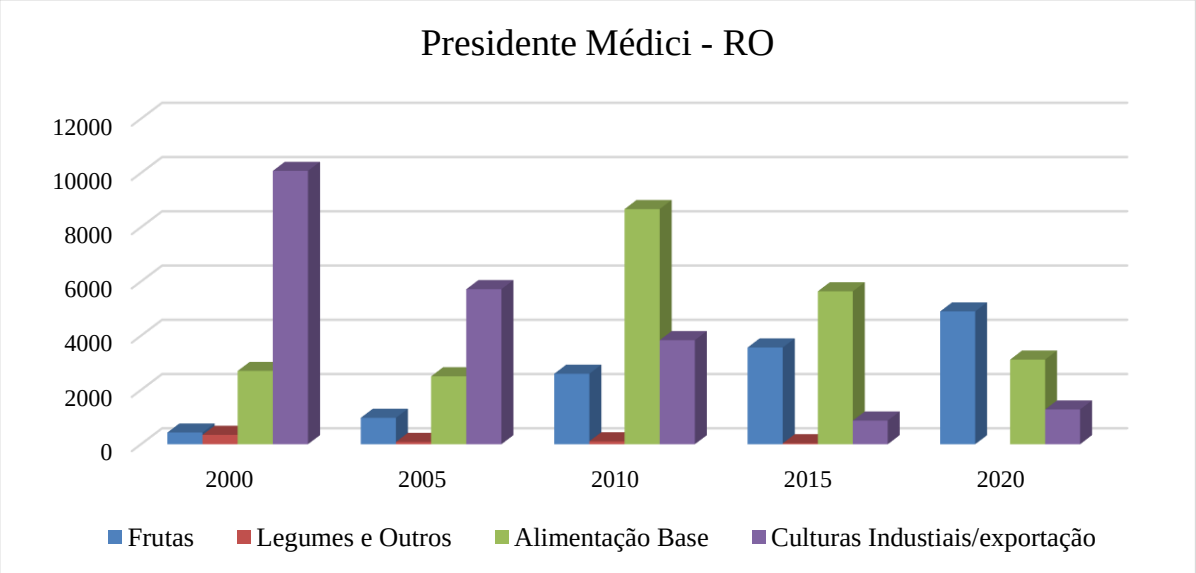
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate			-		8		-		-	
Abacaxi			2		132		287		433	
Algodão herbáceo (em caroço)			148		-		-		-	
Amendoim (em casca)			-		2		10		-	
Arroz (em casca)			842		466		4446		2	
Banana (cacho)			190		306		429		989	
Borracha (látex coagulado)			-		7		-		-	
Cacau (em amêndoa)			75		209		319		110	
Café (em grão) Total			8731		4458		2386		400	
Cana-de-açúcar			79		50		40		104	
Coco-da-baía			35		52		43		-	
Feijão (em grão)			1092		671		83		25	
Goiaba			-		18		45		144	
Laranja			106		59		110		403	
Limão			-		59		116		173	
Mamão			-		42		71		486	
Mandioca			768		1368		4140		5609	
Manga			-		51		-		-	
Maracujá			74		191		1337		724	
Melancia			25		38		77		-	
Milho (em grão)			1045		992		1091		257	
Palmito			-		20		10		-	
Pimenta-do-reino			-		7		-		-	

Tangerina	-	19	14	-	51
Tomate	345	55	34	-	-
Urucum (semente)	-	-	52	35	-
Uva	-	-	69	215	315
Totais	13557	9280	15209	10109	9297

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Em Presidente Médici houve um descenso contínuo no valor da produção do município, em 2000 era 13.557 reais, em 2005 a primeira queda que vai a um total de 9.280 reais. Em 2010 volta a crescer com um total de 15.209 reais e se observamos o gráfico 24, a seguir, veremos que esse crescimento se deu pela valorização das culturas de base alimentar e frutíferas. Em 2015 apresenta um novo declínio que chega ao total de 10,109 reais. Em 2020 a queda continua totalizando o valor de 9.297 reais.

Gráfico 24 - Valor da Produção – Presidente Médici (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Em 2010 temos uma crescente no valor da produção de culturas da base alimentar, um crescimento tímido, que em nenhum momento atingiu 10 mil reais, mas que nos demonstra que isso pode ocorrer porque o município não garante áreas de produção com tais lavouras.

Movimentação interessante em 2020 é que a cultura frutífera é quem apresenta o maior valor de produção com 4.896 reais.

Finalizando a análise dos municípios que estão ao centro do estado é possível se constatar que cada município tem sua particularidade, mas que todos os quatro apresentaram uma queda no valor da produção no ano de 2020. E em sua maioria apresentaram uma valorização nas culturas que estão na base alimentar.

No decorrer do trabalho apresentamos um gráfico com o crescimento no valor das terras na região de Porto Velho e na região de Cacoal, onde foi possível constatarmos um aumento de valores consideráveis, que se justifica ainda mais após analisarmos os dados de áreas plantadas e quais as lavouras, e por fim para constatar a supervalorização das terras podemos observar a proporção dos valores que cada plantação vai tomando.

Para que possamos observar esse quadro de valores trazer os dados dos valores das plantações da região mais ao sul do estado.

Tabela 25 – Valor da Produção - Cacoal (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		5		-		-		-	
Abacaxi	36		99		318		734		3645	
Algodão herbáceo (em caroço)	55		-		-		-		-	
Amendoim (em casca)	-		2		-		-		53	
Arroz (em casca)	1941		1698		1328		254		73	
Banana (cacho)	763		1915		2088		6786		10054	
Borracha (látex coagulado)	68		10		-		-		-	
Cacau (em amêndoa)	729		1368		3124		385		1139	
Café (em grão) Total	33497		15517		46467		40563		79767	
Cana-de-açúcar	-		25		25		105		138	
Coco-da-baía	20		106		57		80		72	
Feijão (em grão)	1933		1164		244		3410		2364	
Goiaba	-		28		35		294		424	
Guaraná (semente)	-		3		-		11		8	
Laranja	-		61		161		437		963	
Limão	-		56		45		186		250	
Mamão	-		169		928		2606		2438	
Mandioca	429		2278		5994		6921		11743	
Manga	-		24		-		-		-	
Maracujá	-		39		75		426		725	
Melancia	153		38		119		205		710	
Milho (em grão)	2765		1513		2753		1534		3119	
Palmito	-		28		33		43		-	
Pimenta-do-reino	-		32		-		-		353	

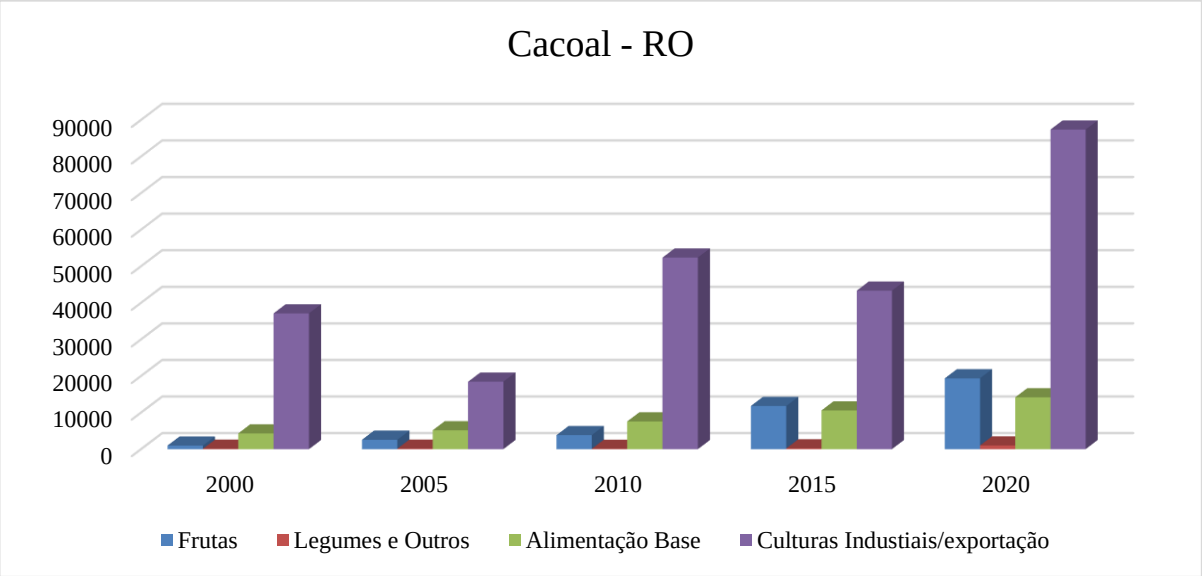
Soja (em grão)	-	-	-	750	3189
Tangerina	-	15	-	30	61
Tomate	96	58	39	163	560
Urucum (semente)	-	-	-	-	50
Uva	-	8	-	-	-
Totais	42485	26259	63833	65923	121898

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Cacoal é considerada uma das cidades mais importantes do estado, teve sua economia desenvolvida em torno da cultura cafeicultora e isso fica nítido quando olhamos a tabela 25, assim como no gráfico a seguir, onde nos demonstra que as culturas industriais e/ou exportação sempre apresentaram os maiores valores, dentro desse grupo de culturas o grande destaque é o café.

Podemos observar a partir da tabela 25, apresentada anteriormente, que o município apresentou crescimento considerável no decorrer dos anos pesquisados (2000 – 2020), atingindo em 2020 o valor de 121.898 reais, e para que possamos exemplificar a participação da cultura cafeeira acreditamos importante ressaltar o valor de sua produção de 2020, que foi de 79.767 reais, sendo que mais da metade do valor total da produção do município advém dessa única cultura.

Gráfico 25 - Valor da Produção - Cacoal (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O gráfico 25, ilustra os agrupamentos de culturas que mais se destacaram no âmbito do valor da produção, nítido que as culturas industriais e/ou exportação tem os maiores valores, o que mais uma vez reforça o papel das lavouras de café no município.

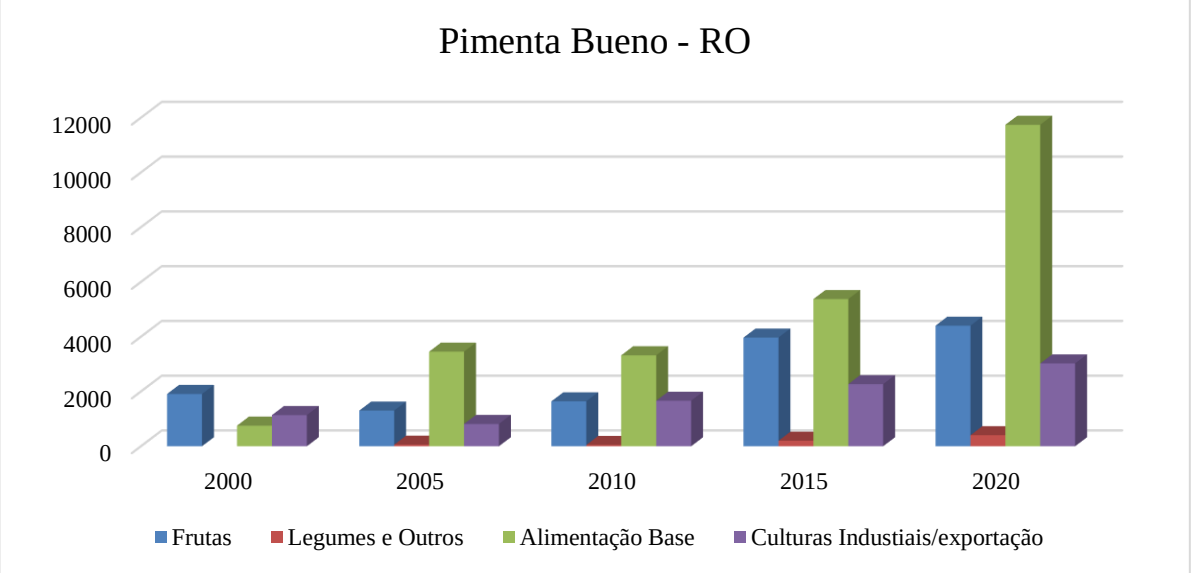
Tabela 26 – Valor da Produção - Pimenta Bueno (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacate	-		5		-		-		-	
Abacaxi	1065		285		293		980		1252	
Algodão herbáceo (em caroço)	7		-		-		-		-	
Arroz (em casca)	267		863		370		-		51	
Banana (cacho)	92		410		610		868		1730	
Borracha (látex coagulado)	-		7		7		-		-	
Cacau (em amêndoa)	3		43		137		9		20	
Café (em grão) Total	908		490		1167		460		355	
Cana-de-açúcar	-		13		12		1014		-	
Castanha de caju	-		-		-		-		-	
Coco-da-baía	6		114		29		-		107	
Feijão (em grão)	199		161		8		39		94	
Goiaba	-		2		-		32		-	
Laranja	21		11		19		69		130	
Limão	6		4		-		-		144	
Mamão	-		30		-		31		105	
Mandioca	286		2432		2944		5335		11594	
Manga	-		9		-		-		-	
Maracujá	22		12		-		35		39	
Melancia	697		352		595		1576		144	
Milho (em grão)	219		261		338		318		693	
Palmito	-		28		13		-		-	
Soja (em grão)	-		-		-		466		1956	
Tangerina	-		4		-		62		-	
Tomate	-		11		-		193		398	
Urucum (semente)	-		17		35		8		5	
Uva	-		64		95		315		752	
Totais	3798		5628		6672		11810		19569	

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Pimenta Bueno apresenta uma crescente nos valores da produção local (2000 – 3.798 reais; 2005 – 5.628 reais; 2010 – 6.672 reais; 2015 – 11.810 reais; 2020 – 19.569 reais), mas que não passa de 20 mil reais.

Gráfico 26 - Valor da Produção - Pimenta Bueno (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Ao observar o gráfico com o agrupamento das culturas percebemos que em 2000 as culturas de maior valor eram as frutíferas com 1.909 reais. Em 2005 e 2010 a uma mudança onde as culturas da base alimentar atingem um valor de 3.456 reais, 3.322 reais, respectivamente. No ano de 2015 às culturas frutíferas voltam a apresentar um crescimento significativo, com o valor de 3.968 reais, mas mesmo assim, as culturas de base alimentar continuam tendo o maior valor apresentado, sendo de 5.374 reais. Em 2020 as culturas frutíferas e industriais e/ou exportação apresentam um pequeno crescimento, mas as culturas de base alimentar têm seu valor disparado à frente – atingindo 11.739 reais.

Tabela 27 – Valor da Produção - Vilhena (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)

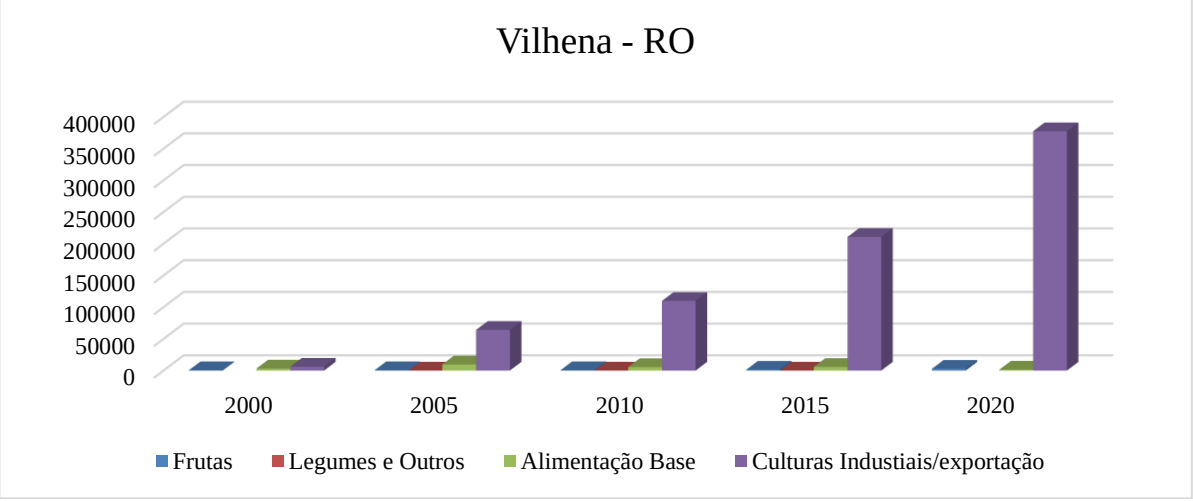
Produto das lavouras temporárias e permanentes	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Abacaxi	60		209		265		952		1950	
Arroz (em casca)	1875		8547		3786		778		864	
Banana (cacho)	33		122		128		364		79	
Borracha (látex coagulado)	-		4		-		-		-	
Cacau (em amêndoa)	-		-		0		-		9	
Café (em grão) Total	26		21		19		19		158	
Cana-de-açúcar	16		15		-		-		8	

Coco-da-baía	-	58	-	-	-
Feijão (em grão)	157	230	71	22	12
Goiaba	-	22	-	50	86
Laranja	327	45	61	9	380
Limão	5	11	6	28	105
Mamão	38	29	76	-	112
Mandioca	1200	855	1587	4878	663
Manga	32	10	-	-	-
Maracujá	-	18	-	-	-
Melancia	22	28	94	-	98
Milho (em grão)	205	11232	28524	95328	161302
Pimenta-do-reino	-	21	-	-	-
Soja (em grão)	5865	52896	81328	115495	215993
Tangerina	-	13	8	21	-
Tomate	531	110	62	782	1362
Urucum (semente)	-	-	78	78	-
Uva	-	25	-	-	-
Totais	10392	74521	116093	218804	383181

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Vilhena apresenta valores muito maiores que os outros municípios da região sul do estado (Cacoal e Pimenta Bueno). Tendo um crescimento extraordinário e completamente embasado nas culturas industriais e/ou exportação (principalmente soja e milho). O gráfico a seguir ilustra claramente essa narrativa.

Gráfico 27 - Valor da Produção - Vilhena (RO) 2000 – 2020 (Mil Reais)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Perceptível que o município de Vilhena baseia sua economia em um grupo de culturas, mais especificamente a lavouras de commodities e monocultivo. Produzir ou valorizar a produção de alimentos não é uma prioridade para esse município.

Ao estudar as tabelas de valores da região ao norte do estado percebesse uma crescente na valorização da soja. Mas o maior crescimento da plantação e alto no preço da soja se concentram na região sul do estado, mas especificamente no município de Vilhena. No entanto, pudemos perceber um crescimento de tais lavouras nos demais municípios da região ao sul do estado (Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena) como é o caso de Cacoal que apresenta a plantação no ano de 2015 com o valor de 750 mil reais e já no ano de 2020 tem sua produção no valor de 3189 mil reais, ou seja, dentro de cinco anos pode-se observar uma enorme valorização dessa produção. Situação essa que nos leva a acreditar que tais lavouras devam tomar maiores proporções nos próximos anos na região.

O que podemos concluir a partir de um olhar sobre as regiões do estado que estão no eixo da BR – 364 é de que na região norte e sul temos a soja se apresentando com uma crescente nos últimos dez anos, um tanto quanto interessante, além de que temos que visualizar essas regiões como pontos geograficamente estratégicos para entrada de determinados cultivos e relações do estado. A região ao sul estamos com fronteiras com o Mato Grosso que é um dos grandes polos produtores de commodities para exportação e ao norte do estado estamos na fronteira com o estado do Amazonas, onde os olhos e ações do capital tem se voltado, sendo ainda a região que dá acesso a portos que dão saída para o mar, o que é excelente para as exportações.

A região ao centro do estado, que é também a região que recebeu uma grande proporção dos projetos de assentamento no período de colonização, ali sendo alocados em sua maioria migrantes vindos, por exemplo de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, migrantes com uma cultura de produzir cacau, café, banana, mandioca e até mesmo a criação de gado. De maneira que essa é uma região bastante heterogênea neste aspecto.

4.3 O crédito público

Para observamos o processo de mudança da matriz produtiva em Rondônia e a "valorização" das terras que estão no eixo da BR 364, entendemos ser importante apresentar

dados de investimentos nessa região. De maneira que optamos por um recorte aos municípios que estão no eixo da BR, assim como fizemos o agrupamento dos munícipios em três regiões, assim ficando: Região Norte (Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã e Ariquemes); Região Centro (Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná e Presidente Medici); e Região Sul (Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena).

As análises sobre créditos públicos estão estruturadas a partir do Anuário de Crédito Rural – BACEN. Com o objetivo de que possamos analisar onde os créditos públicos tem se distribuído e observando as análises anteriores das áreas plantadas e os valores de produção buscaremos compreender o padrão de investimento dessa região.

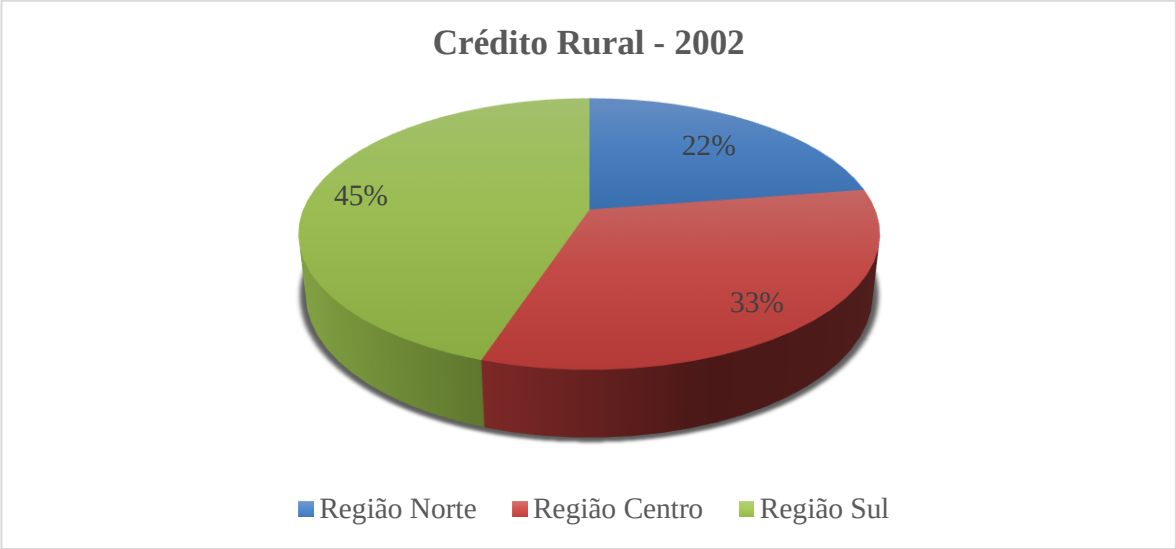
Tabela 28 - Crédito Rural – 2002

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL – 2002					
RONDÔNIA					
Região Norte		Região Centro		Região Sul	
Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor
Ariquemes	46.180.596,31	Jaru	40.162.394,25	Cacoal	38.327.503,29
Candeias do Jamari	3.786.348,84	Ji-Paraná	18.733.711,15	Pimenta Bueno	45.198.443,76
Itapuã do Oeste	1.257.852,38	Ouro Preto do Oeste	28.670.198,27	Vilhena	59.812.755,98
Porto Velho	20.615.208,98	Presidente Medici	16.272.806,45		-
TOTAL	**71.840.006,51**	**TOTAL**	**103.839.110,12**	**TOTAL**	**143.338.703,03**

Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

A tabela nos apresenta os dados de cada município que está no eixo da BR 364 em Rondônia, podemos observar que há municípios com número consideravelmente maior de investimento público. Na tabela 28 é possível perceber e o gráfico a seguir ilustra bem a distribuição dos investimentos por regiões.

Gráfico 28 - Crédito Rural 2002 – Regiões



Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

De modo que a região Sul no ano de 2002 é a que concentrava a maior porcentagem dos créditos rurais, com 45%, tendo um valor de 143.338.703,03 e deste total o município de Vilhena reunia para si 59.812.755,98, ou seja, de todo o recurso destinado a região sul do estado, 42% estava destinado a um único município.

Usando da análise comparativa, apresentamos dados do ano de 2009, partindo da tabela podemos observar algumas mudanças, a primeira é de que os valores totais de cada região dobraram se comparado com o ano de 2002.

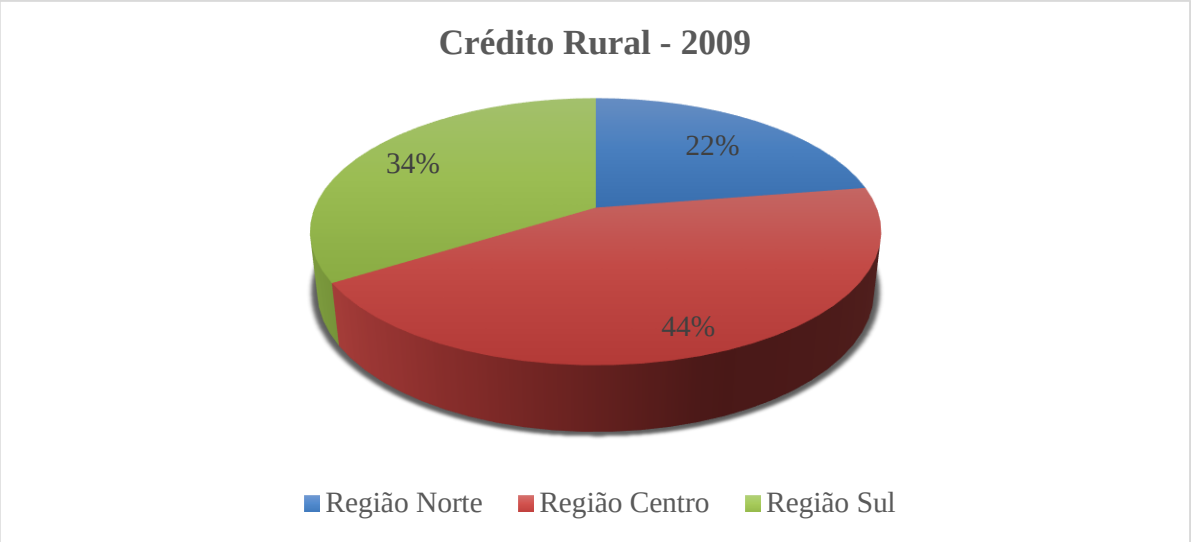
Tabela 29 - Crédito Rural 2009

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL – 2009					
RONDÔNIA					
Região Norte		Região Centro		Região Sul	
Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor
Ariquemes	46.332.321,54	Jaru	64.978.515,05	Cacoal	47.485.986,31
Candeias do Jamari	3.116.269,29	Ji-Paraná	68.076.824,99	Pimenta Bueno	47.958.447,97
Itapuã do Oeste	9.389.172,76	Ouro Preto do Oeste	38.259.162,00	Vilhena	73.938.438,42
Porto Velho	53.651.307,14	Presidente Medici	47.051.851,94		-
TOTAL	**112.489.070,72**		**218.366.353,99**		**169.382.872,70**

Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

Outro detalhe é que no ano de 2009 a região que concentra o maior percentual de investimento público, com 44% é a região centro do estado, acompanhada pela região sul (34%) e região norte (22%).

Gráfico 29 - Crédito Rural 2009 – Regiões



Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

Sendo possível observamos que houve uma troca de posições, onde se concentrou os investimentos, isso porque a região norte no ano de 2002 tinha 22% dos investimentos e no ano de 2009 permanece com essa mesma porcentagem. De modo que há uma troca de posicionamento entre as regiões Sul e Centro do estado – em 2002 a região Sul correspondia a 45% de todo o investimento de crédito financeiro do estado e a região Centro com 33%. No ano de 2009 a uma troca de posições entre as duas regiões, onde a uma potencialidade da concentração dos recursos na região Centro, que representou 44% dos investimentos e a região Sul tem sua porcentagem reduzida a 34%, no entanto, mesmo com a oscilação nas porcentagens vemos que os valores dos recursos destinados ao crédito rural foram mais altos se comparados ao do ano de 2002.

Dando sequência temos os dados do ano de 2016 que nos demonstra uma queda no investimento de crédito em todo o estado em comparação com os dados das tabelas apresentadas anteriormente, mas ainda se tem valores públicos sendo destinados na produção agrícola, mas principalmente na pecuária nesse período.

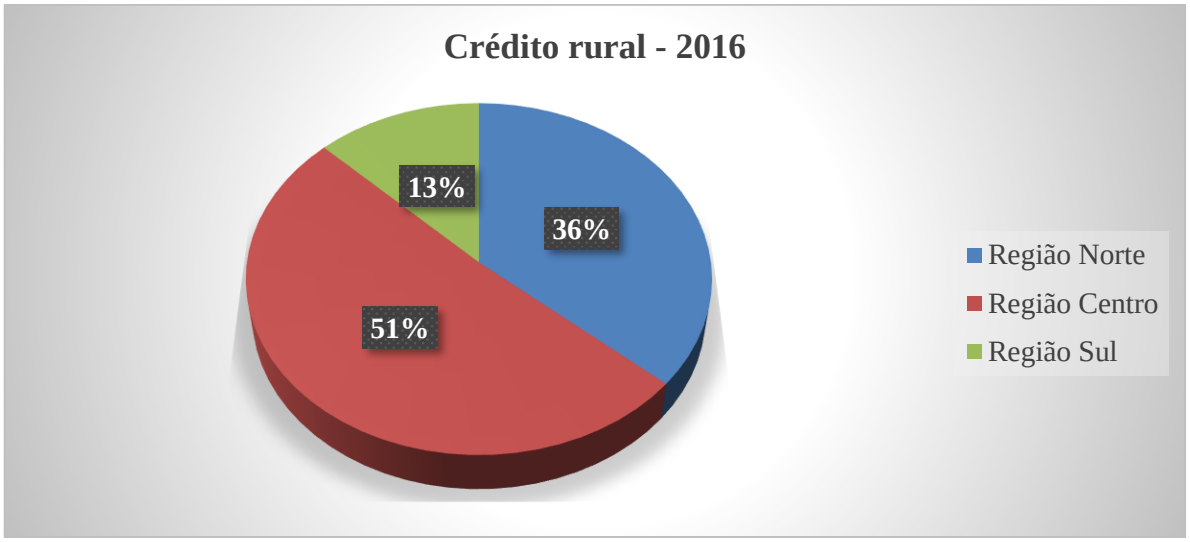
Tabela 30 - Crédito Rural 2016

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL – 2016					
RONDÔNIA					
Região Norte		Região Centro		Região Sul	
Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor
Porto Velho	16.271.931,22	Jaru	22.248.133,22	Cacoal	1.385.420,84
Candeias do Jamari	2.915.357,73	Ouro Preto do Oeste	14.546.398,48	Pimenta Bueno	4.322.029,85
Itapuã do Oeste	1.761.383,89	Ji-Paraná	4.751.105,41	Vilhena	7.122.929,27
Ariquemes	16.009.335,24	Presidente Médici	10.349.128,40		-
Total	**36.958.008,09**		**51.894.765,51**		**12.830.379,97**

Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

É possível observar a partir do gráfico 30, que mesmo com a queda nos valores de investimentos no ano de 2016 a região centro do estado é a que concentra a maior porcentagem de recurso de crédito rural, isso porque essa região tem sua maior dedicação na pecuária.

Gráfico 30 - Crédito Rural 2016



Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

Para que pudéssemos ter um olhar mais detalhado dos últimos anos, fizemos um comparativo até o ano de 2023, que é onde fechamos a busca de dados sobre crédito rural em Rondônia. E no ano de 2023 podemos observar uma retomada no crescimento se comparado

com os últimos dados apresentados, tendo em vista ainda que este é um período de recuperação após a queda dos anos de 2016, que nos leva a compreender o Estado com um papel importantíssimo na modulação do espaço para o capital.

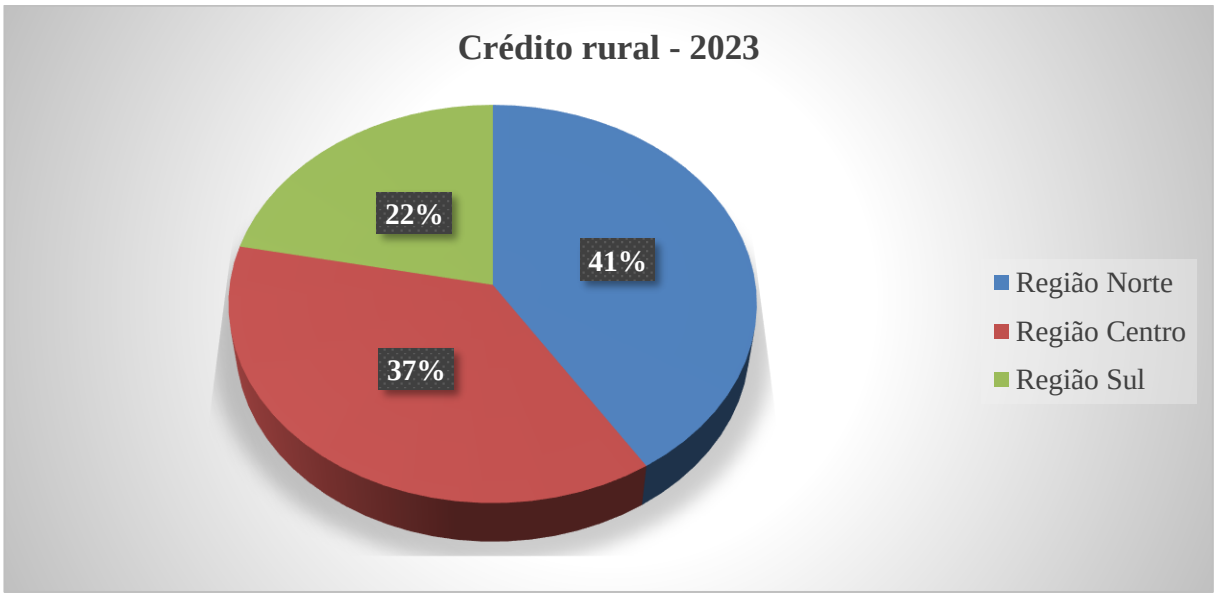
Tabela 31 - Crédito Rural 2023

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL – 2023					
RONDÔNIA					
Região Norte		Região Centro		Região Sul	
Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor
Porto Velho	44.742.413,74	Jaru	36.817.542,64	Cacoal	34.761.433,93
Candeias do Jamari	44.531.842,63	Ouro Preto do Oeste	23.313.084,37	Pimenta Bueno	29.519.924,56
Itapuã do Oeste	8.905.918,48	Ji-Paraná	18.100.682,82	Vilhena	9.386.799,31
Ariquemes	40.125.465,98	Presidente Médici	47.300.055,12		-
Total	**138.305.640,82**		**125.531.364,95**		**73.668.157,80**

Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

Interessante observarmos que o Estado ocupa esse papel de direcionar e modular espaços destinados ao capital e podemos observar que a porcentagem de investimento com o passar dos anos foi se direcionando a região Norte do estado como demonstrado no gráfico a seguir, de maneira que essa região se torna o portal de expansão e entrada para espaços amazônicos, entrado a mata a dentro e expandindo a concepção de crescimento capitalista.

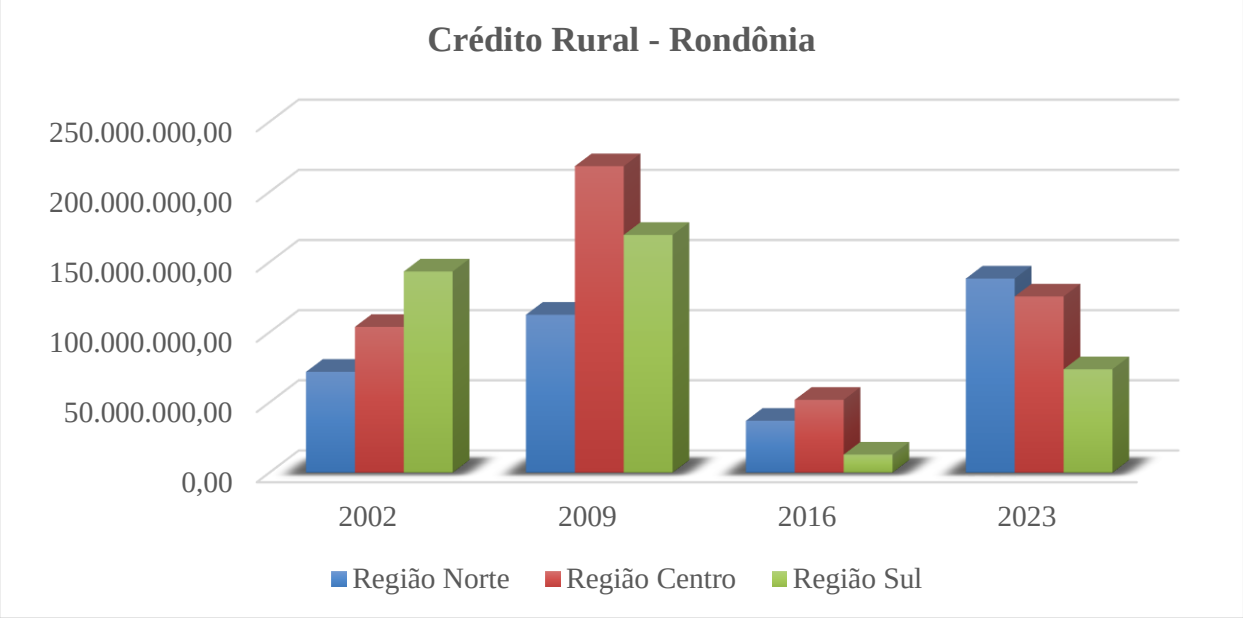
Gráfico 31 - Crédito Rural 2023



Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

Finalmente ao analisarmos o investimento de crédito rural em Rondônia dentro do período delimitado nessa pesquisa (2002 – 2023), vamos observar que os anos com maiores investimentos são de 2009 e 2023, mas o ano de 2009 é onde podemos observar o maior quantitativo de valores investidos.

Gráfico 32 - Crédito Rural em Rondônia por região (2002 – 2023)



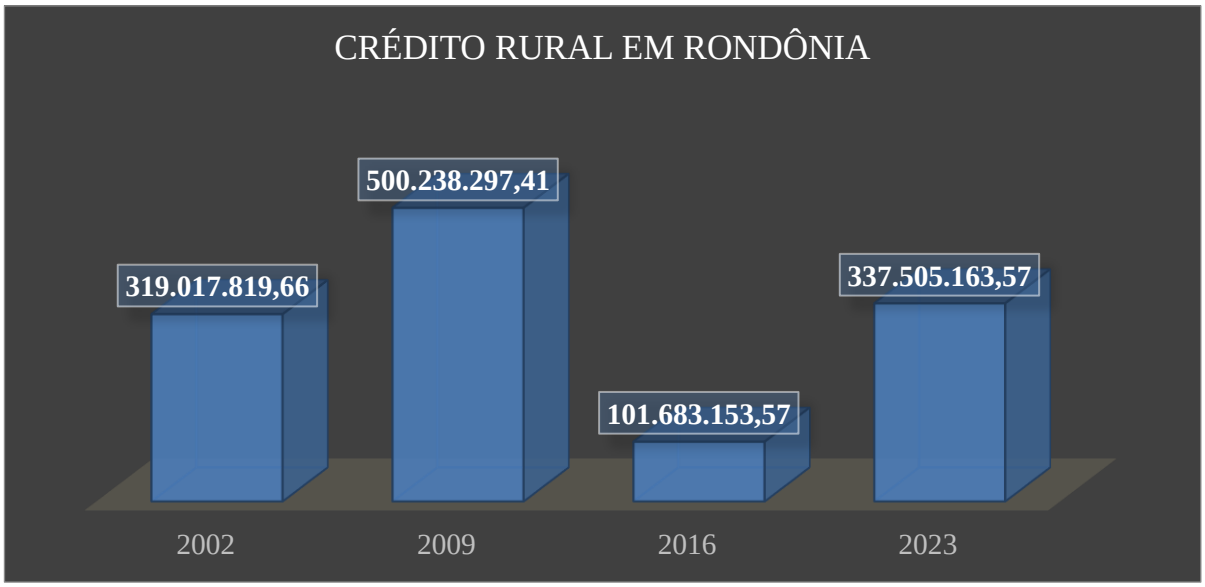
Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

O Estado tem o papel de investidor, direcionador e modulador do espaço capitalista, assim como, vai proporcionando aberturas para a expansão dessas relações e emaranhamento da apropriação do capital em localidades até então isoladas dessas relações de destruição.

Partindo dos dados levantamos, dos valores de créditos direcionados para o estado de Rondônia nos últimos anos, nos chama a atenção que os maiores índices de investimentos são realizados durante os mandatos do governo Lula, (2002 – 2009), com valores de 319.017.819,66; e 500.238.297,41, respectivamente. Já no ano de 2016, no então governo Temer, há uma queda considerável nos valores destinados para tal fim, com 101.684.153,57. E no ano de 2023, onde temos Lula novamente na presidência da República vemos se apresentar

novamente um crescimento dos investimentos de crédito rural para o estado de Rondônia, indo para 337.505.163,57. O gráfico 33 nos ajuda a visualizar tal movimentação no decorrer dos anos.

Gráfico 33 - Crédito Rural em Rondônia



Fonte: Relatório do Crédito Rural – BACEN. Valores Corrigidos IGP-M (FGV) Base 01/2024

Deste modo, podemos afirmar que os governos trabalhistas favorecem a movimentação e destinação de recursos financeiros para obtenção de crédito rural, que em suma maioria são acessados por grandes proprietários na implantação e no plantio de commodities. Movimentação financeira essa que influencia diretamente no estabelecimento e variação dos valores das terras destas localidades, como veremos a seguir.

4.4 A dinâmica dos preços das terras e a estrutura fundiária

Poderíamos dizer que o preço de terras varia conforme a demanda de uso, produção e investimentos na mesma, sendo assim diversos são os fatores que influenciam nessa questão. Para inicialmente tentar se entender o mercado de terras é preciso compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o processo de apropriação das terras, tendo a mesma como uma valiosa mercadoria, até porque a terra é um meio de produção e obter sua

propriedade atribui ao proprietário outro status no olhar dessa sociedade capitalista. Deste modo, obter grandes extensões de terras possibilita orientar e em muitos casos ditar o ritmo que a economia local caminhará, de modo a influenciar ainda em questões políticas, sociais e culturais de determinadas localidades.

Segundo Oliveira, o Estado e o capital privado sempre atuaram de forma ordenada e conjunta. O capital privado busca "extrair a renda da terra, revelando assim, seu caráter rentista. Atuando dessa forma, possibilita a ampliação da base territorial da produção camponesa que é em geral subordinada pelo capital monopolista que atua controlando a circulação dessa produção." (Oliveira, 2016, p. 162).

Perante a sociedade capitalista a terra é um meio de produção, atuando como reserva de valor, na qual se deve extrair o máximo de bens e riquezas possíveis, lhe tirando o máximo e não se importando a mínima para danos ambientais, humanos, ou qualquer outro. Isso porque a terra está entre os principais meios de produção de riqueza (dinheiro). Ao que se refere ao território Amazônico Silva e Dandolini nos apontam que

> [...] as transformações territoriais operadas na Amazônia representavam a inserção do capital e das relações mediadas pelo capital na hiléia. O foco da análise apontava para as mudanças na paisagem a partir da formação de pequenas cidades e povoados, assentamentos rurais, estradas, fluxo migratório em novas áreas. Indicava que a metamorfose da terra em mercadoria abria o comércio de terras e também estimulava intensa exploração dos recursos da natureza. Portanto, a especificidade estava nas transformações gerais que se alinhavam ao que podemos designar como sociabilidade do capital na Amazônia. (Silva; DandolinI, 2018, p.467).

Ao se pensar a questão da terra como mercadoria e o preço de terras no Brasil é preciso levar em consideração o processo de expansão na produção agrícola nas últimas décadas. Vale destacar que nas últimas décadas o Brasil tem apresentado um crescimento notável na produção de *Commodities* agrícolas e ainda contando com o apoio do Estado Nacional que concede incentivos fiscais e financeiros a sujeitos, empresas, grupos que queiram entrar nesse meio.

Diversos pesquisadores apontam que há uma substituição da produção de comidas por commodities, o que acarreta uma alteração nos preços, principalmente dos alimentos. Segundo Mitidiero Junior essa "[...] alta dos preços, frequentemente explicado pela mídia como resultado de alterações climáticas ou variação cambial, *esquecem*, *propositalmente*, dessa dimensão da análise, que no fim último descamba para a realidade nua e crua da concentração fundiária e da não realização da reforma agrária." (Mitidiero Junior, 2022, p. 124).

Claro que as variações climáticas assim como a variação do real em relação ao dólar podem alterar o preço dos alimentos. Porém, a concentração das terras em poucas mãos, o caráter especulativo do latifúndio improdutivo, assim como a falta de uma reforma agrária solida influenciam diretamente nesse processo.

Partindo dos dados levantados e pesquisados por Mitidiero Junior (2022), onde se apresenta uma comparação de dados dos censos de 2006 e 2017, foi possível constatar que "a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários cresceu 17.609.779 de hectares, aumento justificado pelo IBGE devido ao crescimento no número de estabelecimentos com área [...]" (Mitidiero Junior, 2022, p. 110). No entanto o autor pondera, que esse crescimento muito provavelmente está relacionado ao processo de expansão da fronteira agrícola, com a abertura de novas fazendas.

Partindo dos dados do IBGE é possível constatar um aumento das pastagens na região norte do Brasil. A região centro-oeste também tem tradição pecuarista, no entanto a produção de grãos vem ocupando espaços na região, que de certa forma vai empurrando os bois para a Amazônia. Rondônia não foge dessa lógica, e por estar na fronteira do estado do Mato Grosso vai sendo esse portal de acesso ao espaço amazônico. Já apresentamos aqui anteriormente os dados da pecuária no estado de Rondônia, onde pudemos constatar o aumento da criação de gado no estado nos últimos anos, de modo que podemos observar uma estrutura fundiária um tanto quanto concentrada na mão de poucos indivíduos, que gerem e direcionam os caminhos políticos do estado.

Quando falamos na produção de *commodities* agrícolas e o preço das terras, podemos observa que o caso dos municípios rondonienses que se encontram no eixo da BR 364 não foge dessa lógica, tendo em vista que nos últimos anos pode-se observar um grande crescimento de produções de grandes lavouras como o milho e a soja, que tem sua produção destinada à exportação.

> [...] No sul rondoniense, também denominada de cone-sul, configura-se na regionalização do agronegócio (soja, milho e arroz), que juntos representam cerca de 70% da produção dos grãos. Trata-se de uma regionalização produzida pelos agentes hegemônicos do agronegócio, onde a concentração de terras, a formação de monoculturas e os conflitos agrários se tornaram mais agudos. (Silva; Dandolini, 2018, p. 472).

Observando os dados e outras pesquisas essa é a região do estado, que está no eixo da BR 364 que teve a maior variação no valor de suas terras, sendo que "na região sul rondoniense, no período de 2010 a 2014, o preço médio da terra agrícola (própria para grãos) sofreu variação de 70%, e de terras para pastagem esse indicador alcançou 240%." (Silva; Dandolini, 2018).

Como mostrado na tabela a seguir é possível perceber que o preço de terras em Rondônia nos municípios que se encontra no eixo da BR 364, apresenta a maior variação na região de Porto Velho, e se retomamos aqui os valores de investimento de crédito rural que tratamos anteriormente na tabela 31, veremos que no período de 2023 a maior porcentagem do mesmo se dedica a essa região que mantem um valor considerável nas terras dessa localidade.

Para o levantamento dos dados dos preços de terras em Rondônia buscamos trabalhar com uma divisão por regiões, assim como em determinados períodos, nosso objetivo era levantar dados mais atuais possível, que seria do ano de 2023, no entanto não pudemos acessar esses dados por conta dos custos na obtenção dos mesmos.

Tabela 32 – Preços de terras e variação nas regiões de Cacoal e Porto Velho – Rondônia - Brasil 2002-2022 (R$)

Região		2002 (a)	2009 (b)	2016 (c)	2021 (d)	Variação (a/d)
Cacoal	Ji Paraná	12.598,23	12.481,77	15.391,68	9.790,67	-22,29
	Vilhena	12.404,35	21.080,32	29.073,18	23.703,73	91,09
Porto Velho	Ariquemes	5.782,09	6.102,20	20.522,25	14.600,47	152,51
	M.D'Oeste	7.005,72	11.094,90	13.112,00	10.478,08	49,56

Fonte: FNP- Agrianual. Valores Corrigidos pelo IGP-M – Fundação Getúlio Vargas – Base 01/2024.

No entanto é importante apontarmos aqui que os valores das terras que estão na região de Cacoal tendo destaque para o município de Vilhena que nos apresentou uma estabilidade no valor de suas terras, que partindo do levantamento das áreas plantadas, dos valores da produção podemos apontar que este é um município que sua economia gira majoritariamente a partir de cultivos de lavouras de soja e milho, onde a produção de *commodities* vai tomando ainda mais espaço, importante retomar que esta foi a região onde no período de colonização (1960 – 1980) observou-se uma ocupação de colonos vindos, principalmente da região sul do país, os quais tiveram grandes incentivos e recursos governamentais para a criação de gado e produção de monoculturas.

> "[...] fator que contribui para determinação e preços de terras se refere a política de crédito rural por promover a modernização e consequentemente o aumento da produtividade agrícola e sua rentabilidade. Desse modo pode ser

> entendido que a oferta de crédito rural pode aumentar a demanda por uso da terra o que faz com que o preço da mesma venha a ter aumento de valor." (Souza; Nascimento, 2012, p. 45 – 46).

De forma que com a crescente demanda de terras para a produção do agronegócio pode se observar uma movimentação do mesmo em direção ao Norte do estado, estando ainda muito localizado nos municípios que se encontra no eixo da BR 364, movimentação essa que vai fazendo com que os preços das terras mais ao norte do estado vá subindo também, assim como, um crescente número de conflitos agrários no campo, pois a expropriação e o processo de desterritorialização de famílias camponesas não se dá apenas pelo conflito direto, mas também pelas condições de vidas que são impostas em determinada região, "que ao modificar radicalmente os regimes do ciclo hidrográfico, [...] ao contaminar por herbicidas e formicidas, causando mutagênese e morte de animais, doenças crônicas em agricultores contaminados pela água, e ao diminuir a biodiversidade da fauna e flora e também da microfauna do solo" (Eskinazi; Souza, 2013, p. 200), que vão impondo aos pequenos produtores condições quase desumanas, impossibilitando a permanência e a continuidade da vida desses pequenos produtores em seus territórios.

Partindo dos dados apresentados desde a exportação e importação, mas também nas áreas plantadas e ao que se refere ao valor da produção que a casos com outras particularidades, mas que não podemos negar que a produção de commodities nos municípios que estão no entorno na BR 364 vai se apresentando com um interessante crescimento, de modo que há a necessidade de que se haja uma estruturação para garantir o processo de plantio, colheita, armazenamento e escoamento da produção, condições essas que exigem uma estrutura um tanto quanto ideal e cara financeiramente, demandando da necessidade de grandes projetos de infraestrutura. Sendo assim, "é importante ressaltar que aos produtores cabe a produção de *commodity* (volume/massa), ao passo que o capital, especificamente as empresas Grupo Maggi e Cargill Agrícola, controlam os fluxos e a rede de transporte (a hidrovia), colocando a mercadoria em movimento." (Silva, 2016, p. 339).

Sendo assim a exportação de commodities exigiu investimentos de logística, de modo que a rodovia BR 364 é essencial para um bom deslocamento até os portos, que em Rondônia tivemos a abertura da "hidrovia Madeira-Amazonas, com portos da Hermasa/Amaggi e Cargill, em Porto Velho." (Silva, 2024, p. 48).

De maneira, que assim como a BR 364 o rio Madeira assume uma relevância na região, tanto pelas comunidades ribeirinhas que estão ao seu entorno, mas também pelas hidrelétricas,

hidrovias e portos privados. Até porque se torna um dos eixos de escoamento de commodities produzidas em Rondônia e de parte do Mato Grosso.

Partindo desse entendimento Silva pondera que

> Contudo, no final do século XX, com a inserção da soja e dos portos privados das grandes empresas do agronegócio em Rondônia, essa nova variável da economia regional vai se deslocar do sul rondoniense em direção a todas as sub-regiões do estado. Como consequência, o preço da terra cresceu e a pressão nas propriedades familiares igualmente se faz presente. Desse modo, a concentração de terra e a migração campo-cidade tende a aumentar em Rondônia [...]. (Silva; Silva, 2024, p. 64).

Partindo desse entendimento é possível dizer que Rondônia amplia uma "agricultura científica ancorada nos circuitos espaciais produtivos dos grandes grupos do agronegócio (Cargill, Maggi, JBS-Friboi, Marfrig, Minerva e outras empresas de capital regional)." (Silva, 2016, p. 334). Deste modo, segundo Silva, a soja vai se regionalizando e a pecuária se espacializando. Onde a soja estabelece um uso coorporativo dos espaços por meio dos grupos Amaggi e Cargil, e no caso da pecuária temos a presença da JBS-Friboi.

> A pecuária é destaque na economia estadual, incrementada pelos incentivos fiscais que se refletiram na modificação do espaço agrário rondoniense, a exemplo dos bondosos incentivos concedidos à multinacional JBS-Friboi. Dessa configuração, Rondônia também sentiu as transformações que estimularam a "corrida" por novas áreas voltadas às monoculturas e pastagens. (Silva; Michalski; Lima; Conceição, 2017, p. 150).

Cabe apontar que o valor da terra está muito relacionado a renda que a mesma pode oferecer a partir das atividades produtivas, no entanto há alguns pontos que podem potencializar no maior ou menor rendimento produtivo da terra, pois como já tratamos aqui sobre renda da terra, á aspectos como localização, acesso, fertilidade do solo e disponibilidade de tecnologias, que são questões que garantem uma renda diferencial ao proprietário.

Com a expansão da pecuária e de commodities, potencializaram processos socioespaciais em Rondônia, aqueceu o mercado de terras e valorizou as propriedades rurais. De modo que as propriedades familiares foram pressionadas para atender a tais mercados, desde a demanda de áreas para pecuária ou a produção de soja acarretando a vendas e/ou arrendamentos de terras.

De maneira que a partir da

> segunda metade da década de 1990, o espaço agrário rondoniense ganhou uma nova dinâmica com a introdução da soja, leguminosa que rapidamente se consolidou no cone-sul e nos anos seguintes avançou para as demais sub-regiões de Rondônia. Como efeito espacial, essa *commodity* deslocou a

> pecuária do Sul para o Norte de Rondônia, ampliando a pressão socioterritorial em espaços naturais, alguns desses protegidos na forma da lei e que agora estão convertidos em pastagens [...]. A pecuária é destaque na economia estadual, incrementada pelos incentivos fiscais que se refletiram na modificação do espaço agrário rondoniense [...]. Dessa configuração, Rondônia também sentiu as transformações que estimularam a "corrida" por novas áreas voltadas às monoculturas e pastagens. (Silva; Michalski; Conceição, 2017, p. 150).

Em Rondônia a rodovia BR 364, pode ser tida como uma das trilhas do desmatamento da região, onde no processo de colonização e nos anos que seguiram a expansão da pecuária resultou diretamente no crescimento do desmatamento e abertura de novas áreas, onde

> [...] o avanço da soja valorizou as áreas de pastagens, visto que o custo para preparar a terra para o plantio em áreas de pastagens é menor que o custo de abertura de novas áreas. Através dos arrendamentos, os produtores de soja ampliaram o espaço produtivo, transformando áreas tradicionalmente da pecuária em espaço dos grãos (soja e milho). (Silva; Michalski; Conceição, 2017, p.151).

De forma que áreas com pastagens vão se destinando ao plantio de soja, e a pecuária juntamente como mercado de commodites (soja e milho) e madeira, vão buscando áreas de expansão, abrindo novas fronteiras agrícolas e estruturando um processo de interiorização dessas culturas que vai se apresentando em regiões distantes do eixo da BR 364, como pondera Silva de que "nas últimas décadas, o crescimento da soja deslocou a pecuária e a extração madeireira para as demais sub-regiões amazônicas [...]" (Silva, 2024, p. 49).

Assim essa lógica geográfica das commodites configurou uma corrida por terra na região, o que resulta em uma ampliação consecutiva de processos conflituosos. O mecanismo adotado de migração e colonização dirigida para Rondônia foi colocado de maneira a parte aos sujeitos e sujeitas que já habitavam essa região, de maneira que sempre apresentou conflitos por questões agrárias. No entanto, é fundamental pontuarmos que esse crescimento e a busca por novas áreas para a produção pecuária e cultivo de commodites vai perpetuando e ampliando a letalidade dos conflitos agrários, colocando Rondonia entre os estados que "mais se assassina lideranças dos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra e reforma agrária." (Silva; Michalski; Conceição, 2017, p. 162).

Rondônia é derivado de um processo de colonização agrícola, com um histórico de diversos conflitos agrários, como o caso do massacre em Corumbiara (1995), os conflitos atingem a população desfavorecida, que lhes foi tirada o direito de trabalhar na terra, podendo sitar aqui os sem-terra, os povos indígenas, quilombolas, etc.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) a região norte do Brasil nos últimos anos vem sendo a região com maior número de casos de conflitos por terra e desde 2019 é a região com maior ocorrência de conflitos, como podemos observar na tabela a seguir.

Quadro 4 – Conflitos de terras por região (2013 – 2022)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Norte	339	306	394	590	454	417	521	679	529	626
Centro-Oeste	160	118	170	160	115	101	163	304	177	278
Nordeste	384	358	341	438	729	461	479	486	392	496
Sudeste	139	198	124	128	162	145	98	102	196	94
Sul	45	93	64	56	83	60	98	94	53	78

Fonte: CPT, 2022

No quadro seguinte apresentamos os números de conflitos tendo um olhar voltado apenas a região norte no ano de 2022. Onde poderemos observar que o estado de Rondônia no ano de 2019 (91), 2020 (134) e 2021 (72) foi o segundo estado com maior número de ocorrências por conflitos de terra, em 2022 Rondônia apresentou 78 ocorrências sendo o terceiro estado com maior índice de conflitos por terra na região norte, sendo o Pará o estado com maior índice de casos na região durante os anos apresentados.

Quadro 5 – Conflitos de terras na região norte (2019-2022)

	2019	2020	2021	2022
Acre	90	58	64	60
Amazonas	55	72	69	152
Amapá	44	59	50	61
Pará	156	252	164	175
Rondônia	91	143	72	78
Roraima	30	35	53	39
Tocantins	54	60	57	61

Fonte: CPT, 2022

Deste modo, podemos observar que o estado de Rondônia está entre os estados que mais apresentam conflito por terras na região norte do país, nesse contexto Silva propõe o conceito de agrobandidagem, como sendo a

> [...] face agressora e violenta do ‘moderno’ agronegócio brasileiro [...] contra as políticas ambientais, mas, sobretudo, contra os territórios protegidos dos povos originários e comunidades tradicionais. Portanto, a agrobandidagem emerge como uma “estratégia expressa na violência contra lideranças e

> ativistas dos movimentos sociais, no crime ambiental e nas práticas invasoras de áreas protegidas, financiando o roubo de madeira, garimpos, grilagem e expulsão/ameaças aos sujeitos que vivem no território [...]. A agrobandidagem atua, primordialmente, nas chamadas áreas protegidas e contra as lideranças das organizações sociais que denunciam essas práticas, como ativistas e defensores dos direitos humanos e territoriais. (Silva, 2024, p. 50).

Esse modo de produção, estruturado no sistema capitalista necessita da violência para conseguir atingir seus objetivos, o agronegócio viola e violenta seres e sujeitos, pois o mesmo tem a violência como um de seus pilares de sustentação.

No entanto, perante todo esse processo de violência a população marginalizada tem buscado mecanismos de resistências, de maneira que os movimentos sociais do campo cresceram e foram se colocando contra a bruteza desse sistema, se tornando um meio coletivo de resistência e enfrentamento as mazelas do capital.

Assim concluímos que a demanda da terra apresenta uma dimensão especulativa, onde cumpre uma determinada função para o capital, nas quais destacamos três elementos centrais que justificam essa dimensão: primeiro é que a terra é tida como reserva de valor; segundo que é um meio de produção; e o terceiro e último é pela expectativa de ganhos futuros, ou seja, a terra se torna a garantia, que relaciona o mercado de terras com o mercado financeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico de ocupação e migração do estado de Rondônia tem grande vínculo com os ciclos econômicos da região, que poderíamos dividir em dois grupos: o extrativismo e latifundiário onde cada um foi influenciando e organizando arranjos políticos e econômicos, cabendo destacar o papel que se tem as ondas migratórias a partir dos anos 70, com grandes levas de imigrantes para a região, mas também a influência do estado nacional como direcionador desse processo.

No desenvolvimento do trabalho buscamos compreender e demonstrar os elementos da territorialização do capital no espaço rondoniense, como ele se processa e está emaranhado nas relações políticas, econômicas e culturais da região, tendo como fio condutor o papel da rodovia BR 364 e sendo elemento dessa lógica.

A rodovia BR 364 compõe um projeto de interiorização e acesso às últimas fronteiras agrícolas do Brasil, projeto esse que foi idealizado um pouco antes da ditadura civil-militar, mas é durantes os anos obscuros e ditatoriais que esses projetos se realizam de fato, o intuito era ter rodovias que dessem acesso a essas regiões mais isoladas, possibilitando um eixo de condução e contato com o centro-sul desenvolvido do país.

No entanto, podemos apontar que esse movimento possibilitaria uma resolução para os conflitos e necessidades capitalistas daquele período histórico. Primeiro, e que já era uma preocupação a muito tempo – o da segurança das fronteiras do país, era preciso se povoar essa região para que tivesse pessoas e mecanismos do estado para a defesa do território nacional. Segundo, seria a possibilidade de expandir as terras agricultáveis do país, possibilitando maior espaço, produção e concentração da renda da terra. E o terceiro, seria a possibilidade de direcionar colonos de outros estados para este local, assim distensionar conflitos e lutas por acesso a terras em outras regiões que apresentavam um grande e descontente contingente de pessoas sem terra.

Porém seria um erro analisar essas relações e projetos que foram implantados e estabelecidos em Rondônia de forma isolada, é preciso demarcar esse espaço. Rondônia compõe a região amazônica, de maneira que esse processo de ocupação se destinou a toda região e Rondônia por ser a porta de acesso acima do estado do Mato Grosso vai tendo mudanças consideráveis e particulares em seu espaço geográfico.

As relações capitalistas e de concentração sempre estiveram presentes no processo de ocupação do espaço, no presente trabalho fizemos um recorrido histórico da região para que

pudéssemos dimensionar a proporção que essas relações foram tomando, assim como optamos em tratar mais em específico do papel da rodovia BR 364, de modo que fomos estruturando a intencionalidade das rodovias no capitalismo e sua funcionalidade de eixo condutor da circulação das produções, assim uma logística necessária e fundamental para agilidade da circulação o que influencia em uma maior ou menor concentração de mais valia, tendo funcionalidade e destaque no processo de acumulação do capital. Até porque os transportes não têm simplesmente o papel de garantir que as pessoas possam ir e vir, mas também de garantir uma circulação da produção e acumulação capitalista, contando com uma logística elaborada que possa dar ainda mais êxito.

De maneira que a BR 364 em Rondônia exerce um papel fundamental, isso porque a mesma se torna o eixo condutor, a artéria que garante a circulação da produção e das relações capitalista desse espaço, pois a mesma corta de forma horizontal de norte a sul o estado, dando acesso a grandes rios e portos. As primeiras e principais alterações no espaço geográfico rondoniense se deu em torno da BR 364, sendo a responsável de interligar esse espaço amazônico aos grandes centros consumidores do País.

Para as relações capitalistas o fácil acesso a rodovias, portos e ferrovias são fundamentais para acumulação do capital, deste modo, podemos concluir que no caso da BR 364, os valores das terras que estão em torno da mesma ganham uma supervalorização, até porque a terra é um meio de produção, cada vez mais concentrada na mão de poucas pessoas que detêm o poder econômico.

A partir da pesquisa podemos constatar uma valorização de boa parte das terras que estão no eixo da BR, no entanto há municípios que apresentam quedas, como é o caso do município de Ji-Paraná (tabela n° 31). Para que pudéssemos ter uma dimensão da produção agrícola rondoniense concentramos nossa pesquisa nos municípios nos quais a BR 364 perpassa, compreendendo que esse é o meio onde as relações capitalistas se concentram, e se encontra os principais municípios do estado. Deste modo, a partir de dados do IBGE sobre as áreas plantadas e produções dessa área de recorte que optamos, pudemos constatar uma movimentação na estrutura da matriz produtiva do estado. Rondônia até os anos 2000 tinha uma considerável produção de culturas que compõem a alimentação básica da população da região, como: arroz, feijão e mandioca. Mas a partir dos anos 2005 e em 2010 se acirram ainda mais as produções de commodities nesses municípios, sendo perceptível a queda na produção de produtos destinados à alimentação humana. E é possível observar um crescimento considerável

nas áreas plantadas, são muitos hectares a mais, o que nos leva a constatar que tais produções têm expandido as fronteiras agrícolas ainda mais.

Ao nos debruçar sobre os valores da produção foi possível constatar uma grande valorização a culturas voltadas à exportação, como: soja, milho, café e cacau. Reforçando ainda mais a importância e o papel das exportações nessa região, demonstrando fortemente uma dependência dos mercados exteriores, assim como, seu papel de produtor de matérias primas e produtor de bens primários, sem a condição e capacidade de potencializar a industrialização local.

Concluímos o trabalho com a convicção de que temos perspectivas que foram se apresentando no decorrer da pesquisa e que necessitam de outros estudos, espaços de mais aprofundamento para se compreender e analisar os processos que veem se estruturando no estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da geografia. Organizado por GTAgrária - AGB - sessões Rio de Janeiro e Niterói. **Geografia dos Projetos de Desenvolvimento: reflexões a partir dos conflitos dos estados do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. p. 51-88.

ALVES, Sérgio Paulo do Carmo. **Os parceiros do Jamari (A produção do espaço em Ariquemes - Rondônia).** Orientador: Prof. Dr. Antônio Rocha Penteado. 1988. 383 f. Dissertação (mestrado em geografia) - Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ARRAIS, Matheus Eurich. **A marcha para o oeste e o estado novo:** a conquista dos sertões. Orientadora: Prof. Dr. Eloisa Pereira Barroso. 2016. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2017.

ARROYO, Mônica. A circulação da mercadoria na redefinição dos usos do território. **Revista Casa da Geografia de Sobral**: Sobral - Ceará, p. 133-143, 2017.

BUFFON, Beatriz Santos. **"Aqui toda a vida se engalana...": ** Discursos sobre Rondônia nos livros didáticos. Orientador: Carlos Alexandre Barros Trubiliano. 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim: 2017.

BECKER, Bertha K. Fronteiras amazônicas no início do século XXI. **Seminário mudanças ambientais globais:** perspectivas brasileiras. Campinas: Nepo/Unicamp, p.1-19, 2000.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, *[S. I.]*, v. 19, p. 71-86, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005. Acesso em 20 mar. 2023.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. *In.* AUBERTIN, Catherine (org.), et al. **Fronteiras**. Paris: Editora Universidade de Brasília, 1988. p. 60-89.

CASTILHO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, p. 461-474, dez. 2010.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira - RO:** território, tecnificação e meio ambiente. Orientador: Prof. Dr. Leonardo José Cordeiro Santos. 2012. 175 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista. Categorias e leis da dialética**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 2004.

COIMBRA, Denilson José dos Santos. FANTIN, Maria Eneida. A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré e o surgimento de Porto Velho. **Caderno Intersaberes,** *[s.i.]*, v. 9, n. 20, p. 1-22, 2020.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo**: Brasil – 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

CUNHA, Elton Alves Da. A recente ocupação: migração e territorialização em Rondônia. **XXVIII Simpósio Nacional de História:** Lugares dos historiadores - Velhos e Novos desafios. Florianópolis, p. 1-16, 2015.

DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx**. Un comentario a los Gründrisse. México: Siglo XXI, 1985.

ESKINAZI, Bruna Garcia; SOUZA, José Gilberto. Especialização produtiva e homogeneização territorial: a monocultura de eucalipto no Vale do Paraíba Paulista e as transformações nas dinâmicas de produção**. Pegada – A revista da Geografia do trabalho**, *[S. I.]*, v. 14, n.2, p. 194-211, dez. 2013.

GALVÃO, Olimpio. J. de A. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil — uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, *[S. l.]*, n. 13, p. 183-214, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/137. Acesso em: 9 jun. 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Território e Circulação: Transporte Rodoviário de Carga no Brasil.** Orientadora: Prof. Dr. Maria Mónica Arroyo. 2013. 443 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985

MARGARIT, Eduardo. O processo de ocupação do espaço ao longo da BR-163: uma leitura a partir do planejamento regional estratégico da
Amazônia durante o governo militar**. Geografia em Questão**. *[S. I.]*, v. 06, n. 01, p. 12-31, 2013. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/6634. Acesso em 09 de junho de 2021.

MARX, Karl. **O Capital. Critica de la economía política**. 10 Ed., México, Siglo XXI Ed. 1984, p. 891-954.

MIDITIERO JUNIOR, Antônio Marco. **Censo Agropecuário 2017:** o que nos revela o censo do golpe?. Marilia: Lutas Anticapital, 2022.

MITIDIERO JUNIOR, Antônio Marco; GOLDFARB, Yamila. O Agro não é Tech, o Agro não é Pop, e muito menos Tudo. **Análise: Mudança Climática, Energia e Meio Ambiente**, *[s. i.]*, p. 1-40, 2021.

MOREIRA, Ruy (et al). **O plano nacional de reforma agrária em questão**. *[s. i.], [s. n.]*, v. 1, 1986.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e Método Dialético em O Capital. **Boletim SEAF**, Belo Horizonte: v. 2, p. 17-41. 1983.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. O processo de ocupação e urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais. **Revista de Geografia**, Recife, v. 27, n. 2. p. 53-69, 2010**.**

NUNES, Dorisvalder Dias. Rondônia: ocupação e ambiente**. Boletim Presença**, *[s. i.]*, v. 3, n. 7, p. 39-46, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A FRONTEIRA AMAZÔNICA MATO-GROSSENSE**: Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira e transformações recentes. In. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil.** 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 465-534.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Território de quem?. **Revista sem Terra**, *[S. I.]*, v. 47, p. 17-31, 2008.

OLIVEIRA, Andreici Marcela Araújo. de. Povos indígenas, desenvolvimento e colonialismo na Amazônia Brasileira. In: Edna Castro; Renan Freitas Pinto. (Org). **Decolonialidade e sociologia na América Latina.** Belém: Editora NAEA/UFPA, 2018, p. 355-386.

PAULA, Elder Andrade de**. Capitalismo verde e transgressões:** Amazônia no espelho de Caliban. Dourados-MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Modernização da agricultura e recriação do campesinato: um aparente paradoxo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, p. 11419-11433, 2005.

PENNA, Camila. **Conexões e controvérsias no INCRA de Marabá:** o Estado como um ator heterogêneo. *[s.i.]*, Garamond. Jan. 2015.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no brasil**. Revista Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 40, p. 26 – 46, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9° ed. Rio de Janeiro; Record, 2006.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agrobandidagem e a expansão da fronteira na Amazônia Sul-Ocidental. **Boletim de Análise Político-Institucional:** dinâmicas da violência na Região Norte. Brasília, DF: Ipea, n. 36, p. 45-55, jan. 2024.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agronegócio e campesinato em Rondônia. In: FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. (Org.). **Geografia Agrária no Brasil**: disputas, conflitos e alternativas territoriais. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. v. 1, p. 333-354.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; DANDOLINI, Gustavo**.** conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia**. Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 461-479, 2018.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas territoriais em Rondônia:** conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010. Orientadora: Prof. Dr. Maria Mónica Arroyo. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; SILVA, Viviane Vidal da; FRANCO, Marcelo Horta Messias; NEGRÃO, Marcelo Pires. Cidades e rodoviarismo na Amazônia ocidental: análise das dinâmicas territoriais de Lábrea (Amazonas). **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 1688-1711, 2023.

SILVA, R. G. da C.; MICHALSKI, A; LIMA, L. A. P.; CONCEICAO, F. S. Geografia das dinâmicas territoriais agrárias de Rondônia. In: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. (Org.). **Geografia Agrária em debate**: Das lutas históricas às práticas agroecológicas. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. v. 1, p. 143-162.

SILVA, Wesley Henrique Garcia e; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. A agricultura familiar como protagonista na produção de alimentos em Rondônia. **REVISTA GEONORTE**, *[S. I.]*, v. 15, n. 47, p. 98-113, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.21170/geonorte.2024.V.15.N.47.98.113. Acesso em 20 mar. 2024.

SILVEIRA, Márcio Rogério (Org.). **Circulação, transportes e logística:** Diferentes Perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, José Gilberto. A geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Revista Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, *[S. I.]*, v. 34, n. 68, p. 147-175, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08263663.2009.10816978. Acesso em 10 nov. 2023.

SOUZA, José Gilberto; BORGES, Ana Claúdia Giannini. As determinações territoriais da lógica do valor e do autovalor: análise da produção de soja no Mato Grosso? Brasil. In: JACINTO, Rui. (Org.). **Iberografias:** Outras Fronteiras, Novas Geografias: Intercâmbios e Diálogos Territoriais. 32ed. Coimbra: Ancora Ed. Centro de Estudos Ibéricos (CEI), 2017. v. 32, p. 247-270.

SOUZA, José Gilberto; DIEGUES, Valentin Cabero. Por uma desglobalização da produção alimentar-commodização da agricultura e diversidade produtiva: uma análise de Espanha. ***GEOgraphia***, *[s.i.]*, v.14, n. 28, p. 63-81, 2013.

SOUZA, José Gilberto. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Íthala. 2015, p. 55-96.

SOUZA, José Gilberto.; NASCIMENTO, Rafael Farias do; GEBARA, José Jorge. Mercados de terras no estado de São Paulo: determinações de preços pós-plano real. **Geosaberes:** Fortaleza, v.3, n.6, p. 40-49, jul./dez. 2012.

SOUZA, Juander Antônio de Oliveira. Colonização da década de 1970, Rondônia e a br-364**. Espaço em Revista**: Goiânia, v. 22, n. 1, p. 82-100, jan./jun. 2020.

SOUZA, Juander Antônio de Oliveira; XIMENES, Claudia Cleomar; LOCATELLI Marilia. **Rondônia, a colonização que deu certo**. *[S.N.]*: *[S. I.]*, p. 1-15, 2018. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1104194/1/ResumoMarilia5.pdf, acesso em 07 de junho 2021.

SPRANDEL, Márcia Anita. Migração e crime: a lei 6.815, de 1980**. Revista: Interdiscip. Mobil. Hum**., Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 145-168, jul./dez. 2015.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional:** Rondônia. 2° edição. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

TORRES, Maurício. (Org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPQ, 2005.

VELLOSO, João Paulo R. **Brasil a solução positiva**. São Paulo: Abril-Tec Editora, 1978.